Conjuntura

Vendas das 227 maiores varejistas do país cresceu 8,6% nominais em 2025, pior resultado desde 2018, diz Serrentino B6

Regulação das redes

ANPD multa o TikTok em R$ 153,7 milhões por falha na proteção de dados de crianças e adolescentes B8

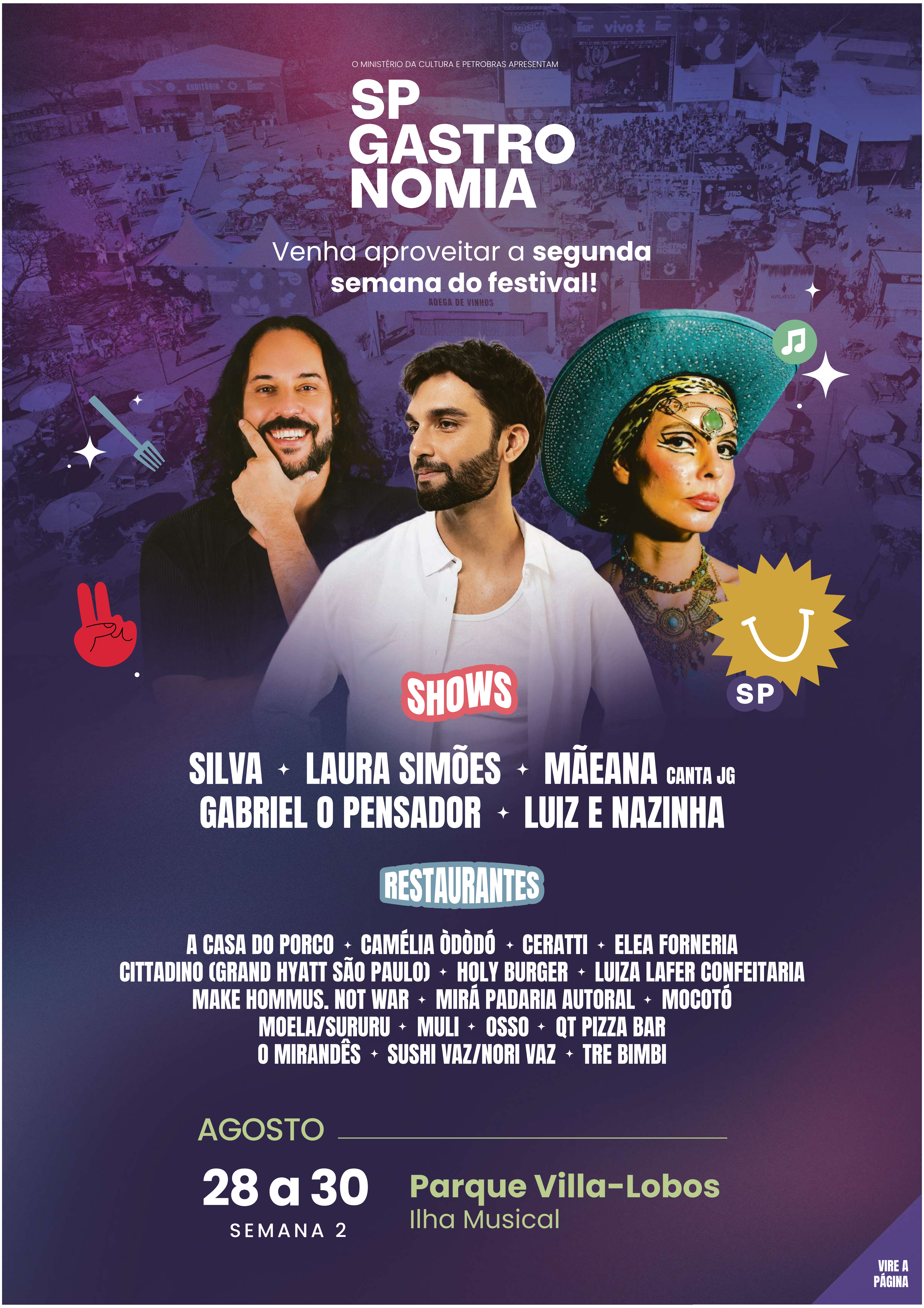
Agronegócios

Indústria de fertilizantes buscará subvenção federal temporária na importação de enxofre, diz Alves Lima B10

Quarta-feira, 26 de agosto de 2026
Ano 27 | Número 6576 | R$ 10,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL



O MINISTÉRIO DA CULTURA E PETROBRAS APRESENTAM

SP
GASTRO
NOMIA

Venha aproveitar a **segunda semana do festival!**

SHOWS

SILVA ✦ LAURA SIMÕES ✦ MÃEANA CANTA JG
GABRIEL O PENSADOR ✦ LUIZ E NAZINHA

RESTAURANTES

A CASA DO PORCO ✦ CAMÉLIA ÒDÒDÓ ✦ CERATTI ✦ ELEA FORNERIA
CITTADINO (GRAND HYATT SÃO PAULO) ✦ HOLY BURGER ✦ LUIZA LAFER CONFEITARIA
MAKE HOMMUS. NOT WAR ✦ MIRÁ PADARIA AUTORAL ✦ MOCOTÓ
MOELA/SURURU ✦ MULI ✦ OSSO ✦ QT PIZZA BAR
O MIRANDÊS ✦ SUSHI VAZ/NORI VAZ ✦ TRE BIMBI

AGOSTO
28 a 30
SEMANA 2

Parque Villa-Lobos
Ilha Musical

VIRE A PÁGINA

O MINISTÉRIO DA CULTURA E PETROBRAS APRESENTAM

SP GASTRONOMIA

Confira a programação
e adquira seus ingressos:

spgastronomia.com
@spgastronomia

MÚSICA
COMIDA
SP
SPG
SENTIMENTO
FERRUGEM
AMOR

Apresentação
Lei Rouanet
PETROBRAS

Oferecimento
PREFEITURA DE SÃO PAULO

Patrocínio Master
elo
enel BRASIL

Patrocínio
vivo

Apoio
sabesp
SulAmérica
REDE D'OR
GARRAFARIA
cielo
EMS É MAIS SAÚDE
Lacday Long Action

Participação
CERATTI
KALASSI
HEINZ EST. 1869

Companhia Aérea Oficial
GOL

Café Oficial
L'OR

Hotel Oficial
GRAND HYATT SÃO PAULO

Produção
ANIKA

Parceiro de Mídia
eletromidia

Assessoria
InPress PORTER NOVELLI

Corretora de Seguros Oficial
event film freela SEG

Parceiro ESG
magikk

Local Oficial
PARQUE VILLA-LOBOS

Realização
O GLOBO
CBN
Valor ECONÔMICO
MINISTÉRIO DA CULTURA

Conjuntura

Venda das 227 maiores varejistas do país cresceu 8,6% nominais em 2025, pior resultado desde 2018, diz Serrentino **B6**

Regulação das redes

ANPD multa o TikTok em R$ 153,7 milhões por falha na proteção de dados de crianças e adolescentes **B8**

Agronegócios

Indústria de fertilizantes buscará subvenção federal temporária na importação de enxofre, diz Alves Lima **B10**

Quarta-feira, 26 de agosto de 2026
Ano 27 | Número 6576 | R$ 10,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO
Valor

Lucro das companhias recua no 2º tri, sob efeito do juro alto e da economia mais fraca

Balanços Resultado das empresas abertas cai 16,4% no período, para R$ 43,1 bi; exportadoras têm melhor desempenho, favorecidas pela alta das commodities

Felipe Laurence
De São Paulo

A temporada de balanços do segundo trimestre evidenciou o impacto da desaceleração da economia e dos juros sobre as empresas voltadas ao mercado doméstico, enquanto as exportadoras se beneficiaram dos preços de commodities mais altos. O resultado de 301 companhias não financeiras, excluindo Petrobras e Vale, mostrou uma queda de 16,4% no lucro consolidado em relação ao mesmo período do ano anterior, para R$ 43,1 bilhões, enquanto as receitas aumentaram 8,1%, para R$ 994,1 bilhões.

As despesas financeiras líquidas dessas companhias dispararam, em alta de 41,7%, totalizando R$ 62,1 bilhões no trimestre, o que pressionou as margens e elevou a alavancagem média — a relação entre a dívida líquida e o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses — de 1,92 vez para 2 vezes.

Considerando apenas as empresas domésticas, o lucro também recuou 16,4%, para R$ 28,7 bilhões, enquanto as receitas subiram 8,5%, a R$ 546,7 milhões, em ritmo menor do que o visto nos números do primeiro trimestre. "Ficou claro que os resultados refletiram uma desaceleração na economia", diz Carlos Eduardo Sequeira, chefe de análise do BTG Pactual. "Nas empresas domésticas, o Ebitda cresceu em ritmo inferior ao das receitas, culminando em perda de rentabilidade operacional." Algumas empresas do setor doméstico, como Ambev e construtoras ligadas ao segmento de baixa renda, a exemplo de Cury e Tenda, além das operadoras de shoppings centers Multiplan, Allos e Iguatemi, se destacaram positivamente na temporada, mostrando maior resiliência.

Enquanto o cenário de companhias locais foi majoritariamente ruim, empresas exportadoras, em especial as do setor de petróleo e gás, como a Petrobras, tiveram seus resultados impulsionados pela alta nos preços de commodities globais em meio às incertezas macroeconômicas. No levantamento, considerando também Petrobras e Vale, o lucro das exportadoras aumentou 31,6%, a R$ 73,9 bilhões, no segundo trimestre, enquanto as receitas dessas companhias avançaram 14,6%, a R$ 670 bilhões, impulsionadas pelas melhores condições de negócios. Os preços do petróleo e do minério de ferro ficaram mais altos do que no mesmo período de 2025. **Página B1**

Fatia de LFT na dívida mais do que dobra em uma década

Giordanna Neves
De Brasília

A participação dos títulos atrelados à Selic, as LFTs, saltou de 22,78% da dívida em 2015 para 49,32% em junho deste ano, elevando a exposição do estoque às oscilações dos juros. O movimento foi influenciado pelo persistente cenário de deterioração fiscal, em meio a pressão inflacionária e escalada dos juros. Mudanças regulatórias e tributárias também provocaram uma realocação de recursos entre os títulos públicos. Nesse contexto, o Tesouro Nacional revisou o Plano Anual de Financiamento (PAF) sete vezes desde 2010, mostra levantamento da Necton Investimentos. Segundo estimativa da instituição, a parcela das LFTs na dívida deve continuar subindo, alcançando 52,9% até o fim do ano. **Página C5**

Caiado fala em PEC para reduzir gastos, mas sem mudar mínimo

Eleições 26

Murillo Camarotto e Ruan Amorim
De Brasília

O candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado, sinalizou em sabatina ao Jornal Nacional, da TV Globo, que não pretende mudar as regras de reajuste do salário mínimo e das aposentadorias. O ex-governador de Goiás também afirmou que, se eleito, vai encaminhar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para limitar as despesas públicas à correção pela inflação mais 50% do crescimento do PIB no ano anterior. Não respondeu, contudo, se pretende desvincular os pisos dos gastos com saúde e educação. Questionado sobre onde pretende cortar despesas e qual seria o tamanho do ajuste fiscal necessário para conter o crescimento da dívida pública, Caiado não apresentou números nem detalhou medidas. Hoje, o sabatinado será Renan Santos, do Missão. **Página A15**

Indústria do petróleo

LEO PINHEIRO/VALOR

A nova CEO da Equinor no Brasil, Nina Koch, assume a liderança da operação da petroleira norueguesa no país — a segunda maior da companhia no mundo, só atrás da própria Noruega —, onde deverá conduzir o plano de investimentos de US$ 25 bilhões em 12 anos, até 2030. "Não é como se pudéssemos entrar e sair de investimentos de curto prazo", disse a executiva ao repórter Fábio Couto. Página B7

Canadá anuncia tarifa de até 50% sobre os EUA

Agências internacionais

O Canadá anunciou tarifas sobre cerca de US$ 20 bilhões de importações anuais dos EUA, retaliando e igualando as mais recentes taxas implementadas pelo governo de Donald Trump. A medida entrará em vigor em 8 de setembro. As alíquotas, de 15%, 25% e 50%, incidirão sobre cerca de 700 produtos importados do país vizinho. Trump anunciou tarifas de 50% sobre US$ 20 bilhões em importações canadenses no sábado, após o fracasso das negociações entre os dois países.

"Nossas contratarifas, dólar por dólar, alíquota por alíquota, bem como um pacote de apoio de vários bilhões de dólares, protegerão trabalhadores, agricultores, famílias e empresas", afirmou o ministro das Finanças do Canadá, François-Philippe Champagne. Aço, alumínio, móveis, roupas, queijo, eletrodomésticos e eletrônicos estão entre os produtos afetados. As tarifas abrangem bens que representam quase 4,5% das importações dos EUA. **Página A19**

Zema critica STF e defende corte de gastos e privatizações

Joelmir Tavares, Guilherme Carvalho, Lucas Monteiro e Jan Niklas
De São Paulo e do Rio

O candidato à Presidência Romeu Zema, do Novo, disse ontem, em sabatina realizada pelo **Valor**, O Globo e rádio CBN, que o Orçamento da União foi tomado por "mercenários" e que o Supremo Tribunal Federal (STF) "se transformou, para alguns ministros, em um balcão de negócios".

O ex-governador de Minas Gerais fez repetidas críticas à política fiscal do governo, que ele vincula aos juros altos, além de defender corte de gastos e a redução do Estado. Disse, porém, que Caixa e Embrapa estariam fora de um programa de privatizações, que incluiria Petrobras, Banco do Brasil e BNDES.

Zema foi o primeiro candidato à Presidência a ser sabatinado por jornalistas dos três veículos. Hoje, o convidado será Ronaldo Caiado (PSD). **Página A14**

Destaque

O 'lado oculto' dos estímulos fiscais
A edição de agosto do Boletim Macro, do Ibre-FGV, chama atenção para o "lado oculto" dos estímulos fiscais. Segundo a publicação, o governo elevou o gasto financeiro como proporção do PIB de 0,9% em 2023 para 2,1% em 2026, sobretudo devido a medidas de estímulo ao crédito. Em valores absolutos, essas despesas saltaram de R$ 95,8 bilhões para R$ 281,9 bilhões em três anos. **A4**

Indicadores

Ibovespa	25/ago/26	1,55%	R$ 28,7 bi
Selic (meta)	25/ago/26		14,00% ao ano
Selic (taxa efetiva)	25/ago/26		13,94% ao ano
Dólar comercial (BC)	25/ago/26		5,1484/5,1490
Dólar comercial (mercado)	25/ago/26		5,1393/5,1399
Dólar turismo (mercado)	25/ago/26		5,1630/5,3430
Euro comercial (BC)	25/ago/26		6,0092/6,0109
Euro comercial (mercado)	25/ago/26		6,0005/6,0011
Euro turismo (mercado)	25/ago/26		6,0717/6,2517

7 898937 880054

Geopolítica

JOHN LAMPARSKI/BLOOMBERG

O impasse nas guerras entre Estados Unidos e Irã e entre Rússia e Ucrânia mostra que o poder das superpotências tem limites e que o surgimento de uma ordem mais multipolar pode resultar em uma multiplicação de confrontos pelo mundo, a menos que as instituições globais se adaptem a essa nova realidade, diz o secretário-geral da ONU, António Guterres. Página A22

Projeto prevê que cônjuge deixa de ser herdeiro necessário

Beatriz Olivon
De Brasília

Alterações em artigos do Código Civil farão com que os regimes de divisão de bens válidos para divórcio (separação total, parcial ou comunhão total) passem a ser considerados também em caso de morte. O projeto de lei que tramita no Congresso prevê que o cônjuge deixa de ser herdeiro necessário, ou seja, não há mais a obrigação de que herde metade dos bens. Outra alteração retira a obrigação de divisão de bens com filhos ou ascendentes. Segundo advogados, a mudança não vai tirar direitos de cônjuges, mas fará valer, de fato, o regime de separação total de bens. **Página E1**

GRAND LODGE RESIDENCES:
TODAS AS QUADRAS DE UM GRAND SLAM. UMA, DIRETO DE MELBOURNE.
AO | JHSF
OFFICIAL REGIONAL PARTNER
14 A 18 DE OUTUBRO DE 2026
BOA VISTA VILLAGE
VEJA NA PÁG. A5

Polêmica, Ferrogrão é prioridade para candidatos

Lu Aiko Otta

Quatro dos cinco principais candidatos à Presidência da República citam explicitamente a Ferrogrão como prioridade em seus programas de governo. Concebida por tradings do agronegócio, é uma linha de 933 km que ligará Mato Grosso aos portos do Norte do país, barateando o frete. É, porém, um projeto cercado por polêmicas que têm origem numa questão bem mais ampla: o avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia, que provoca resistência dos ambientalistas.

Atualmente, o projeto está em análise na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a expectativa é que seja enviado nas próximas semanas para o Tribunal de Contas da União (TCU). Correndo tudo como o planejado, a concessão da ferrovia poderá ser leiloada no atual governo.

Estima-se que a Ferrogrão reduzirá em 20% o frete médio das cargas em Mato Grosso e em até 35% o custo do transporte nas regiões mais próximas da linha. O investimento está estimado em R$ 20 bilhões no ativo fixo, e R$ 33 bilhões se for considerado também o "sustaining", uma espécie de reserva para manter a operação do negócio nos primeiros anos.

A Taxa Interna de Retorno da Ferrogrão foi calculada em 14,4% — patamar considerado elevada, porque considera também que o projeto envolve riscos. Seus defensores registram interesse de investidores canadenses, chineses, árabes e americanos, que entrariam associados a algum operador logístico ou grupo nacional.

"No transporte ferroviário, vamos destravar a Ferrogrão", diz o programa de Flávio Bolsonaro (PL), que prevê investimentos de R$ 900 bilhões em quatro anos na estruturação de "corredores logísticos inteligentes".

O programa de Ronaldo Caiado (PSD) fala em "priorizar obras estruturantes de escoamento, como a Ferrogrão, a Ferrovia Norte-Sul, a Fiol, a Malha Norte, a BR-163 e as hidrovias do Centro-Oeste e do Norte", numa lógica de integrar infraestrutura do campo aos mercados.

Romeu Zema (Novo) cita a ferrovia, ao lado de outras duas, a de Integração do Centro-Oeste (Fico) e a de Integração Oeste-Leste (Fiol), como corredores estruturantes que ajudarão a superar desafios em infraestrutura. Renan Santos (Missão) fala em iniciar de imediato as obras da Ferrogrão. O programa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não cita a linha especificamente, mas prevê intensificar as concessões de ferrovias.

Assim como é percebido como estratégico, o projeto levanta resistências por causa de seu impacto ambiental. Ficou cinco anos parado enquanto esperava uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em maio passado, a corte decidiu que não houve inconstitucionalidade na forma como foi desafetada a área do Parque Nacional Jamanxim por onde a linha passará: com a edição de uma medida provisória, posteriormente convertida em lei.

Mais do que o debate sobre o processo legislativo, a decisão do Judiciário ocorreu sob o pressão de ambientalistas e representantes de povos originários, por causa do impacto do projeto na floresta e no rio Tapajós, em cuja margem a ferrovia chegará, no porto de Itaituba (PA).

Na visão do ministro dos Transportes, George Santoro, a questão envolvendo indígenas nem é o maior desafio do projeto. "Ele tem uma terraplanagem muito extensa, em área alagada", disse à coluna. Fontes ligadas ao projeto negam.

Mas, à parte desse debate, o ministro enxerga uma discussão de fundo. "O que o pessoal mais fala contra ela é que vai ampliar a fronteira agrícola", comentou. "O problema é que, independentemente disso, essa fronteira vai se ampliar, tendo ou não a Ferrogrão."

A questão, acrescentou, é fazer um debate "de forma estruturada" para buscar uma solução que contemple agronegócio e sustentabilidade. "A Ferrogrão capta mais carbono do que qualquer projeto meu", argumenta.

O projeto prevê que a linha evitará a emissão de 3,4 milhões de dióxido de carbono equivalente na atmosfera por ano. Além disso, toda a carga de soja que transitar por lá será rastreada. A linha será ainda uma forma de conectar a bioeconomia da Amazônia aos centros consumidores.

O ministro cita um exemplo de conciliação entre a obra de infraestrutura e a sustentabilidade. "A Fiol estava parada havia 18 anos por causa de um conflito com quilombolas", exemplificou. "O acordo para destravar a obra custou R$ 160 milhões, e o que são R$ 160 milhões num projeto de R$ 20 bilhões?"

Santoro aponta alternativas ao projeto. "Tem gente que adora a Ferrogrão, mas eu acho que é melhor fazer a Açailândia (MA) a Barcarena (PA), que eu resolvo o mesmo problema." Ele se refere a uma linha que liga a Ferrovia Norte-Sul ao porto paraense de Vila do Conde.

O conflito entre a preservação ambiental e a expansão da fronteira agrícola remete ao debate sobre qual país o Brasil quer ser nos próximos anos. Hoje, é uma potência exportadora de commodities, cujo volume de embarques aumentará 300% nos próximos 15 anos. Se o caminho continuará sendo este, é bom considerar que a demora em expandir a infraestrutura joga e jogará contra a competitividade dos produtos brasileiros.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Conjuntura Para Gaya Herrington, professora de Harvard, é preciso considerar critérios como saúde e educação para avaliar desempenho econômico

Progresso não pode ser medido só pelo PIB, diz pesquisadora

DIVULGAÇÃO

Herrington, especialista em sustentabilidade: Brasil tem matriz energética mais limpa do que a maioria dos países

Vanessa Oliveira
Do Rio

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não pode ser o único parâmetro para medir o desenvolvimento econômico e social e o avanço do progresso precisa incluir indicadores que considerem saúde, educação, qualidade ambiental, tempo de lazer e com a família e redução das desigualdades, diz a holandesa Gaya Herrington, econometrista e professora de Harvard. Pesquisadora em sustentabilidade, Gaya integra o Clube de Roma, organização que reúne líderes em negócios, cientistas, economistas e representantes da sociedade civil para discutir temas globais com foco no desenvolvimento sustentável.

"Temos que colocar o bem-estar humano e ecológico no centro. No fim, eles [os indicadores] são a mesma coisa", diz Herrington. Na semana que vem, ela estará em São Paulo para o Encontro Futuro Vivo, que reunirá especialistas e lideranças para discutir caminhos para um futuro mais sustentável.

Herrington ganhou notoriedade ao revisitar um dos estudos ambientais mais influentes do século XX, chamado "Os limites do crescimento" ("The Limits to Growth"), publicado em 1972 pelo Clube de Roma. Há mais de 50 anos, o relatório usou modelos matemáticos para analisar como variáveis globais — como crescimento populacional, industrialização, produção de alimentos, consumo de recursos naturais e poluição — poderiam evoluir ao longo do tempo em um planeta de recursos finitos.

Em 2021, Herrington comparou os cenários do modelo computacional World3, usado na pesquisa original, com dados das últimas décadas. O resultado foi que a humanidade segue no cenário "business as usual" (negócios como de costume), no qual a ausência de mudanças estruturais leva a uma fase de declínio de indicadores de bem-estar, que culmina com um alerta de colapso social.

"O colapso não significa o fim da humanidade. É um termo técnico para dizer que você chega a um pico e depois começa um declínio. É indesejável, mas não é o fim do mundo. A questão é como podemos aumentar nossa resiliência", diz a pesquisadora.

Herrington diz que o atual sistema de produção e consumo ultrapassa os limites de equilíbrio ambiental, o que desestabiliza condições que tornam a vida segura. Segundo relatório de 2025 do Stockholm Resilience Centre (SRC), centro internacional de pesquisa da Universidade de Estocolmo, na Suécia, que avalia a resiliência dos sistemas socioecológicos, sete dos nove limites que regulam a estabilidade do sistema terrestre foram ultrapassados, incluindo a acidificação dos oceanos.

"A economia precisa servir ao bem-estar, não o contrário"
Gaya Herrington

Para Herrington, a principal mensagem é que o crescimento do PIB não pode ser o objetivo final das sociedades: "Quando nossas necessidades materiais são baixas, a alta do PIB está associada ao aumento no bem-estar. Mas, depois de determinado ponto, continuamos aumentando a riqueza sem que isso gere mais felicidade ou qualidade de vida", diz. "A economia precisa servir ao bem-estar, não o contrário."

Herrington questiona a ideia de "desacoplamento", conceito segundo o qual seria possível manter um crescimento econômico contínuo ao passo em que se reduz os impactos ambientais. "Não vemos desacoplamento suficiente no uso de água, na perda de biodiversidade, na degradação dos solos ou na poluição. As emissões globais nunca foram tão altas", afirma.

Segundo ela, avanços tecnológicos e ganhos de eficiência, embora fundamentais, não resolvem os problemas. "A tecnologia pode ser usada para trabalhar menos e consumir menos recursos, ou para produzir mais com a mesma quantidade de horas e material. Em um sistema orientado pelo crescimento, ela tende a ser usada para produzir mais usando mais." Ela cita Nova Zelândia, Islândia e Butão como exemplos de países que aplicam a economia do bem-estar.

A pesquisadora também vê oportunidades para países como o Brasil, que combinam biodiversidade, potencial de energias renováveis e conhecimentos tradicionais. "O Brasil tem tudo. Tem uma matriz energética mais limpa do que a maioria dos países e tem povos indígenas, que preservam uma visão de interdependência com a natureza."

Confiança do consumidor é a menor em quatro anos

Alessandra Saraiva
Do Rio

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 3,6 pontos em agosto, para 84,7 pontos, quarta queda consecutiva, informou na terça-feira, (25) a Fundação Getulio Vargas (FGV). Além de conduzir o índice ao menor patamar desde novembro de 2022 (83,5 pontos) foi mais forte queda desde janeiro de 2025 (-4,4 pontos)

Anna Carolina Gouveia, economista da fundação, não descartou novos recuos, no ICC. Isso porque fatores macroeconômicos que estão inibindo o consumo devem permanecer até fim do ano, disse.

A queda no ICC foi causada tanto por respostas relacionadas ao presente quanto ao futuro. Em agosto, o Índice de Situação Atual (ISA), um dos dois componentes do ICC, caiu 0,6 ponto, para 83,8 pontos. O Índice de Expectativas (IE), por sua vez, recuou 5,4 pontos, para 86,1 pontos.

"O que tivemos esse mês foi uma queda forte, uma queda relevante e espalhada por quase que todos os indicadores e faixas de renda", resumiu.

Sobre faixas de renda, o ICC caiu 1,4 ponto para quem tem ganho de até R$ 2,1 mil; nos com ganhos entre R$ 2.100,01 e R$ 4,8 mil, a queda foi de 4,2 pontos. Por sua vez, na faixa entre R$ 4.800,01 e R$ 9,6 mil, o recuo foi de 5,3 pontos e, nos com ganhos acima de R$ 9,6 mil, a retração foi de 0,9 ponto, também em agosto.

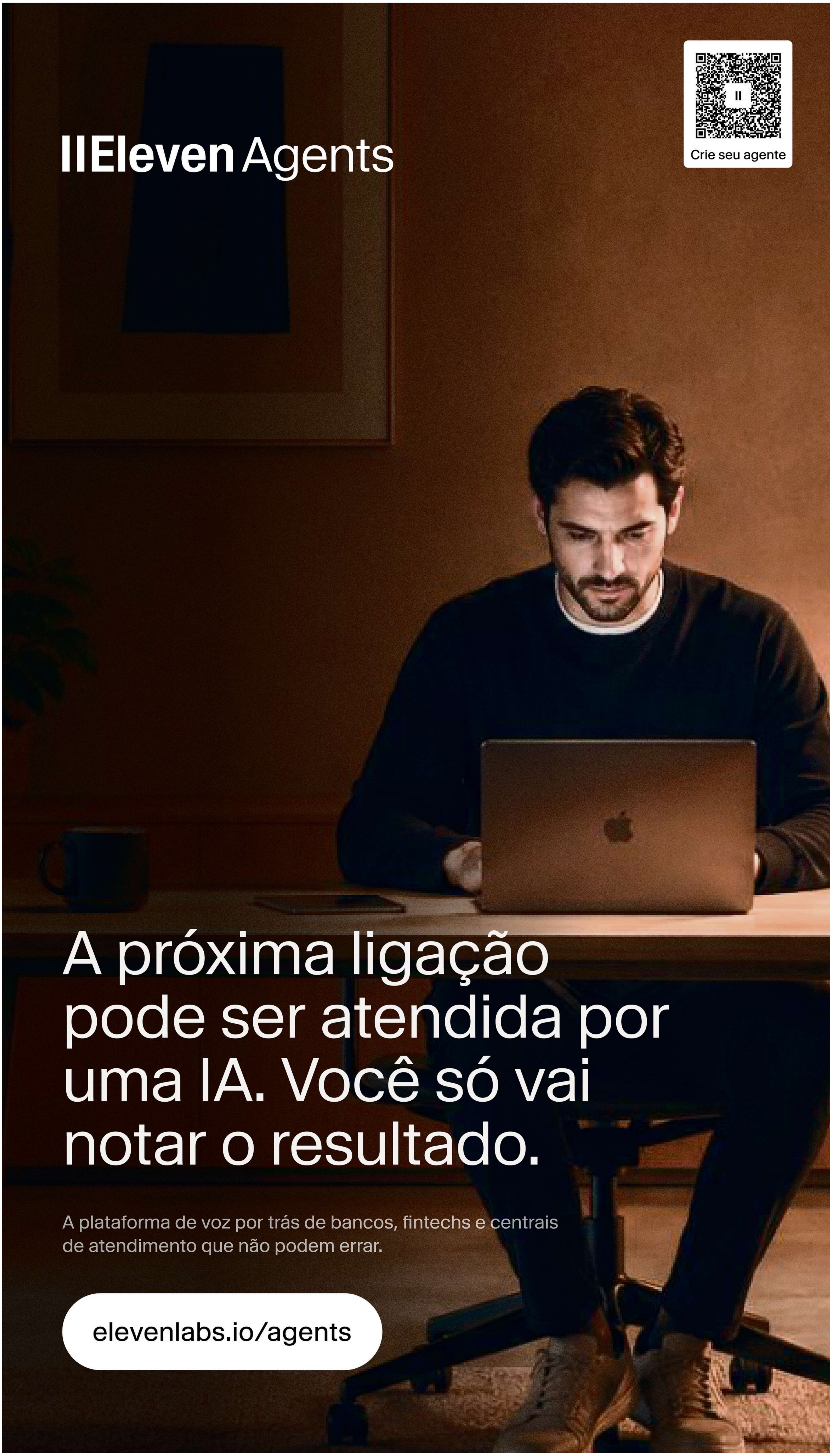
Uma série de fatores conduziu ao desempenho no mês, entre eles, os elevados patamares de endividamento e de inadimplência das famílias. A técnica pontuou que esses continuam em patamares historicamente elevados, desafiando orçamento familiar, especialmente entre faixas de renda mais baixas.

Outro aspecto a ser considerado, disse a técnica, é o ritmo do emprego. Os mais recentes resultados do mercado de trabalho mostraram leve desaceleração, lembrou, o que traz impacto ao humor do consumidor.

Além disso, o consumidor está cauteloso quanto à inflação. I De julho a agosto, a expectativa da alta de preços para os próximos 12 meses subiu de 5,8% para 6,2%. "Não temos inflação 'explodindo'. Mas temos, pontualmente uma inflação, principalmente em alimentos", disse. "E tem previsão de piora [em inflação de alimentos] devido, principalmente, ao El Niño."

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Allos **B1**
Ambev **B1, B10**
Andorinha Hipercenter **B6**
AngloGold Ashanti **B1**
Anthropic **B8, B9**
ASA **C6**
Assaí **B6**
AWS **B10**
Azul **B4**
Banco do Brasil **C3**
Bank of America **C2**
BGC Liquidez **C2**
BlackRock **B7**
BNDES **A4**
Boticário **B6**
Bradesco **B6, C3**
BRCG **A4**
BTG Pactual **B1, B4**
Bytedance **B8**
Caixa **A4, A14, B4, B6, C3**
Canadian Imperial Bank of Commerce **C2**
Carrefour **B6**
Chevron **B7**
Cine Araújo **B8**
Cineart **B8**
Citi **A8, B1**
Claro **B8**
Cury **B1, B4**
Cyrela **B4**
Deloitte **C3**
Direcional **B6**
Discord **B8**
EcoAgro **C1**
Eleven Financial Research **B4**
Embraer **B1, B10**
Embrapa **B10**
EnduraCarbon **B9**
Equinor **B7**
ExxonMobil **B7**
Eztec **B4**
FS **B9**
Gerdau **B7**
Global Infrastructure Partners **B7**
Gol **B4**
Google **B9**
GranBio **B9**
Grupo Amma **B6**
GWM **B10**
Hapvida **B4**
HLE Entertainment **B8**
iFood **B6**
Iguatemi **B1**
Inpress Porter Novelli **B9**
Itaú **B6, C1, C3**
Itaú BBA **B1**
Kinea **C1**
Latam **B4**
Lojas G **B6**
Lupatech **B1**
Magazine Luiza **B6**
Master **A14, A16**
Melhoramentos **B1**
Meteoric Resources **A8**
Mosaic **B10**
Moura Dubeux **B4**
MRV **B6**
Multiplan **B1**
Necton Investimentos **C5**
Neoenergia **B1**
Oi **B6**
Opea Securitizadora **C1**
OpenAI **B8, B9**
Oracle **B10**
OSX **B1**
Paramount Skydance **B8**
Petrobras **A4, B1, B7, B9, B10**
Ramp **B8**
RD Saúde **B6**
Repsol Sinopec **B7**
Rio Energy **B7**
RL Consultoria **A12**
Santander **C3**
Scatec **B7**
Serasa **B8**
Serra Verde **A8**
Severiano Ribeiro, **B8**
Shell **B7**
Squadra Investimentos **B4**
St George **A8**
TDS Company **B10**
Tenda **B1, B4, B6**
TikTok **B8**
UBS BB **B4**
United Airlines **B6**
USA Rare Earth **A8**
Usina São Manoel **B9**
Vale **B1, B7**
Verde Asset **C1**
Viridis **A8**
Warren Investimentos **C5**
WEG **B1**
WHG **C6**
XP **A4, B1, B4**


IIEleven Agents
Crie seu agente
A próxima ligação pode ser atendida por uma IA. Você só vai notar o resultado.
A plataforma de voz por trás de bancos, fintechs e centrais de atendimento que não podem errar.
elevenlabs.io/agents

Contas públicas ‘Lado oculto’ dos estímulos fiscais é desafio para BC conter inflação, alerta FGV Ibre

Para driblar arcabouço, governo Lula dobra despesa financeira

LEO PINHEIRO/VALOR

Lívio Ribeiro, pesquisador do Ibre e sócio da consultoria BRCG: medidas tornam mais difícil acompanhar as ações do governo e seus efeitos na economia

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Para contornar as amarras impostas pelo arcabouço fiscal que ele próprio implementou e tentar impulsionar a economia, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva elevou o gasto financeiro como proporção do PIB de 0,9% em 2023 para 2,1% em 2026. São medidas sobretudo de estímulo ao crédito, que tornam mais difícil e opaco o acompanhamento dos efeitos do governo sobre a economia, além de prejudicarem o trabalho do Banco Central no combate à inflação.

A edição de agosto do Boletim Macro, produzido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), chama atenção para o que classifica de "lado oculto" dos estímulos fiscais. Em valores absolutos, essas despesas saltaram de R$ 95,8 bilhões para R$ 281,9 bilhões em três anos. O cálculo é feito retirando-se da despesa financeira o serviço da dívida, a reforma tributária e a previdência dos servidores.

A maior parte delas ficou concentrada em quatro programas: a terceira faixa do Minha Casa, Minha Vida (MCMV); o programa de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas; o Move Brasil, voltado à aquisição de motos, carros, caminhões e ônibus; e o Brasil Soberano, criado em 2025 para apoiar exportadores atingidos pelo tarifaço americano e depois estendido a outros setores. Juntas, essas quatro ações saíram de R$ 0,6 bilhão (0,01% do PIB) para R$ 146,7 bilhões (1,1% do PIB) em três anos — reflexo de uma escolha deliberada do Executivo por esse canal de expansão fiscal.

Alguns desses programas são financiados a partir de um fundo específico, e não necessariamente implicam despesa primária imediata ou mesmo anterior. O MCMV conta com crédito subsidiado do Fundo Social, abastecido pela participação da União em contratos de exploração de petróleo. O Programa de Mitigação é operado com recursos do Fundo Clima (FNMC), abastecido por participações especiais do petróleo, e o Brasil Soberano é financiado principalmente pelo Fundo Garantidor de Exportações (FGE).

"O novo arcabouço fiscal traz uma trava ao crescimento real da despesa primária. Só que o ritmo de 2,5% de crescimento da despesa não é consistente com fazer o Estado caber dentro dele. Por isso, começam as medidas por fora do arcabouço, despesas não estão sujeitas nem à meta de resultado primário nem ao limite de crescimento das despesas primária", explica o pesquisador do Ibre e sócio da consultoria BRCG, Lívio Ribeiro.

Ele ressalta que o cálculo não foca em outras formas de gasto por fora da regra fiscal, como os relacionados às enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, o tratamento dado aos precatórios e gastos com Defesa, nem os empréstimos com recursos do BNDES e do FGTS.

Para os analistas de política fiscal, segue Ribeiro, as medidas tornam mais difícil acompanhar as ações do governo e seus efeitos na economia. Além de driblarem as métricas convencionais pelas quais os economistas acompanham as ações dos governos, as medidas de crédito têm efeito mais indireto e incerto que o gasto primário, uma vez que dependem de prazos, taxas, condições de enquadramento, adesão de bancos e tomadores

> "Me parece muito claro que as medidas são uma forma de impulso fiscal"
> *José Júlio Senna*

"Hoje, se tenho uma linha garantida pelo Tesouro e oferecida por um banco privado, esse crédito é publico ou privado? A distinção aqui começa a ficar nublada, atrapalha a forma como lê mercado de crédito", ressalta. "Além disso, é possível que algumas políticas tenham sucesso, como parece ser o caso da faixa 3 do MCMV, enquanto outras empaquem, como estamos vendo agora com o Move Brasil. Neste sentido, fica muito mais difícil estimar qual é o impulso fiscal do governo."

Outra questão levantada, no caso da locação dos fundos, é que se tornou muito mais fácil ampliar e reenquadrar as políticas e seus objetivos, já que tais mudanças ocorrem por via administrativa. "O Brasil Soberano começa como suporte às empresas afetadas pelo tarifaço dos EUA. Mas já estamos na terceira edição e o escopo hoje é muito maior. No caso do Move Brasil para categorias profissionais, o programa foi ampliado recentemente para permitir a compra de seminovos", acrescenta Matheus Rosa, também da BRCG.

Ribeiro pondera que, embora o caráter dessas iniciativas suscite o debate sobre ilegalidade, todas são legais e públicas. "O ministro da Fazenda, Dario Durigan, já criticou o fato de que muitos analistas caracterizam essa despesa como fora do Orçamento, o que está errado. De fato, elas estão no Orçamento, mas de forma extremamente dispersa, com implicações macroeconômicas crescentes e difíceis de precisar e acompanhar."

Para a coordenadora do boletim, Silvia Matos, ainda assim, resta o fato de que tais iniciativas driblam os instrumentos principais para auferir o peso do governo sobre a economia. "O problema é usar instrumentos atípicos cada vez mais para substituir políticas comuns, o que atrapalha a compreensão sobre qual o multiplicador fiscal dessas ações", diz. "Se a regra não é seguida, há perda de transparência, o arcabouço e o governo perdem credibilidade fiscal."

"Apesar das incertezas, me parece muito claro que as medidas são uma forma de impulso fiscal, têm a mesma direção dos gastos primários e, por isso, vêm prejudicando a condução da política monetária. São instrumentos que não entram nas modelagens do Banco Central", acrescenta o ex-diretor do Banco Central José Júlio Senna.

Para Rosa Ribeiro, todos esses fatores sugerem cautela adicional na hora de avaliar o pós-eleição — após um 2026 de impulso fiscal alto, parte dos analistas acredita que 2027 será um ano de forte contração das despesas, o que inclusive ajudaria a aliviar a dinâmica da dívida. Em junho, o déficit nominal em 12 meses alcançou 9,99% do PIB, o maior nível desde abril de 2021, segundo dados divulgados pelo Banco Central, elevando temores não apenas sobre a capacidade de financiamento do governo, mas também sobre todo o modelo de crescimento econômico petista, que poderia estar perto do limite.

"Uma tentação é avaliar que todos esses estímulos são explicados pela eleição. Mas o que estamos mostrando é exatamente o contrário: a alta da despesa financeira vem desde 2024. E, como vimos recentemente, o Ministério do Planejamento (MPO) publicou estudos defendendo que essas medidas não têm impacto inflacionário, mas melhoram o emprego, a arrecadação e a atividade. Se o governo enxerga com tão bons olhos essa medida, porque esse canal seria desligado simplesmente a partir de 2027?", indaga Rosa Ribeiro.

Ver também pág. A6

Preço do petróleo ajuda, e arrecadação cresce 9% em julho

Mariana Andrade e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Puxada por receitas sobre petróleo e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a arrecadação federal alcançou R$ 289,4 bilhões em julho. O número representa alta, em termos reais e na comparação com o mesmo período do ano passado, de 8,97%. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, a arrecadação atingiu R$ 1,876 trilhão, alta de 6,98%. Os números foram divulgados nesta terça-feira (25) pela Receita Federal.

A cobrança do Imposto de Exportação sobre combustíveis respondeu por R$ 3,1 bilhões da arrecadação federal de julho, segundo a Receita. O valor é classificado pelo fisco como um fator não recorrente e ajudou a elevar a arrecadação administrada no mês. No ano, o Imposto de Exportação gerou R$ 7,9 bilhões aos cofres públicos.

A tributação de 12% sobre as exportações de petróleo bruto foi criada neste ano como parte do pacote de medidas para compensar a perda de receitas decorrente dos subsídios aos combustíveis. Em 9 de julho, o governo federal decidiu prorrogar por até 60 dias esse imposto de exportação, mantendo a alíquota de 12%.

Segundo a Receita, a arrecadação com o IOF subiu 19,35% no mês passado, totalizando R$ 8,1 bilhões. O crescimento reflete base de comparação mais elevada, já que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentou as alíquotas do tributo em junho do ano passado para reforçar a arrecadação e melhorar o resultado fiscal de 2025 e de 2026. No ano, a alta da arrecadação com o IOF é de 28,73% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R$ 58,5 bilhões.

Houve ainda em julho alta de 29,47% na rubrica IRRF Rendimentos de capital, com arrecadação de R$ 13,4 bilhões. O desempenho, segundo a Receita, é reflexo dos rendimentos mais elevados de fundos e títulos de renda fixa.

A XP Investimentos projeta que a arrecadação terá alta de 5,6% neste ano, com o indicador crescendo menos nos próximos meses. Apesar do “preço mais alto do petróleo”, a tendência é que a atividade econômica reduza o ritmo de expansão nos próximos meses.

“Essa arrecadação será essencial, mas ainda insuficiente para que o governo cumpra a meta de resultado primário, que dependerá de receitas adicionais provenientes das participações na produção de petróleo”, disse o economista Tiago Sbardelotto em relatório.

A meta é de superávit primário de R$ 34,3 bilhões neste ano, o equivalente a 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). Há, no entanto, intervalo de 0,25 ponto do PIB para cima ou para baixo. Além disso, como não entram na conta despesas com precatórios, o resultado primário efetivo será menor do que o resultado que é considerado para o cumprimento da meta.

Subsídio à gasolina deve ser prorrogado até de 9 de setembro

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo federal deve prorrogar a subvenção de R$ 0,44 por litro de gasolina até 9 de setembro, último dia de validade da medida provisória (MP) que dá embasamento legal à iniciativa, segundo apurou o **Valor** com um integrante da equipe econômica.

A subvenção à gasolina havia sido prorrogada por meio de portaria no fim de julho, mas somente por 30 dias, contando a partir de 26 de julho. Com isso, o incentivo ao combustível vale somente até terça-feira (25), perdendo a validade a partir de hoje, caso não seja prorrogado.

Conforme mostrou o **Valor**, a intenção da equipe econômica era prorrogar o subsídio por mais 30 dias, mas isso não é possível no momento porque a MP que viabiliza o incentivo à gasolina tem validade somente até 9 de setembro.

O projeto de lei dos combustíveis, aprovado há duas semanas pelo Congresso, ainda não foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo também avalia como esse projeto pode dar segurança jurídica para uma renovação da subvenção à gasolina, já que o texto trata da desoneração de tributos e de subvenções a outros tipos de combustíveis.

A intenção da equipe econômica continua sendo retirar, tão logo seja possível, as subvenções aos combustíveis instituídas devido ao conflito no Oriente Médio. Contudo, a escalada militar continua, o que tem mantido o preço do barril de petróleo do tipo Brent, referência internacional, acima de US$ 80 por barril. Na semana passada, o Brent chegou a ultrapassar US$ 90.

Diante desse cenário de instabilidade, a decisão foi manter a subvenção de R$ 0,44 à gasolina por mais um período de tempo.

Paralelamente, o governo busca uma saída jurídica para permitir novas renovações após 9 de setembro, se necessário. A tendência é usar o projeto de lei dos combustíveis. O tema continua em debate na equipe econômica.

Há um receio no governo de que, sem a subvenção, os preços dos combustíveis subam, impactando a inflação, o setor produtivo e o bolso do consumidor antes das eleições de outubro.

No caso da subvenção de R$ 1,12 para o diesel, ainda não há decisão tomada, mas a tendência é que ela também seja prorrogada, se o Brent se mantiver em patamar elevado. Essa subvenção foi prorrogada por 60 dias em 16 de julho, valendo até 13 de setembro. A MP que deu amparo legal à medida vigora até 26 de setembro.

Está em vigor, ainda, o Imposto de Exportação sobre óleo bruto, com alíquota de 12%. A cobrança também foi prorrogada, a partir de 10 de julho, por mais 60 dias, por decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

O prazo acaba no começo de setembro, e a tendência é que a tributação seja mantida. A decisão final será da Camex.

Receita com dividendo de estatal só atinge 20% da meta anual

Folhapress

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) arrecadou no primeiro semestre pouco menos de 20% do valor esperado com dividendos de empresas estatais federais para este ano. O baixo desempenho acendeu um alerta entre analistas para o risco de frustração dessas receitas, que são uma fonte importante de recursos para cumprir a meta fiscal de 2026.

A equipe econômica espera obter R$ 55,5 bilhões em dividendos neste ano, mas só R$ 10,4 bilhões entraram no caixa do Tesouro de janeiro a junho (18,7% do estimado). Em igual período do ano passado, a arrecadação ficou em R$ 25 bilhões, em valores já atualizados pela inflação, ?ou seja, houve uma queda real de 58% no período.

Os dividendos são uma remuneração equivalente a parte do lucro obtido por empresas. O governo recebe esses valores de companhias nas quais a União tem participação. Em 2025, os principais pagadores de dividendos foram BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Petrobras e Caixa Econômica Federal.

Integrantes do governo atribuem os resultados mais tímidos de 2026 até agora a uma diferença de calendário e afirmam que é possível haver pagamentos mais significativos no segundo semestre. Um deles virá do BNDES, que aprovou repasse extraordinário de R$ 6,8 bilhões, ainda com base em resultados obtidos em 2025. Com a correção devida pelo período, o repasse efetivo deve alcançar R$ 7,25 bilhões, a ser feito até o fim de setembro.

Ainda assim, a equipe econômica precisa de reforço de R$ 40 bilhões em seis meses para alcançar o valor projetado, o que analistas consideram de difícil realização.

O pagamento de dividendos não depende só da aferição de lucro, mas também do calendário corporativo e da decisão dos administradores das companhias do quanto distribuir aos acionistas.

Mesmo em casos excepcionais como o da Petrobras ?que anunciou uma distribuição de R$ 17,4 bilhões em dividendos após ter o lucro turbinado pela alta do petróleo no segundo trimestre?, a parcela que caberá à União será de cerca de R$ 5 bilhões.

Segundo um integrante da equipe econômica, ainda é cedo para saber se a expectativa de receitas com dividendos será frustrada, mas, mesmo que isso aconteça, o governo tem instrumentos para acomodar o imprevisto sem risco à meta fiscal. O alvo neste ano é um superávit de R$ 34,3 bilhões, mas o resultado final pode ser zero para efeitos de meta, graças à margem de tolerância, e negativo em até R$ 52 bilhões quando consideradas exceções para sentenças judiciais e parte das despesas com defesa, saúde e educação.

GRAND LODGE RESIDENCES: TODAS AS QUADRAS DE UM GRAND SLAM. UMA, DIRETO DE MELBOURNE.

O GRAND LODGE RESIDENCES REÚNE NOVE QUADRAS COM TODAS AS SUPERFÍCIES DE UM GRAND SLAM: GRAMA, SAIBRO E AS RÁPIDAS OFICIAIS DE MELBOURNE. COM PLANTAS DE 135 M² A 486 M², O PROJETO REÚNE ARQUITETURA, ESPORTE E EXCELÊNCIA EM TODOS OS DETALHES. E ESSA EXCELÊNCIA GANHA UMA NOVA DIMENSÃO: O BOA VISTA VILLAGE SE TORNA O ÚNICO EMPREENDIMENTO DO MUNDO A ABRIGAR QUADRAS OFICIAIS DO AUSTRALIAN OPEN FORA DO COMPLEXO DO TORNEIO.

AUSTRALIAN OPEN
JUNIOR SERIES
SOUTH AMERICA

14 A 18 DE OUTUBRO DE 2026
BOA VISTA VILLAGE

AO | JHSF

OFFICIAL REGIONAL PARTNER

Contas públicas Nova estimativa aponta gasto R$ 5 bilhões menor em 2027 do que cálculo anterior

Governo prevê alta menor em benefício do INSS e projeta alívio no Orçamento

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

PLOA 2027

Governo reduziu em R$ 5 bi estimativa total com despesas do RGPS

	Estimativa para 2027 de 04/08 (Em R$)	Estimativa para 2027 de 25/08 (Em R$)
Benefícios previdenciários administrativos	1.166.250.282.302	1.160.999.843.823
Compensação previdenciária	7.880.450.962	8.112.910.837
Benefícios via concessão judicial	49.390.998.077	49.390.998.077
Total	**1.223.521.731.341**	**1.218.503.752.737**

Fonte: INSS e Ministério da Previdência Social

O governo federal reduziu em R$ 5 bilhões a estimativa de despesa com benefícios previdenciários em 2027, que constará no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), a ser encaminhado até segunda-feira (31) ao Congresso Nacional. Até semana passada, a previsão era que essa despesa iria para R$ 1,223 trilhão no próximo ano, conforme mostrou o **Valor** na semana passada. Agora, a previsão é de um gasto de R$ 1,218 trilhão.

A diferença foi possível porque o governo passou a considerar dados de concessão de agosto deste ano na projeção e uma expectativa maior de cancelamento de benefícios indevidos. Ao incluir esses dados na conta, o governo conseguiu reduzir a previsão de despesa obrigatória esperada para Previdência Social ao fim de 2026 e de 2027.

Pelo último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Orçamento deste ano, divulgado em julho, o governo previa que a despesa previdenciária encerraria o ano de 2026 em R$ 1,135 trilhão. Agora, considerando dados de concessão de agosto e as ações extras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para cancelamento de benefícios indevidos, a expectativa é que a despesa previdenciária fique em R$ 1,129 trilhão em 2026, uma diferença de R$ 6,46 bilhões em relação à projeção que consta no último relatório bimestral.

O Ministério da Previdência Social e o INSS partiram desse número menor para 2026 para estimar a nova projeção de gasto para 2027. Com isso, a estimativa agora é as despesas totais com benefícios previdenciários fiquem em R$ 1,218 trilhão em 2027, e não mais R$ 1,223 trilhão estimado no começo de agosto. A diferença é de R$ 5 bilhões.

Com essa opção, o governo ganhou espaço de R$ 5 bilhões para fechar o Orçamento de 2027. Isso porque, quanto mais alta é a despesa obrigatória, menor é o espaço para as despesas discricionárias (não obrigatórias), como investimento e custeio da máquina pública. A diferença de R$ 6,46 bilhões em relação a este ano também deve auxiliar o governo a fazer um novo desbloqueio do Orçamento de 2026 em setembro.

Os números consideram os benefícios previdenciários concedidos administrativamente pelo INSS, a compensação previdenciária (um acerto de conta feito entre o INSS e os regimes próprios) e a concessão de benefícios por decisão judicial.

Ao fazer a primeira projeção para 2027, no começo de agosto, o governo utilizou como base a projeção de 2026 que constava no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas de julho. Próximo do envio do PLOA, o governo decidiu incluir os números parciais de agosto na conta e uma maior previsão de cancelamento de benefícios indevidos.

Em termos percentuais, a variação entre os números ficou parecida. Pelas novas projeções, a despesa vai crescer nominalmente 7,92% em 2027 na comparação com à nova projeção para 2026. Mas, para fechar o Orçamento de 2027, o importante para o governo é o número exato, já que qualquer redução de bilhões ou milhões de reais abre espaço para despesas discricionárias.

Tirando Comprev e sentenças judiciais, a nova alta projetada para os benefícios previdenciários concedidos administrativamente pelo INSS é de 8,76%. No caso do Comprev, há uma alta de 2,95%. No caso da concessão judicial, o governo estima que haverá uma queda de 8,08%, influenciada principalmente pelo menor estoque de precatórios. Os percentuais consideram as novas projeções para 2026 e 2027.

Pelos números fechados no começo de agosto, o governo previa uma alta total de 7,7% da despesa obrigatória da Previdência Social, com o gasto passando de R$ 1,135 trilhão então estimado para este ano para R$ 1,223 trilhão em 2027, conforme mostrou o **Valor** na semana passada. Sem considerar Comprev e sentenças judiciais, a alta dos benefícios previdenciários seria de 8,6% passando de R$ 1,074 trilhão previsto para este ano para R$ 1,166 trilhão em 2027. Agora, as novas estimativas para benefícios previdenciários sem Comprev e sentenças são, respectivamente, de R$ 1,067 trilhão em 2026 e R$ 1,161 trilhão em 2027.

> "A gente tem acompanhado essa despesa muito atentamente, porque está de difícil projeção"
> *Eduardo Pereira*

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Rogério Nagamine, especialista em Previdência: causa "alguma estranheza mudança de projeção em prazo tão curto"

Os novos números foram aprovados pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) na terça-feira (25). A alteração ocorreu às vésperas de entrega do PLOA.

O economista Rogério Nagamine, especialista em Previdência Social, afirma que causa "alguma estranheza essa mudança de projeção em prazo tão curto".

"Do ponto de vista fiscal, é mais adequado que as projeções sejam feitas de forma conversadora de forma a evitar necessidade de suplementação ao longo do ano", explica Nagamine. Isso porque a despesa previdenciária é um gasto obrigatório do Orçamento. Se, ao longo do próximo ano, a previsão orçada não for suficiente, o governo terá que prever mais recursos, ou seja, fazer uma suplementação e bloquear despesas discricionárias. É o vem acontecendo desde 2023.

Eduardo da Silva Pereira, diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Ministério da Previdência Social, disse que há uma grande complexidade para fazer as estimativas que constam no Orçamento, em especial deste ano. "A gente tem acompanhado essa despesa muito atentamente, porque está de difícil projeção. As ações de combate à fila estão deixando bem mais complexa as nossas estimativas", disse. Ele afirmou, ainda, que o governo vem tratando os dados com conservadorismo.

O consultor da Câmara Leonardo Rolim chama atenção para a previsão de redução da concessão judicial. Esse número, diz, pode estar subestimado. "Embora tenha realmente havido redução de precatórios, nada indica uma queda em RPV [requisição de pequeno valor]. Pelo contrário, continua crescendo", alerta.

Linha voltada a motorista de app vai ter prazo de financiamento ampliado

Giordanna Neves
De Brasília

Com dificuldade de os empréstimos do Move Brasil, voltado a motoristas de aplicativos e taxistas, ganharem tração, o governo federal vai ampliar de 72 para 84 meses o prazo máximo de financiamento do programa. A mudança, que busca reduzir o valor das parcelas e será formalizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), faz parte de ajustes adotados desde o lançamento da linha, à medida que entraves foram identificados. As afirmações foram feitas ao **Valor** pelo secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Uallace Moreira.

O Move Brasil foi lançado em maio deste ano, junto com uma série de programas com os quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) busca antes das eleições de outubro se aproximar de um público mais alinhado à oposição. O programa tem, por exemplo, taxas mensais de juros de 0,99% para homens e 0,91% para mulheres.

Apesar das dificuldades nas contratações, que chegaram a motivar cobranças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos bancos públicos na semana passada, Moreira afirma que o Move já teve impacto expressivo sobre as vendas dos veículos alcançados pelo programa. Foram 40 mil carros nos primeiros dois meses, quase cinco vezes os 8,8 mil que esse mercado costuma movimentar no mesmo período. Dos R$ 30 bilhões de recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional para viabilizar a linha, R$ 4 bilhões foram liberados.

Moreira ressaltou, porém, que os R$ 30 bilhões não foram estabelecidos como meta de desembolso. "A gente abriu a possibilidade de atender o público e ter um recurso ali que, se eventualmente avançasse muito, não faltasse", afirmou.

A medida provisória (MP) que criou o Move Brasil fica válida até 15 de setembro. Caberá ao Congresso decidir se votará o texto antes do fim da vigência, diz o secretário. Segundo ele, o prazo da MP também é relevante para operações que já passaram pela análise dos bancos. Há um volume de financiamentos aprovados que ainda não se transformaram em contratação por falta da emissão da nota fiscal pelas montadoras. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) só libera os recursos após a apresentação do documento, mas alguns veículos têm prazo de entrega de até 60 dias.

As montadoras também não podem antecipar a emissão do documento sem a entrega do veículo devido às regras relacionadas ao Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Se a MP perder a validade antes da emissão da nota fiscal, essas operações, mesmo aprovadas, não poderão ser concluídas pelo programa.

O secretário afirma ainda que parte dos problemas de andamento da linha decorreu do caráter inédito da iniciativa e só se tornou evidente com o programa em funcionamento. "Qualquer política pública serve como um processo de aprendizado", diz.

Um desses problemas foi o início da operação do programa, em 19 de junho, sem o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que só passou a funcionar em 2 de julho. O secretário afirma que isso provocou um nível elevado de reprovação dos pedidos de crédito nas primeiras semanas. Após a entrada do fundo, as aprovações começaram a crescer. O governo autorizou a possibilidade de até dois aportes, cada um de R$ 2 bilhões, no FGI.

Mas a garantia não elimina a análise de risco dos bancos, e parte da dificuldade para fazer as contratações avançarem permanece justamente nessa etapa. Segundo Moreira, alguns motoristas têm pouco histórico no sistema financeiro e não alcançam o "rating" necessário para o financiamento.

Ele ressalta que estar habilitado para o programa não significa ter o crédito automaticamente aprovado. Para facilitar o processo, a Caixa Econômica Federal, por exemplo, passou a considerar na análise os extratos dos valores recebidos pelos motoristas nas plataformas, rendimentos considerados, até então, informais.

Moreira também diz que, no caso dos mais de 300 mil motoristas que usam carros alugados, a compra do veículo pode melhorar a capacidade de pagamento. Isso porque a diferença entre o valor antes destinado ao aluguel e a prestação do financiamento passa a ficar disponível para o trabalhador.

Além das mudanças voltadas a facilitar o acesso ao crédito, o governo também alterou as condições para os veículos que podem ser financiados. O teto foi elevado de R$ 150 mil para R$ 200 mil. O secretário diz que essa revisão foi necessária após atualização da lista de modelos aceitos por aplicativos de transporte nas categorias Black e Comfort, voltadas a veículos de padrão superior.

DANIEL FAGUNDES/VALOR

Uallace Moreira, secretário do Mdic: "Qualquer política pública serve como um processo de aprendizado"

O governo também foi atendendo a demandas das instituições financeiras ao longo da execução do programa, na tentativa de dar tração à linha, diz Moreira. Os bancos passaram a ter acesso à base de dados dos trabalhadores cadastrados e foram isentos de taxa pelo uso do FGI. Essa isenção, diz ele, reduz o custo da operação e aumenta o spread dos bancos.

Banco do Brasil, Caixa, Banrisul, PAN e Aymoré, ligada ao Santander, operam o programa. Outras grandes instituições privadas não aderiram, o que o secretário atribui a estratégias de mercado. "Você tem que investir em sistema para fazer essa operação", explicou. Como mostrou o **Valor**, o potencial considerado limitado de rentabilização do público do programa pesa na decisão das instituições financeiras.

Sobre as cobranças de Lula aos bancos públicos, Moreira afirma que o pedido do presidente é por "uma atenção especial aos trabalhadores". O secretário reconheceu, ainda, que há limites para a atuação do governo quando a dificuldade de acesso ao financiamento decorre da avaliação de risco feita pelas próprias instituições.

Por enquanto, não há novos ajustes em discussão a serem feitos no programa. O governo quer avaliar os efeitos das mudanças encaminhadas antes de decidir se será necessária nova alteração.

Moreira ainda diz que o programa não foi criado com objetivos eleitorais, afirmando que o Move faz parte de uma lista de programas que têm o objetivo de elevar os investimentos e, assim, promover "transformações estruturais" da economia brasileira. "Pensar em programas que estimulem o investimento é fundamental para elevar a produtividade", diz.

Parte das lições aprendidas com a linha de carros já foi incorporada ao braço do Move Brasil destinado às motos, diz. O início da operação foi adiado para que o Fundo Garantidor de Operações (FGO) já estivesse funcionando, por exemplo.

seminário

mercado ilegal

Por que a economia ilegal afeta você?

A economia ilegal impacta o seu dia a dia, reduz arrecadação, prejudica empresas que atuam dentro da lei e coloca em risco a segurança e os direitos de todos nós.

Participe desse debate essencial e conheça caminhos para um Brasil mais justo, competitivo e seguro.

AMANHÃ
9h a 16h

B'HOTEL - Brasília
SHN Quadra 5, Bloco J, Lote L
Asa Norte, Brasília

INSCREVA-SE E PARTICIPE!

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e garanta sua participação.

PROGRAMAÇÃO GERAL

9h a 10h **Welcome coffee e credenciamento**

10h a 11h

Painel 1

Contrabando e descaminho: dimensão econômica e impactos setoriais

Edson Vismona
Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)

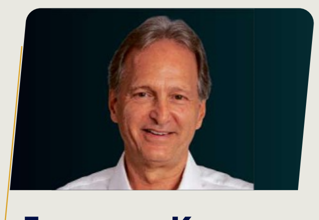
Erivelto Moysés Torrico Alencar
Superintendente-adjunto da Receita Federal na 1ª Região Fiscal

Leandro Piquet
Professor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP

11h a 12h

Painel 2

Fraudes no setor de combustíveis: adulterações, evasão fiscal e crime organizado



Emerson Kapaz
Presidente do Instituto Combustível Legal

Andrei Passos Rodrigues
Diretor-geral da Polícia Federal

Renato Sérgio de Lima
Diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

12h a 13h **Almoço no local**

13h a 14h

Painel 3

Falsificações e adulterações: os desafios do combate à pirataria

Ricardo Morishita Wada
Secretário nacional do Consumidor da Senacon

José Eduardo Cidade
Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD)

Ricardo Lagreca Siqueira
Diretor sênior jurídico do Mercado Livre

14h a 15h

Painel 4

Os "gatos" no Brasil: o aumento da pirataria no setor de serviços

Gesiléa Fonseca Teles
Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Leandro Caixeta
Superintendente de Gestão Tarifária e Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Patricia Audi
Presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee)

Francisco Lucas Costa Veloso
Secretário nacional de Segurança Pública

15h a 16h

Painel 5

Arcabouço jurídico e desafios da legislação

Maria Rosa G. Loula
Secretária nacional de Justiça

Ricardo Andrade Saadi
Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

Ronaldo Lázaro Medina
Especialista em Tributação e Aduana

Mediadores

Lu Aiko Otta
Repórter especial do Valor Econômico

Brunno Melo
Âncora do CBN Brasília

Fabio Graner
Repórter especial e colunista do GLOBO

Patrocínio

PHILIP MORRIS BRASIL
Instituto Combustível Legal
mercado livre

Apoio

abradee
ABBD Associação Brasileira de Bebidas Destiladas

Realização

O GLOBO
Valor Econômico
EXTRA
CBN

Ines249

AARON SCHWARTZ/CNP/BLOOMBERG

Howard Lutnick: secretário americano tem missão de supervisionar toda a política comercial dos EUA e é visto como um dos culpados pelo fracasso com o Canário

Relações externas Nas negociações com governo Lula, americano quer corte de tarifa exclusivo e barrar novos acordos comerciais

Canadá vive roteiro similar ao do Brasil na disputa com Trump

Assis Moreira
De Genebra

Além de exigir demais e oferecer muito pouco em acesso ao mercado, os EUA queriam restringir a capacidade de o Canadá assinar acordos de livre-comércio com outros países, como também levar os canadenses a adotar as mesmas restrições comerciais dos EUA contra outros países.

Para Mark Carney, primeiro-ministro do Canadá, ficou claro que os Estados Unidos Trump querem “destruir nossas principais indústrias” e, por isso, se recusou fechar um acordo comercial com Washington que evitaria novas sobretarifas.

Nada disso é novo para o Brasil. O governo Trump tem feito exigências a Brasília para obter concessões exclusivas no mercado brasileiro, com redução de tarifas de importação que beneficie somente seus produtos.

Washington vem também, na prática, “atrapalhando” negociações do Brasil com outros países para ampliar o acesso aos mercados. Vale lembrar a investigação unilateral com base na Seção 301 sobre o Brasil, que alvejou, por exemplo, acordos preferenciais firmados com a Índia e o México. Para o governo Trump, reduzir as alíquotas para aqueles países resulta em discriminação contra produtos americanos. Acordos preferenciais como entre países em desenvolvimento são autorizados pelas regras internacionais.

Em julho, quando os EUA aplicaram sobretaxa de 25% em produtos brasileiros na esteira dessa investigação da Seção 301, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, foi incisivo. “Claramente, o que incomoda o governo dos EUA é o fato de o Brasil não ter se curvado às pretensões desmedidas e às demandas irrazoáveis apresentadas durante o curso das negociações”

“Cito, como exemplo, demandas de abertura total, irrestrita e exclusiva aos Estados Unidos de setores inteiros da economia brasileira, sem qualquer contrapartida para os produtos brasileiros”, acrescentou.

’’Em outras palavras, exigiam uma capitulação”, completou, recusando a pressão americana.

Agora, depois do mais recente telefonema entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias, e o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, marcaram de retomar as conversas nos próximos dias *(leia texto acima)*.

E nesse cenário há outro elemento a se levar em consideração: resultado de negociação comercial não envolve apenas o USTR. Ela é contaminada por um amontoado de interesses, que pode envolver também articulações de filhos, parentes, amigos da gestão Trump.

Divergências no lado americano ficaram evidenciadas agora no fiasco da negociação de um acordo entre os EUA e o Canadá, que colocou os dois vizinhos em situação de guerra comercial.

Negociadores canadenses tinham, relutantemente, aceitado um acordo já ruim com Jamieson Greer, do USTR, mas este fracassou quando precisou obter a aprovação de outros membros do governo Trump.

Atribui-se ao secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, papel central no fracasso da negociação. Ele e o assessor comercial da Casa Branca, Peter Navarro, entraram em conflito com Greer, insistindo na reta final que era preciso impor condições mais rígidas do que o proposto pelo negociador-chefe americano.

“Navarro e Lutnick estavam gritando com Greer, dizendo: ‘o que você está fazendo? Isso é uma bobagem. Você sabe que não vamos abrir mão dessas coisas’”, contou um representante canadense à imprensa local.

Apareceram exigências de última hora que para Ottawa atacavam a soberania canadense e não tinham como ser aceitas. Além disso, o entendimento preliminar incluía para o Canadá uma cláusula de “nação mais favorecida”. Isso para garantir que, se os Estados Unidos concedessem mais isenções tarifárias a outro país, os canadenses receberiam o mesmo tratamento. Essa cláusula desapareceu da formulação final do acordo.

Greer, do USTR, é o responsável pela negociação desses acordos comerciais ditos “recíprocos”. Mas o Departamento de Comércio de Lutnick supervisiona diretamente as tarifas de vários setores com base em segurança nacional. Lutnick recebeu de Trump a missão de supervisionar toda a política comercial, inclusive a atuação de Greer.

Congressistas democratas tem acusado Howard e seu filho, Brandon Lutnick, presidente da firma Cantor Fitzgerald, de misturarem interesses públicos com negócios muito particulares em alguns casos, inclusive envolvendo tarifas, o que eles negam.

> Governo Donald Trump tem feito exigências a Brasília para obter concessões exclusivas no mercado brasileiro

Greer vai conversar com o ministro Márcio Elias. E no caso da negociação com o Brasil, é preciso levar em conta também a ala ideológica no Departamento de Estado comandado por Marco Rubio.

A experiência dos canadenses é de que, se Greer é um profissional que parece agir de boa-fé no contexto da administração Trump, outros membros do governo não têm a mesma atitude.

Para os canadenses, a recusa de fechar acordo não foi apenas por pequenas concessões oferecidas pelos americanos, mas também a percepção de que iriam enfrentar exigências de mais concessões no futuro pelas quais Washington ditaria a política comercial canadense.

A visão do governo Trump é de que os parceiros de negociação com os EUA devem fazer concessões amplas, abrindo seus mercados simplesmente para obter uma suspensão temporária de barreiras comerciais unilaterais impostas por Washington. É o preço a pagar para ter acesso ao mercado de US$ 32 trilhões.

Assim, diante da reação canadense, incluindo retaliação contra produtos americanos, Trump ameaçou no seu estilo habitual: “Alguém deveria fazer com que esses palhaços ‘entrem na linha’, ou as consequências para o Canadá serão muito PIORES”.

Aparentando indiferença à linguagem trumpiana, Mark Carney avisou que o Canadá poderia retomar as negociações com Washington, mas somente com a condição de que os EUA se apresentassem “com a atitude correta em relação às nossas indústrias”. É ver para crer.

Ver também pág. A19

Reunião com americano será na segunda-feira

Giordanna Neves
De Brasília

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) confirmou para a próxima segunda-feira (31), às 14h30, a reunião entre o titular da pasta, Márcio Elias Rosa, e o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, para dar continuidade às negociações comerciais entre os dois países.

Como mostrou o **Valor**, embora Elias Rosa tenha afirmado que o encontro poderia ocorrer nesta semana, havia a chance de adiamento por dificuldades na agenda de Greer, que concentra as tratativas comerciais dos Estados Unidos com diferentes países.

A avaliação no governo brasileiro, porém, é que o adiamento não representa falta de disposição para negociar. No fim da última rodada de negociações, em julho, os dois lados já haviam acertado que voltariam a dialogar, e a conversa entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump abriu o caminho para a retomada.

Lula ligou para Trump na manhã da última sexta-feira (21). Foi a primeira vez que os dois conversaram após a aplicação da tarifa de 25% sobre exportações brasileiras, anunciada em 15 de julho. Logo depois disso, Elias Rosa recebeu uma mensagem de Greer propondo a retomada do diálogo.

Nos bastidores, interlocutores envolvidos nas tratativas consideram que há uma diferença entre o tom dos embates públicos e o que ocorre na mesa de negociação.

A Lei da Reciprocidade é um exemplo. Quando Greer informou que a recomendação pelas tarifas seria mantida, o lado brasileiro avisou que teria de abrir o procedimento. A reação americana foi de que isso fazia parte do jogo. Por isso, apesar da repercussão no Brasil, a abertura do processo praticamente não provocou reação nos Estados Unidos, já que o movimento já estava precificado.

A avaliação é que a relação funciona em dois níveis, com uma segregação entre as pautas política e comercial, disse uma fonte do governo. No campo político, haveria mais espaço para concessões por parte de Washington, por não criarem necessariamente precedentes para outros países.

Além disso, interlocutores consideram boa a relação entre Lula e Trump. Desde a ordem executiva de julho do ano passado, Trump não voltou a citar diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro ou fazer críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF), que têm partido principalmente do secretário de Estado, Marco Rubio, relembrou uma fonte.

Difícil ter impasse com país, diz indicado por Washington

Anaïs Fernandes
De Washington

O Brasil é um “país difícil” para os EUA estarem em impasse, considerando a importância comercial que tem para os americanos, afirmou Daniel Perez, ex-presidente da Câmara de Deputados da Flórida e escolhido por Donald Trump para ser o futuro embaixador americano no Brasil.

Ao conceder entrevista para TV da Flórida, no último domingo, Perez disse querer a diplomacia, mas afirmou também ter como “única missão” garantir que os EUA estejam em uma posição melhor do que a atual, o que passa, segundo ele, pela economia e pelas discussões tarifárias.

Perez ponderou que seu primeiro objetivo "será sempre a segurança e a proteção dos americanos que estão no Brasil". "Mas logo depois disso será a diplomacia que acredito trazer para a situação", acrescentou.

Perez disse que "no momento há um pequeno impasse entre o Brasil e os EUA" e disse que o Brasil "é um país difícil para se estar em um impasse, porque eles são um grande parceiro comercial para nós, o maior da América do Sul".

Ele afirmou esperar que assim que chegar e construir relações possa "superar essa lacuna e continuar a avançar de forma positiva". "Esse é o objetivo, pelo menos, mas acho que até que eu chegue lá, é difícil dizer", disse.

Sobre as tarifas dos EUA ao Brasil, Perez afirmou se tratar "de garantir que o interesse da economia dos EUA esteja em primeiro lugar".

"Claro que quero diplomacia, claro que quero que nossos países se deem bem, mas estou lá em uma única missão: garantir que os Estados Unidos fiquem em um lugar melhor amanhã do que estão hoje, e parte disso é a economia."

Ele ponderou que a discussão faz parte de uma "conversa maior" e que não estava dizendo nada que já não fosse público. "Sei que o presidente [Trump] conversou com o presidente Lula e falaram sobre tarifas. Não estou a par dos detalhes dessa conversa, apenas do que a mídia divulgou, mas tenho certeza de que ambos estão tentando chegar a um acordo que seja benéfico para seus países."

Perez também afirmou que "não haverá envolvimento" de sua parte em relação às eleições no Brasil. "Isso cabe aos brasileiros decidirem. Eles têm um processo eleitoral pelo qual precisam passar em outubro, e quem quer que saia vencedor do outro lado será o líder do Brasil e será com quem estarei trabalhando."

O aceite, pelo governo brasileiro, do nome de Perez está pendente e não deve sair antes da eleição presidencial de outubro, o que gerou reação das autoridades americanas, que suspenderam o visto da embaixadora do Brasil nos EUA..

Citi vê potencial para Brasil desenvolver terras raras

Rafael Rosas
Do Rio

O Brasil tem boas oportunidades de desenvolver a produção e se tornar um importante fornecedor de terras raras, inclusive criando maneiras de processar o material. A opinião é de William Husband, diretor global de metais e mineração do Citi, que participou nesta terça-feira (25) de encontro virtual com a imprensa sobre as perspectivas para a produção de minerais críticos na América Latina.

Para o especialista, o Brasil é, além da China, um dos principais países que podem aumentar a produção e o processamento de terras raras. Segundo Husband, é possível construir unidades de concentração ou até mesmo uma planta para fabricação de hidróxido de terras raras nas proximidades das minas.

A Serra Verde opera em Goiás a única mina de terras raras em funcionamento no país. Em abril a USA Rare Earth fechou acordo para comprar a empresa. Na segunda-feira (24), a companhia americana concluiu a captação de US$ 1,5 bilhão para arcar com a aquisição. A Serra Verde produz quatro elementos de terras raras (ETRs): neodímio, praseodímio, térbio e disprósio, fundamentais para a produção de imãs.

Além da Serra Verde, há pelo menos três projetos para produção de terras raras no país que estão mais avançados, todos de empresas australianas em Minas Gerais. A Viridis é dona do Projeto Colossus, a Meteoric Resources tem o Projeto Caldeira e a St George trabalha no Projeto Araxá.

“O processamento [de terras raras] vai demandar capital e alguns exemplos que posso pensar são o governo brasileiro e outros governos financiando a capacidade de terras raras do Brasil”, disse Husband, para quem os governos cada vez mais aparecem como fontes de financiamento em um setor altamente demandante de recursos.

Ao comentar a demanda esperada para os próximos anos envolvendo os minerais críticos, Husband estimou em US$ 1,65 trilhão os investimentos de capital necessários até 2035 para atender à procura. A maior parte, cerca de US$ 780 bilhões, estará concentrada no cobre, enquanto o lítio responderá por cerca de US$ 340 bilhões.

Husband também chamou a atenção para a produção de alumínio do Brasil, que está entre as maiores do mundo. O país é o nono maior produtor global e possui uma das quatro maiores reservas mundiais de bauxita, matéria-prima para o alumínio. Dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal) mostram que o Brasil é o nono maior produtor do mundo, com 1,1 milhão de toneladas, abaixo do consumo doméstico, de 1,9 milhão de toneladas.

Para Husband, o Brasil pode aproveitar uma substituição do cobre pelo alumínio em alguns casos. Ele afirmou que o cobre é “o rei, a rainha e o mago” entre os minerais críticos no que diz respeito à eletrificação, defesa, descarbonização e uso de energia renovável. A expectativa é que o mercado avance de 28 milhões de toneladas em 2025 para 40 milhões de toneladas em 2040.

Com isso, houve forte alta do preço do cobre, que oscila acima dos US$ 14 mil por tonelada, enquanto o preço do alumínio gira em torno de US$ 3.200 por tonelada, tornando economicamente viável a troca de um produto pelo outro. “Essa substituição começa a ocorrer quando você tem relação de preço de 4 a 1, ou seja, apesar do alumínio não ser tão condutivo quanto o cobre, quando economicamente o cobre é muito caro em relação ao alumínio, isso começa a acontecer”, disse Husband.

Ines249

Ambiente Líderes de grandes empresas sugerem foco, coordenação e governança para avançar na descarbonização da economia brasileira

Cebds sugere 11 propostas para os presidenciáveis

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Agenda de desenvolvimento

Os três eixos das recomendações de 110 empresas aos presidenciáveis

Proteger e restaurar a natureza

1. Avançar do combate ao desmatamento para a economia da restauração
2. Ampliar incentivos à restauração florestal e recuperação de solos
3. Expandir a produção de sistemas agroalimentares de baixa emissão
4. Fortalecer a segurança hídrica e a gestão das bacias hidrográficas
5. Incorporar a biodiversidade como ativo estratégico dos negócios

Transformação produtiva e Inovação verde

6. Expandir as renováveis com sistemas de armazenamento e hidrogênio verde
7. Impulsionar a reindustrialização com mais biocombustíveis e eletrificação
8. Fortalecer cadeias de valor na bioeconomia
9. Ampliar pesquisa e desenvolvimento de tecnologias verdes

Financiar a transformação

1. Implantar mercado de carbono e taxonomia sustentável
2. Maior eficiência dos gastos públicos com subsídios verdes

Fonte: Cebds

Avançar na economia da restauração florestal, ampliar incentivos para recuperar solos, impulsionar a reindustrialização do país com mais biocombustíveis e eletrificação são algumas das propostas do setor privado para os candidatos ao Planalto. A edição de 2026 da Carta aos Presidenciáveis propõe mais foco, estratégia e governança para o fortalecimento da competitividade e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

A iniciativa parte do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), entidade que reúne 11 dos maiores grupos empresariais do país, responsáveis por um terço do PIB nacional. Será lançada hoje, durante o Congresso Sustentável da organização. O evento discutirá geopolítica e clima, investimentos em cenário de incertezas, disponibilidade de água, geração de energia e produção de alimentos e como o Brasil pode transformar a agenda da sustentabilidade em vantagem econômica.

"O que estamos tentando propor nesta carta é um projeto de país", resume Marina Grossi, presidente do Cebds e enviada especial do setor empresarial para a COP30, realizada em Belém no fim de 2025. "Algo que nos ajude a avançar e não nos reduza a vender apenas commodities, mas soluções climáticas."

A Carta aos Presidenciáveis 2026, que o **Valor** obteve com exclusividade, argumenta que o Brasil tem o que o mundo busca — energia limpa, solo produtivo, a maior reserva de biodiversidade do planeta e décadas de liderança em biocombustíveis. "Essa natureza é a nossa maior infraestrutura econômica e o mundo está disposto a pagar por ela", diz o texto. "Mas nenhuma vantagem competitiva se sustenta sozinha: exige planejamento, políticas que atravessem governos e um setor produtivo disposto a converter riqueza natural em prosperidade duradoura", continua.

As propostas estão estruturadas em três eixos: proteger e restaurar a natureza, acelerara economia verde e financiar a transformação. "É preciso transformar esta agenda em política de Estado e não de governo, com regras que durem mais que um mandato e continuidade, que não recomece do zero a cada eleição", diz a Carta.

O primeiro eixo coloca foco nas florestas, rios, solos e biodiversidade e relaciona os recursos naturais à produção de alimentos, geração de energia, segurança hídrica e à qualidade de vida. O Cebds propõe cinco frentes para fortalecer a "base do crescimento brasileiro".

Uma delas sugere o avanço dos esforços de combate ao desmatamento para a economia da restauração, valorizando a vegetação nativa em pé "como ativos econômico e climático". Outro elemento é ampliar os incentivos à restauração florestal e à recuperação de solos com mecanismos que recompensem quem conserva, restaura e produz com resiliência. "O pequeno produtor não acha que preservar está sendo vantajoso", registra Marina. Um terceiro ponto é produzir mais alimentos, por mais tempo e emitindo menos.

A proteção da fauna e flora brasileiras, além de essencial, é reconhecer a biodiversidade como um ativo estratégico para os negócios. Fortalecer a segurança hídrica é proteger a água que sustenta cidades, indústrias e lavouras. "Temos que planejar e cuidar dos nossos ativos ambientais para que agreguem valor e sofistiquem a economia brasileira", diz Marina Grossi.

No tema florestas, o Cebds propõe que o principal indicador de monitoramento olhe para a área de cobertura de vegetação nativa primária e secundária. O compromisso de interromper o desmatamento ilegal até 2030 deve ser o ponto de partida para a economia de baixo carbono.

> "Temos que cuidar dos nosso ativos ambientais para sofisticar a economia brasileira"
> *Marina Grossi*

LEO PINHEIRO/VALOR

Marina Grossi: 'Para uma economia neutra em 2050 é preciso desvincular o crescimento da economia das emissões de CO_2'

O segundo eixo do documento de nove páginas trata da transformação produtiva e inovação verde. O Brasil, lembra o texto, assumiu o compromisso de tornar sua economia neutra em emissões de carbono até 2050. "Para alcançar este objetivo, um passo fundamental é desvincular o crescimento econômico das emissões de carbono", ou seja, fazer com que a economia brasileira continue a se expandir enquanto as emissões diminuem.

Aqui há quatro prioridades. Expandir energias renováveis com o desenvolvimento de sistemas de armazenamento de energia; impulsionar a reindustrialização com aumento da produção de biocombustíveis e adoção de processos de eletrificação; fortalecer cadeias de valor da bioeconomia e fomentar inovação e o desenvolvimento de tecnologias verdes, formando mão de obra qualificada.

Aqui, o principal indicador a se observar é a intensidade de carbono da economia (emissões de CO_2 por PIB).

Financiar a transformação é o terceiro eixo. Aqui, o setor privado pede a implementação do mercado de carbono e da taxonomia sustentável para orientar e ampliar a alocação de capital privado. "A discussão tem que deixar de ser técnica e ser estratégica", resume Marina. Promover maior eficiência e eficácia dos gastos públicos voltados a subsídios verdes é o outro item. "É preciso ter governança. Está faltando dar foco", continua.

Marina Grossi explica a crítica: "Apesar de este governo colocar a questão climática em 19 ministérios, falta uma instância que unifique esforços e planeje".

Desde as eleições presidenciais de 2014 o Cebds reune os executivos das empresas associadas para construir uma agenda de desenvolvimento sustentável e levá-la aos candidatos. "Fizemos isso em 2014, 2018 e 2022. A Carta de 2026 é a quarta edição desse diálogo e chega num momento em que muitas pautas que antes pareciam estritamente ambientais passaram a ser questões centrais de competitividade, investimento e desenvolvimento econômico", explica a presidente. "Não é uma ação pontual de calendário eleitoral",

Na eleição de 2022, das propostas apresentadas, 54% foram incorporadas ou seguidas pelo poder público. "É um resultado significativo para uma iniciativa que não tem poder de imposição, mas apenas capacidade de articulação e legitimidade técnica", continua.

O Cebds acompanha a implementação de cada proposta ao longo do mandato presidencial, articula com os poderes competentes e atua para transformar recomendações técnicas em políticas públicas. "A carta é o ponto de partida de um processo contínuo de advocacy. Não é um documento que se esgota na entrega", segue.

Das 12 propostas da Carta aos Presidenciáveis 2022, cinco foram plenamente cumpridas pelo poder público — redução do desmatamento, criação do mercado de carbono, promoção de práticas agrícolas sustentáveis, redução de desigualdades com foco em emprego e ratificação das metas da COP15 de Biodiversidade.

País promete restaurar 16,3 milhões de hectares degradados até 2030

Rafael Walendorff
De Brasília

O Brasil apresentou nesta terça-feira (25) a sua meta voluntária de neutralidade da degradação da terra (LDN, na sigla em inglês) para 2030 e prevê ações de recuperação e restauração em mais de 163 mil quilômetros quadrados de áreas degradadas, o equivalente a 16,3 milhões de hectares, por meio de iniciativas que incluem recuperação da vegetação nativa, sistemas agroflorestais e ações em unidades de conservação, territórios indígenas, áreas de preservação permanente e bacias hidrográficas.

A apresentação foi feita pelo ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, durante a 17ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (COP17 da UNCCD), em Ulaanbaatar, na Mongólia.

A meta integra as ações do Brasil para enfrentar a desertificação, a degradação da terra, a seca e os efeitos da mudança do clima. Ela é composta de 17 submetas vinculadas a políticas, planos e programas nacionais e atua em três frentes: recuperar ou restaurar terras degradadas, reduzir os processos de degradação em curso e evitar nova degradação. Boa parte dessas iniciativas está vinculada a políticas destinadas ao setor agropecuário.

Além dos 16 mil quilômetros quadrados a serem recuperados até 2030, outros 3,51 milhões de quilômetros quadrados integram ações de prevenção, conservação e manejo sustentável. A soma das áreas declaradas pelas 17 submetas alcança 3,67 milhões de quilômetros quadrados.

"O compromisso brasileiro com a neutralidade deve ser compreendido a partir da combinação: enfrentar a degradação já instalada por meio da recuperação de 16,34 milhões de hectares e, simultaneamente, proteger e manejar sustentavelmente 350,76 milhões de hectares", diz o programa brasileiro.

Alguns compromissos estão vinculados a metas do Ministério da Agricultura, como restaurar 4 milhões de hectares até 2030, por meio da implantação de florestas plantadas e de sistemas agroflorestais no âmbito do Plano ABC+, e evitar a degradação de terras em 68,8 milhões de hectares de áreas agropecuárias.

Segundo o Índice de Degradação da Terra (IDT), aproximadamente 2,3 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 28% do território brasileiro, apresentam algum nível de degradação. A linha de base oficial da LDN identifica 55,7 milhões de hectares com tendência à degradação no ano de referência de 2020, o equivalente a 6,5% do território nacional.

O governo alertou que a degradação da terra compromete a capacidade produtiva dos solos, a biodiversidade e a disponibilidade hídrica, além de afetar a segurança alimentar, a geração de renda e a qualidade de vida da população e aumenta a vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. Dados do Ministério do Meio Ambiente mostram que 39 milhões de brasileiros vivem em 1.649 municípios localizados em áreas suscetíveis à desertificação ou em seu entorno.

Ane Alencar, diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) disse que a meta voluntária amplia os compromissos do Brasil para recuperar áreas degradadas, mas seu alcance dependerá da capacidade de conter novas perdas de vegetação nativa.

"Neutralidade da degradação não pode significar simplesmente compensar uma área degradada com outra restaurada. Em um país que ainda perde vegetação nativa e em que as mudanças climáticas estão ampliando a seca e a aridez, a prioridade precisa ser evitar que novas áreas sejam degradadas. Mais do que contabilizar milhões de hectares cobertos por políticas e programas, precisamos demonstrar, com monitoramento e indicadores claros, que a degradação está efetivamente diminuindo e que a qualidade e a resiliência dos ecossistemas estão sendo recuperadas", afirmou, em nota.

Prêmio ANEFAC
Profissional do Ano®
Celebrando Profissionais que Inspiram Impacto e Lideram com Propósito
PROFISSIONAL DO ANO
2026
41° PRÊMIO ANEFAC
GANHADORES
Finanças
Odivan Cargnin
CEO
Irani
(CFO na Gestão 2025)
Administração
Jeane Tsutsui
CEO
Grupo Fleury
Contabilidade
Ozires Kloster
Diretor Financeiro e de RI
SANEPAR
(Contador na Gestão 2025)
Patrocínio
Azul
BDO
EY Shape the future with confidence
GRUPO SBF
MZ
RMA RONALDO MARTINS ADVOGADOS
Apoio
axis narrativa & estratégia
eB OX
FECAP
FUCAPE BUSINESS SCHOOL
KC&D
LUZ PUBLICIDADE
MLEGATE independent member Morison Global
Paladar do Vinho
Praesum contabilidade internacional
PYXIS EDITORA
RR Life Horizontes Financeiros para o Agro
TECH6
Valor Econômico
Realização
ANEFAC
Saiba mais

CONEXÕES agro

Conteúdo especial sobre a relevância do setor e sua presença na vida dos brasileiros.

O agro é fundamental não só pela importância que desempenha na economia do país, mas também pelas múltiplas conexões que estabelece com os mais variados setores, que impactam diretamente o nosso dia a dia.

Para você entender melhor como o setor é essencial em nossas vidas, o projeto **CONEXÕES AGRO** reúne matérias especiais, vídeos, análises e muito mais sobre o agronegócio brasileiro. Uma parceria com o **Sistema CNA/Senar**, que promove o protagonismo do produtor rural no desenvolvimento, na segurança alimentar e na sustentabilidade.

Fique por dentro.

Acesse o QR Code:

Onde tem agro tem

- Desenvolvimento
- Tecnologia
- Inovação
- Geração de empregos
- Geração de divisas
- Segurança alimentar

PATROCÍNIO

CNA SENAR

DIVULGAÇÃO

Valor ECONÔMICO

GLOBORURAL

CBN

REALIZAÇÃO

EDITORA GLOBO

Ines249

Incertezas geradas no campo da Justiça Eleitoral

Fernando Exman

Fundamental na construção e consolidação da democracia, a Justiça Eleitoral pode ser levada a realizar uma autocrítica para viabilizar aprimoramentos em normas e prazos que hoje geram incertezas entre eleitores, partidos e candidatos. O Supremo Tribunal Federal (STF) precisará ser sensibilizado. O Congresso pode ser chamado a aprimorar a legislação.

O que não deveria ocorrer, no entanto, é a repetição de alguns episódios que colocam o sistema como um fator de instabilidades.

E aqui não se trata, claro, da urna eletrônica. Pelo contrário. Como já se disse muitas vezes, inclusive por observadores internacionais independentes, não há comprovação de fraude relacionada ao funcionamento das urnas eletrônicas desde 1996, ano em que foram adotadas. Elas são submetidas a seguidos testes de verificação e auditorias antes, durante e depois das eleições. Os equipamentos não são ligados à internet e só funcionam com softwares proprietários, desenvolvidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Acertadamente, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, colocou entre as prioridades da sua gestão a defesa do sistema eletrônico de votação. Desde maio, quando tomou posse, o ministro tem feito movimentos concretos nesse sentido, inclusive surpreendendo integrantes da oposição mais radical. Um exemplo foi o evento no qual apresentou a embaixadores estrangeiros os detalhes do hígido sistema eleitoral brasileiro — público sempre assediado por aqueles que teimam em atacar as urnas.

Mas há críticas ao ritmo da análise das regras para o uso de inteligência artificial (IA) na propaganda eleitoral. Às vésperas do início da veiculação da propaganda em rádio e televisão, o que ocorrerá na sexta-feira (28), sobram dúvidas e candidatos que desafiam a resolução do TSE que trata do tema.

O uso de IA na propaganda eleitoral foi permitido, mas é obrigatório informar que o conteúdo foi gerado pela ferramenta. O TSE proibiu a circulação de conteúdos gerados por IA nas 72 horas que antecedem a eleição e nas 24 horas após a votação, mas estrategistas de campanha consideram que haverá dificuldades na aplicação da regra. Conteúdos feito com "deepfake", de difícil identificação por leigos e incautos, circulam pelas redes sociais. "Deepfake" parece ser, aliás, um conceito ainda discutido pela cúpula do tribunal. É tarde.

A mesma resolução tem pontos positivos, como o estabelecimento da "responsabilidade solidária" das plataformas digitais que não excluírem imediatamente conteúdos já considerados irregulares pela Justiça Eleitoral e a proibição dos chamados "concursos de cortes". A prática ficou conhecida nas eleições municipais de 2024, quando o então candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal promoveu um "campeonato" entre apoiadores para disseminar vídeos de campanha nas suas redes sociais em troca de remuneração ou brindes. Na prática, transformou, de maneira informal, apoiadores em colaboradores.

O episódio tornou o influenciador inelegível até 2032, condenado em 2025. Mas sem uma conclusão célere do caso, Marçal acabou registrando uma candidatura à Presidência da República que confundiu este início de campanha. Enquanto pôde desfrutar da condição de candidato, o influenciador deu entrevistas e participou de sabatinas. Serviu como linha auxiliar do bolsonarismo, e ofuscou outros candidatos da direita que tentam chamar a atenção do eleitor avesso ao PT.

Marçal não só conseguiu registrar uma chapa estando inelegível como o fez pelo PRTB, mesmo filiado ao União Brasil. Tripudiou das leis. Restou ao TSE agir de forma emergencial, até que se consiga julgar definitivamente o registro de sua candidatura, impedir que Marçal tenha acesso aos recursos do fundo eleitoral, faça campanha em rádio e televisão, propaganda ou participe de debates.

O sistema de filiação da Justiça Eleitoral é, aliás, um capítulo à parte. Correndo contra o relógio por conta do prazo, Flávio Bolsonaro teve dificuldades para protocolar sua candidatura no TSE porque aparecia como filiado ao Missão, partido que já tinha postulante inscrito na disputa. O caso parou na polícia, o que bastou para que novos ataques infundados fossem feitos ao voto eletrônico no submundo da internet. Ainda não se teve explicação de como alguém pode ser filiado a um partido sem participar pessoalmente do processo ou dar autorização legal para que um representante o faça em seu nome.

Há outros casos de candidatos que estão concorrendo bem posicionados em pesquisas de opinião de voto, mas com a espada do Supremo Tribunal Federal sobre a cabeça.

No ano passado, o Congresso alterou a forma de contagem do período de inelegibilidade previsto na Lei da Ficha Limpa. De acordo com a nova regra, o prazo passou a ser contabilizado a partir da decisão que determina a perda do mandato ou da renúncia do político, e não mais a partir do fim do mandato. Na prática, a mudança reduziu o tempo de punição para candidatos condenados, o que levou a questionamentos no STF. Após longo período de indefinição, a Corte só deve retomar a análise do caso no mês que vem. A Justiça Eleitoral precisará correr para evitar que eventuais candidatos considerados inelegíveis sigam fazendo campanha.

A campanha está só começando. A Justiça Eleitoral será acionada cada vez mais e terá que responder com agilidade, de forma a assegurar a normalidade do pleito. Mas terá que aprender com os deslizes observados até agora para evitar que eles se repitam nas próximas eleições.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Judiciário Lobista amiga de Lulinha transformou consultoria em sociedade anônima, regime que dificulta identificação de quadro societário

Luchsinger mudou natureza de empresa antes de ser alvo da PF

MARLENE BERGAMO/FOLHAPRESS — 25/5/2026

Luchsinger: RL Consultoria está no centro das investigações envolvendo Lulinha; envolvidos negam irregularidades

Mateus Coutinho
De Brasília

A empresária Roberta Luchsinger, apontada pela Polícia Federal (PF) como suspeita de atuar como lobista junto ao governo federal, alterou sua empresa de consultoria no ano passado para uma Sociedade Anônima (SA), o que, na prática, dificulta a identificação do quadro societário. A mudança da RL Consultoria, segundo apurou o **Valor**, foi registrada em novembro de 2025 na Junta Comercial de São Paulo (Jucesp), cerca de um mês antes de ela ser alvo de buscas na Operação Sem Desconto, que investiga um esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A empresa de Luchsinger está no centro das investigações da PF envolvendo o filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luís da Silva, conhecido como Lulinha. Os investigadores apontam que ele e Luchsinger tinham uma atuação voltada à "interlocução de interesses privados perante agentes e órgãos da administração pública federal".

A suspeita é que os dois atuavam em conjunto para fazer tráfico de influência junto a diferentes órgãos do Executivo e que estariam buscando formas de blindar patrimônio no exterior. Lulinha se mudou para a Espanha no início de 2025. A dupla nega as acusações. A defesa do filho do presidente também afirmou que ele "não tem qualquer relação direta ou indireta com a empresa" de Luchsinger.

A PF localizou no celular de Luchsinger mensagem de WhatsApp na qual ela afirmou que precisava "tirar o Fábio e a família do país" até junho do ano passado. Segundo o **Valor** apurou, a alteração na RL Consultoria ocorreu em junho, apesar de ter sido formalizada na Junta Comercial somente em novembro. Ao alterar a natureza da empresa, Luchsinger e seu pai, Roberto Pedro Paulo Luchsinger, registraram que a mudança tinha como objetivo "abrir filiais em solo estrangeiro".

Criada em 2019, a empresa pertencia ao pai de Luchsinger e era administrada por ela. Inicialmente, foi registrada como "Empresa Individual de Responsabilidade Limitada", tinha um capital social de R$ 99,8 mil e funcionava no mesmo endereço residencial do pai de Luchsinger, até junho de 2025.

Naquele mês, Luchsinger entrou oficialmente para o quadro de cotistas da empresa, com 1% de participação e o endereço da empresa passou a ser o apartamento da empresária, em São Paulo. No mesmo ato, a empresa foi transformada em uma sociedade anônima de capital fechado, isto é, sem participação na bolsa de valores.

"Os sócios por unanimidade aprovaram a alteração para permitir a abertura de empresas subsidiárias e filiais da Sociedade em solo estrangeiro", diz a alteração de contrato social registrada no fim do ano passado na Jucesp.

Na prática, com a alteração, apenas os dados dos sócios que registraram a alteração ficariam públicos e acessíveis. Isto é, se depois da mudança da natureza da empresa Luchsinger ou seu pai tiverem vendido ações para outra pessoa entrar na sociedade, essa alteração não precisaria ser registrada na Junta Comercial e poderia ficar registrada apenas dentro da própria empresa.

> "Única forma de saber quem é atual acionista é com autorização judicial" *Henrique Arake*

"A grande diferença entre uma sociedade limitada e uma sociedade anônima, para fins desta questão de registro, é que as informações a respeito dos sócios de uma sociedade limitada ficam públicas no contrato social e suas respectivas alterações contratuais, que são arquivadas na Junta Comercial", explica o advogado especialista em direito empresarial e professor do Uniceub, Henrique Arake.

"No caso das Sociedades Anônimas, as informações sobre os acionistas ficam no livro de registro de ações ordinárias nominativas, que fica guardado na sede da sociedade. Desse modo, a única forma de saber quem é o atual acionista (ou para quem a ação foi vendida) é, com autorização da Justiça, consultar esses livros que ficam sob custódia da diretoria, pois essas informações não são públicas", segue o professor.

A RL Consultoria recebeu R$ 1,5 milhão do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS" e apontado como um dos principais articuladores do esquema de fraudes em desconto em folha de aposentados de aposentados e pensionistas. O valor seria para que Luchsinger atuasse a favor de um projeto de venda de medicamentos à base de canabidiol de uma empresa de Antunes para o Ministério da Saúde, mas o negócio não chegou a sair do papel.

Além dessa frente de investigação, chamou atenção da PF as trocas de mensagens que indicam que eles buscaram meios para "blindar" patrimônio no exterior. "Os investigados buscavam blindar os recursos que foram obtidos possivelmente em atividades ilícitas. Além disso, essas condutas que demonstram a intenção de blindar o capital obtido, podem indicar uma antecipação de eventuais medidas de constrição por parte das autoridades", diz relatório da corporação.

Procurada, a defesa de Luchsinger não se manifestou, mas tem negado irregularidades. O **Valor** não conseguiu contato com o pai dela. Já a defesa de Lulinha afirmou que ele começou a planejar a mudança para a Espanha ainda em 2024 e que a PF tem essas informações. Sobre a empresa de Luchsinger, o advogado Marco Aurélio de Carvalho disse que ele "não tem qualquer relação direta ou indireta com a empresa dela ou as intenções comerciais dela".

Inquérito no Supremo divide ministros da Corte

Tiago Angelo e Mateus Coutinho
De Brasília

Uma ala no Supremo Tribunal Federal (STF) defende que os inquéritos que estão na Corte para apurar a suposta prática de tráfico de influência por parte do empresário Fábio Luís da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e conhecido como Lulinha, sejam enviadas para a primeira instância. Vazamentos recentes nas investigações intensificaram conflitos entre a Polícia Federal (PF) e o ministro André Mendonça, relator dos inquéritos.

Integrantes da Corte sustentam que não há conexão entre as investigações que miram Lulinha e as que tratam de um esquema de fraude em descontos associativos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nem investigados com foro especial.

"Tem relação com Master? Não vi. Com INSS? Não vi. Isso não existe como critério técnico. Virou bagunça", disse um ministro sob reserva. Segundo ele, o STF é incompetente para processar e julgar o caso e manter os inquéritos na Corte poderia levar à anulação de provas no futuro.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a Mendonça o envio das investigações à primeira instância com base em argumentos semelhantes. O órgão afirmou que não há entre os investigados autoridade com foro, nem relação com os inquéritos sobre o INSS.

Apesar da solicitação da PGR e de pressões internas, Mendonça deve manter as investigações no STF. Interlocutores criticaram a solicitação do Ministério Público afirmando que, no mês passado, o órgão se manifestou pela livre distribuição das apurações sobre Lulinha por sorteio. Ou seja, concordou, ainda que indiretamente, com a competência da Corte.

No fim de julho, o ministro autorizou a abertura de dois inquéritos relacionados a Lulinha. Um deles apura a suposta atuação de Lulinha para obter contrato de fornecimento de cannabis medicinal com o Ministério da Saúde. A PF quer saber se ele atuou em favor de uma empresa ligada ao empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS", investigado por suspeita de envolvimento com o esquema na Previdência. O negócio coma pasta, contudo, não foi para a frente.

O outro mira a relação do filho do presidente com um empresário que teria buscado negócios na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

A avaliação de interlocutores de Mendonça é que há uma tentativa de tirar a relatoria do ministro. Eles lembram que quando os pedidos de investigação contra Lulinha chegaram ao Tribunal, em julho, a PF sustentou que as apurações não tinham relação com o INSS e não deveriam ser automaticamente distribuídas a Mendonça.

Após parecer da PGR no mesmo sentido, o ministro Alexandre de Moraes, que conduzia o Supremo durante o recesso de julho, determinou a distribuição por sorteio. Ocorre que Mendonça acabou sorteado de toda forma.

Outro ponto de tensão interna é o fato de o ministro Flávio Dino relatar paralelamente inquéritos que também tratam de Lulinha. Um deles mira o vazamento de informações de investigações sigilosas sobre o filho do presidente. Outro tem como alvos principais Roberta Luchsinger e o ex-chefe do Gabinete Pessoal da Presidência da República Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola. Lulinha consta nessa apuração apenas de forma lateral.

Interlocutores de Mendonça afirmam que a medida é pouco usual e fragmenta investigações. Uma ala no STF, no entanto, diz que relatorias têm limites e casos que têm os mesmos personagens, mas não são idênticos, não precisam ser conduzidos pelo mesmo magistrado.

Mendonça e Dino também são relatores de processos que tratam de "Dark Horse", filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A apuração conduzida por Mendonça mira pagamentos feitos pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, à produtora da cinebiografia. Já a investigação que está com Dino apura a indicação de emendas à produtora do longa.

Na PF, o clima de tensão também aumentou com os recentes vazamentos. Por um lado, há impressão de que o próprio gabinete de Mendonça poderia ter vazado as informações sobre as investigações envolvendo Lulinha. Além disso, o **Valor** apurou que a apuração sobre vazamentos que está com Dino está em estágio mais avançado e que poderá ter desdobramentos em breve. Procurado, Mendonça não se manifestou.

Valor ECONÔMICO & AMCHAM

FÓRUM AGENDA GLOBAL 2026

PARCERIA ESTRATÉGICA

citi

PATROCÍNIO MASTER

PHILIP MORRIS BRASIL

ASSOCIE SUA MARCA A UMA AGENDA DE RELEVÂNCIA GLOBAL

No dia 21 de setembro, em Nova York, lideranças empresariais, autoridades e especialistas do Brasil e dos Estados Unidos estarão reunidos para discutir os movimentos que estão transformando a economia e o ambiente mundial de negócios.

Realizado em Nova York, durante a semana da Assembleia Geral da ONU e em meio à Climate Week, o **Fórum Agenda Global 2026** promoverá debates estratégicos sobre geopolítica, investimentos, segurança energética e minerais críticos, inteligência artificial e o futuro da indústria, conectando desafios globais a oportunidades concretas de cooperação entre os dois países.

Uma agenda para o futuro dos negócios:

Navegando pela nova economia global

Segurança energética, minerais críticos e cooperação Brasil - USA

A nova indústria: IA, geopolítica e competitividade na era da transformação

Impactos do super El Niño na economia global

ACESSE O QR CODE E CONHEÇA AS POSSIBILIDADES DE PATROCÍNIO.
NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE ESTRATÉGICA PARA SUA MARCA.

21 • SETEMBRO
Citi Headquarters - 45, Hubert Street - NYC

agendaglobal.valor.com.br

PATROCÍNIO

PREFEITURA RIO

COMPANHIA AÉREA OFICIAL

LATAM

APOIO

BINATURAL

VALE

REALIZAÇÃO

AMCHAM

Valor ECONÔMICO

Ines249

Eleições Em sabatina do Valor, O Globo e CBN, candidato do Novo discutiu propostas e criticou Lula

Zema chama Supremo de ‘balcão de negócios’, descarta privatizar Caixa e promete reformas

Eleições 26

Joelmir Tavares, Guilherme Carvalho, Lucas Monteiro e Jan Niklas
De São Paulo e do Rio

O candidato à Presidência da República pelo partido Novo, Romeu Zema, disse que Brasília foi tomada por “toma lá, dá cá” e “mercenários”, e reiterou críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF), dizendo que alguns ministros transformaram a Corte em “balcão de negócios”, sem citar nomes. Durante sabatina promovida pelo **Valor**, O Globo e rádio CBN, na terça-feira (25), o presidenciável também excluiu a Caixa Econômica Federal de sua lista de privatizações, se for eleito.

Ao longo de uma hora e meia, Zema defendeu sua gestão como governador de Minas Gerais (2019-2026), apontou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como seu principal alvo e disse que tem mais experiência do que o senador Flávio Bolsonaro (PL), que lidera a corrida entre os candidatos de oposição.

Ao falar sobre o avanço das emendas parlamentares sobre o Orçamento, o candidato afirmou que Brasília “virou um toma lá, dá cá nos últimos anos”. “Só mercenários. Parece que deixou de ser política, por isso que o Brasil está nessa situação”, disse. Segundo ele, caso chegue ao Palácio do Planalto, uma das estratégias para convencer deputados e senadores a investirem em projetos prioritários do governo seria dobrar o valor dos recursos. A cada R$ 1 destinado por meio de emenda para uma iniciativa, o governo acrescentaria mais R$ 1.

Zema, que tem as críticas ao STF como uma de suas bandeiras, disse que o Judiciário “está sendo usado para fazer política” e que é preciso acabar com “investigações tendenciosas”, ao ser questionado sobre investigações envolvendo o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, fundador do extinto Banco Master, e casos que atingem seus adversários Lula e Flávio. Ele disse que “não retira nada” do que falou sobre a atuação de ministros do STF e lembrou o processo por calúnia movido contra ele pelo ministro Gilmar Mendes, por causa de uma sátira com fantoches retratando membros da Corte como “intocáveis”. “Será que eu fiz algum crime?”, questionou.

“Nós temos de lembrar que tem joio e tem trigo lá no Supremo. Tem gente lá que eu acho que a maioria dos brasileiros confiam, e tem gente que tem utilizado o Supremo para fazer negócios. Aquilo ali se transformou, para alguns ministros, num balcão de negócios”, disse.

Sem citar nomes, mas fazendo alusão a situações que envolvem Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar, o ex-governador disse que não citaria nomes para descrever problemas da Corte, mas falaria “os milagres”. “Eu não sei se algum brasileiro conseguiu um contrato para o cônjuge de R$ 129 milhões. Eu não sei se um brasileiro comum, como eu, como a maioria que está nos acompanhando, conseguiu uma transação do [resort] Tayayá de R$ 35 milhões. Ou se outro brasileiro que faz congressos etc. consegue patrocínio de milhões do banqueiro bandido, se tem jato à disposição para carona, se é convidado para degustação do uísque mais caro do mundo”, afirmou.

“Esses que fizeram isso, em qualquer país civilizado, já teriam sido expelidos. Estariam numa condição insustentável. E a nossa permissividade aqui, ou impunibilidade, tem permitido a continuidade. E eu quero combater isso com todas as forças. Precisamos ter um setor público mais transparente”, acrescentou.

O candidato disse que, se eleito, incentivará que se apure “tudo” e voltou a ressaltar que seu nome não foi envolvido no escândalo do Banco Master, mesmo com Vorcaro morando em Minas. “Eu não recebi nada”, afirmou ele, que também disse ter orientado seu sucessor no governo de Minas, Mateus Simões (PSD), a investigar suspeitas que vieram à tona envolvendo a Cemig, estatal mineira de energia, e Vorcaro. “Eu não quero que ninguém fique protegido. Eu quero investigação a fundo com relação a tudo, apuração e punição.”

ANA BRANCO/O GLOBO

Romeu Zema usou camiseta com expressão "chega de bets", defendeu restrições às plataformas e disse que vício em apostas é "pior do que cocaína"

Zema defendeu privatizar a maioria das empresas estatais, incluindo Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil, mas citou como exceções, pela primeira vez, a Caixa e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ele afirmou que a Caixa ficaria de fora por exercer um papel assistencial. Segundo ele, que antes falava em “privatiza tudo”, a transferência das empresas para a iniciativa privada reduziria a exposição a casos de corrupção.

> “Tem joio e tem trigo lá no Supremo. Tem gente que tem utilizado o Supremo para fazer negócios”

O candidato do Novo fez sucessivas críticas à política fiscal do governo, que ele vincula à elevação da taxa básica de juros, e reiterou a defesa de corte de gastos e enxugamento do Estado.

Disse que, se vencer, pretende criar um regime de trabalho alternativo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e afirmou que os trabalhadores deveriam ter mais opções de contratação. Ele defende a discussão de um modelo de remuneração por hora trabalhada. “Por que na hora de trabalhar é obrigado a ter só CLT? Na hora de casar pode ter até mais opções”, afirmou Zema.

O candidato também afirmou que pretende estabelecer a obrigatoriedade de registro como microempreendedor individual (MEI) para motoristas de aplicativos. Segundo Zema, essa seria uma forma de ampliar a formalização desses trabalhadores. “Todo motorista de app, como muitos já fazem, no mínimo [terá que ter] o MEI”, declarou.

O presidenciável propôs ainda mudanças na Previdência e disse que é preciso perseguir um modelo “sustentável”. “O problema hoje do Brasil é o seguinte: essa geração que está chegando ao mercado de trabalho, se nós não tivermos uma Previdência sustentável, talvez eles não vão ter dinheiro para receber lá na frente, quem está iniciando agora”, afirmou o ex-governador.

Ele disse que uma das questões que atrapalham a sustentabilidade da Previdência é a vinculação ao salário mínimo. “Todo economista que a gente tem ouvido aí nas campanhas e também sobre ajuste fiscal dizem que precisa mudar a regra do reajuste do salário mínimo”, afirmou ele, que prometeu conceder “no mínimo a inflação” ao reajustar o mínimo, caso vire presidente.

“O que eu quero é que permaneça o sistema atual e que seja feito um cálculo atuarial e, à medida que a expectativa de vida crescer, [que seja feita] a devida correção. Só isso. E nunca mais vamos precisar falar em reforma da Previdência”, acrescentou.

“Eu quero deixar claro aqui que nenhum aposentado vai sofrer o que eu vi lá em Minas. Lá não tinha recebimento de aposentadoria. Foi o que o PT levou para Minas”, disse, apontando a herança recebida da gestão Fernando Pimentel (PT). Zema busca se apresentar como alguém experiente em consertar erros deixados pelo partido e disse ser um “especialista em ajuste”, ao falar do papel como governador.

Zema afirmou ainda que os incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus devem passar por revisão para estabelecer um limite de prazo e reduzir gradualmente os benefícios. “Eu sou favorável a incentivo para regiões que precisem, mas sempre ter um tempo, um desmame”, afirmou, comparando a situação à criação de filhos. “Eu acho que não é normal um homem de 45 anos estar recebendo mesada.” O ex-governador disse que deveria existir um cronograma para a redução dos incentivos. “Quem precisa de ajuda tem de receber, mas tem de encontrar independência e autonomia ao longo do tempo”, declarou ele.

Zema abriu a entrevista defendendo sua gestão fiscal como governador de Minas Gerais. Ele atribuiu o aumento da dívida do Estado com a União à elevada taxa de juros e disse que o país precisa rever o pacto federativo.

“Se não for dado tratamento especial à dívida de Minas, é uma dívida impagável. A receita do Estado não caminha nessa velocidade [dos juros]”, ele declarou. “Peguei o Estado com déficit de R$ 11 bilhões e, depois de dois anos, entreguei cinco superávits.” Zema afirmou que durante sua gestão priorizou o pagamento de contas herdadas da administração Pimentel e salários atrasados do funcionalismo, com o pagamento de R$ 23 bilhões em dívidas e de R$ 13 bilhões à União. Disse que, como presidente, faria um programa como o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que beneficiou Minas.

“O pessoal fala muito [que] a dívida com a União era tanto e agora é tanto. Mas ninguém fala que eu paguei para aposentados, para funcionários públicos, para prefeitos, para o Tribunal de Justiça. Funcionário em Minas não recebia 13º [salário]. Será que era justo eu pagar a União e a aposentada em Minas ficar sem a aposentadoria?”, afirmou.

Se eleito para a Presidência, afirmou que pretende trabalhar para reduzir a taxa básica de juros, hoje em 14%, para 6%, e sinalizou que a queda poderá vir da sinalização de responsabilidade. “Isso foi feito há dez anos, com o teto de gastos do [presidente Michel] Temer. Na hora que chega um governo responsável, o mercado precifica”, disse ele, que vinculou os juros ao endividamento das famílias e à entrada de empresas em recuperação judicial.

Vestido com uma camisa estampada com a frase “chega de bets”, Zema disse que pretende restringir a atuação das loterias que dependam exclusivamente das apostas esportivas on-line, as chamadas bets. “Se ela [loteria] hoje estiver dependendo só de bets, vai deixar de existir”, afirmou ele, que classificou o vício em apostas como “pior do que a cocaína”. Ao ser indagado sobre a necessidade de aprovação do Congresso para aplicação dessa proibição, disse que, caso não consiga um aval dos parlamentares à medida, tentará ao menos impor restrições mais severas.

Questionado sobre a Loteria do Estado de Minas Gerais (Lemg), que obteve concessão durante seu mandato como governador, Zema afirmou que a medida ocorreu porque o governo federal autorizou a atuação de loterias estaduais em território mineiro. Segundo ele, sua administração apenas seguiu as regras estabelecidas pela União.

Ao falar sobre a área de segurança pública, Zema disse que o governo precisa “reconquistar territórios” perdidos para organizações criminosas e negou que pretenda “copiar” as políticas adotadas em El Salvador pelo presidente Nayib Bukele, alvo de denúncias por violações de direitos humanos naquele país.

> “Eu fui governador, e, pelo que sei, ele [Flávio Bolsonaro] só foi parlamentar até hoje”

“O que eu quero aqui no Brasil não é cópia de El Salvador, não. Eu quero no Brasil é reconquistar territórios. Que fique muito claro: na hora que você reconquista territórios ocupados pelo crime, primeiro a vida das pessoas já melhora demais, acaba a extorsão”, afirmou o ex-governador.

Zema, que visitou El Salvador para conhecer o sistema penitenciário e entender como o país reduziu os índices de criminalidade, voltou a negar que implementaria medidas conflituosas com a Constituição brasileira, como prisão sem mandado, ampliação de tempo de prisão sem ordem judicial e julgamentos coletivos. No entanto, disse que o Brasil precisa “mudar algumas questões” na legislação para endurecer as punições.

“Alguém que pela terceira vez cometeu um delito, não [deve] mais ser liberado na audiência de custódia. Será que isso é ferir direito humano?”, disse o presidenciável. “A Polícia Militar está ficando desacreditada em todos os Estados do Brasil: ela prende, o Judiciário solta.”

Zema negou que tenha reduzido o nível de críticas a Flávio por causa de cobranças de correligionários do Novo, que ficaram incomodados com os ataques ao senador em virtude da identificação deles com o bolsonarismo e de alianças partidárias fechadas com o PL. O candidato reafirmou ser favorável às investigações sobre o financiamento do filme “Dark Horse”, obra biográfica sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Quando vieram a público as conversas entre Flávio e Vorcaro tratando de doações do ex-banqueiro supostamente para o financiamento da produção, Zema disse que a atitude era “imperdoável” e “um tapa na cara dos brasileiros de bem”.

Instado a fazer uma comparação entre seus atributos e os do concorrente, Zema disse que se diferencia do senador pela experiência de ter governado um Estado como Minas Gerais, enquanto o senador só atuou como parlamentar. “Nós temos algumas diferenças. Primeiro: eu sou empreendedor. Eu nunca dependi de Estado, graças a Deus. Segundo: eu fui governador, e, pelo que eu sei, ele só foi parlamentar até hoje. E [fui] governador de um Estado que é o mais heterogêneo do Brasil, 21 milhões de habitantes, 853 municípios”, afirmou o ex-governador.

Além dos diferentes currículos, Zema disse que vem “do mundo real” e que isso o ajuda a entender o pensamento dos brasileiros. “Nunca fui recebedor de impostos. Sempre fui pagador de impostos”, afirmou, em referência à sua atuação como empresário, antes de entrar para a política.

Ao justificar sua ausência no primeiro debate entre os candidatos à Presidência, realizado no domingo (23), Zema reafirmou que não compareceu à Band porque Lula não iria. A desistência foi comunicada horas antes do embate. Ele disse que seu alvo é o atual mandatário, por considerar Lula responsável pelos problemas que vem atacando, e que sua presença só teria feito sentido se pudesse fazer perguntas ao atual mandatário.

“Os dois principais [Lula e Flávio] não foram, e depois nós vimos aí [que] foi considerado um debate que não teve muita qualidade. E o principal, para mim, é o presidente. Não fui porque o presidente não foi, e era para ele que eu queria estar direcionando as minhas perguntas.”

Em conversa com jornalistas após a sabatina do **Valor**, O Globo e CBN, Zema reagiu a críticas feitas por um dos fundadores do Novo, o banqueiro João Amoêdo. Na segunda (24), após a participação do ex-governador mineiro na sabatina do Jornal Nacional, da TV Globo, Amoêdo havia publicado nas suas redes sociais que o Novo “ficou tão ruim que hoje não aparecer é a melhor coisa” para o partido. O fundador deixou a legenda em meio a atritos, após ter declarado voto em Lula no segundo turno de 2022.

Zema afirmou que “o que ele [Amoêdo] fala para o partido hoje representa muito pouco”. “Apesar de ter tido o mérito de construir o partido lá atrás, ele acabou tendo aí um demérito de tentar se apropriar do partido para as finalidades pessoais, e boa parte do partido acordou para isso”, disse o presidenciável.

Segundo pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira (21), Zema tem 3% das intenções de voto. Lula, com 39%, e Flávio, com 33%, aparecem à frente. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou para menos. Completam o cenário de primeiro turno: Ronaldo Caiado (PSD), com 5%, Renan Santos (Missão), com 4%, e Augusto Cury (Avante), com 2%.

valor.com.br
Confira no site a íntegra do Fato ou Fake da sabatina de Romeu Zema
www.valor.com.br

Ines249

Eleições Em entrevista à TV Globo, candidato afirmou que não vai mudar regras de reajuste do mínimo

Caiado promete PEC para limitar gastos, mas sem detalhar propostas

MANOELLA MELLO/GLOBO

Caiado: candidato do PSD reafirmou que enviará ao Congresso, no início do governo, proposta de anistia "ampla, geral e irrestrita" aos envolvidos nos atos golpistas

Eleições 26

Murillo Camarotto e Ruan Amorim
De Brasília

O candidato do PSD à Presidência da República, Ronaldo Caiado, sinalizou na noite de terça-feira (25), em entrevista à TV Globo após o Jornal Nacional, que uma vez eleito não pretende alterar as regras atuais para reajuste do salário mínimo e das aposentadorias. O ex-governador de Goiás reafirmou que vai encaminhar uma proposta de emenda constitucional (PEC) para limitar as despesas públicas a uma correção pela inflação e mais 50% do crescimento do PIB do ano anterior. Sinalizou, ainda, que não pretende mexer nos pisos dos gastos com saúde e educação.

Questionado sobre onde pretende cortar despesas e qual seria o tamanho do ajuste necessário para conter o avanço da dívida pública, Caiado não apresentou números nem detalhou medidas. Disse genericamente que pretende rever subvenções e incentivos fiscais, combater a corrupção, reduzir salários que considera excessivos e restringir emendas parlamentares a ações previstas no plano de governo.

Ao ser pressionado a citar medidas concretas, comparou as contas públicas a um paciente atropelado que precisaria ser examinado antes da definição do tratamento. "Quais são os pontos que você vai priorizar? Poxa, eu nem examinei o doente. Calma", respondeu. Em seguida, enumerou áreas nas quais pretende atuar: "O que eu tenho hoje de subvenção, o que eu tenho de incentivo fiscal, o que eu tenho de corrupção, o que eu tenho de salários em excesso, o que eu tenho hoje de emendas impositivas que estão indo para outro local que não a finalidade do projeto aprovado pela população".

Sobre o modelo de reajuste do salário mínimo, Caiado pretende preservar a atual política. "Não vou mexer. Olha, o pobre coitado recebendo salário mínimo, o pobre coitado que está vivendo de aposentadoria, deixa eles em paz, pelo amor de Deus", disse. Segundo Caiado, o ajuste fiscal deve começar por outras áreas: "Vamos cortar na própria carne. Vamos para cima desses salários abusivos."

A falta de detalhamento se repetiu nos questionamentos sobre a Previdência. Caiado reconheceu que o envelhecimento da população e o fim do bônus demográfico exigem discutir a sustentabilidade do sistema, mas não apresentou proposta. Questionado três vezes se pretende alterar a idade mínima para aposentadoria, não respondeu.

"Eu buscarei as melhores cabeças no Brasil", afirmou. Questionado por que esses especialistas ainda não haviam sido reunidos durante a campanha para apresentar uma proposta aos eleitores, respondeu: "Eu não tenho condições de detalhar minúcias". Depois, acrescentou que pretende promover uma reforma administrativa e cortar despesas também fora do Executivo. "Corte não só no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, no TCU [Tribunal de Contas da União] e em todos os órgãos independentes do governo. Todos", afirmou ele.

Caiado também disse que pretende revisitar pontos da reforma tributária aprovada pelo Congresso. Criticou o modelo formulado pelo economista Bernardo Appy, que, segundo ele, foi inspirado na Índia e não corresponderia à realidade brasileira. "Ele copiou o modelo da Índia e trouxe para cá. Eu fui lá na Índia ver. Não tem nada a ver com a realidade brasileira", afirmou.

> "Eu buscarei as melhores cabeças no Brasil (...) Eu não tenho condições de detalhar minúcias"

Embora tenha defendido a simplificação tributária e reconhecido benefícios para setores que acumulam créditos, Caiado criticou a alíquota do novo IVA e o imposto seletivo. "Não pode é o cidadão me meter 28% no IVA e ainda criar um imposto seletivo que eles ironicamente dizem do pecado. Não, pecado quem está fazendo é o [presidente] Lula."

Acusado de poupar críticas ao seu principal adversário na direita, o senador Flávio Bolsonaro (PL), Caiado centrou fogo no presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante toda a sabatina. O nome do presidente foi citado oito vezes, contra uma do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Questionado se alterar uma reforma tributária aprovada depois de décadas de discussão não representaria retrocesso, negou. "Não existe retrocesso. Você vai revisitar o tema. Aqueles pontos que são positivos, você faz simulação com outros", afirmou. Segundo ele, os efeitos precisam ser reavaliados sobre MEIs, pequenos empresários, profissionais liberais, indústria e exportadores.

Questionado sobre os quase 84 milhões de brasileiros com contas atrasadas e sobre a ausência, em seu programa, de valores e fontes de recursos para políticas de crédito e garantias, Caiado também não apresentou uma medida específica para renegociação das dívidas. Preferiu atacar o programa federal Desenrola. "O Lula, quando ele fala no Desenrola, ele é quem enrolou. O Lula passou a ser o grande agiota no Brasil", afirmou Caiado.

A solução apresentada voltou a ser sua proposta de ajuste fiscal. Segundo Caiado, a aprovação da PEC produziria um "choque de confiança" capaz de reduzir fortemente os juros. "Naquela hora em que tomar essas medidas, o perfil será outro. Ele vai para 6%, a taxa de juros, e vai para 3% a inflação. Então isso não é milagre".

Caiado também reafirmou que enviará ao Congresso uma proposta de anistia "ampla, geral e irrestrita" aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro.

Para justificar a medida, voltou a afirmar, erroneamente, que Lula teria sido anistiado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "O Supremo diz: 'Olha, o foro não foi correto, não poderia ser lá no Paraná'. E, de repente, ele foi anistiado. Quer dizer, uma atitude do Supremo o anistiou para que ele voltasse até para disputar eleição", disse. As condenações de Lula foram anuladas pelo STF, e não houve qualquer anistia.

Na segurança pública, voltou a defender uma polícia sul-americana para combater narcotráfico, lavagem de dinheiro e tráfico de armas. Caiado disse acreditar que a negociação seria facilitada pelo alinhamento político dos governos vizinhos. "Todos os limítrofes nossos, os presidentes, hoje são da centro-direita."

O candidato, porém, se confundiu ao explicar os poderes da nova força. Citou a Europol como modelo e afirmou que a agência europeia teria "toda a ação liberada para poder fazer prisões". Corrigido pelos entrevistadores, que lembraram o papel da Europol na cooperação e no compartilhamento de informações entre autoridades nacionais, Caiado reformulou a resposta: "Se ficar alguma dúvida em relação a isso, eu, como presidente, vou propor aos meus colegas presidentes limítrofes que façamos com que a prisão seja feita".

Ao final da sabatina, Caiado fez um apelo ao STF para que sejam retirados sigilos relacionados às investigações do INSS, do Banco Master e da Operação Carbono Oculto durante a campanha. "Eu pediria que eles refletissem bem e abrissem o sigilo para que nós não fôssemos amanhã enganados, pessoas envolvidas em graves crimes e que amanhã pudessem ser eleitas", finalizou.

valor.com.br
Confira no site a íntegra do Fato ou Fake da entrevista de Ronaldo Caiado ao Jornal Nacional
www.valor.com.br

Mendonça propõe tese para definir deepfake

Tiago Angelo
De Brasília

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propôs na terça-feira (25) uma tese que define o que é deepfake, conteúdos gerados por inteligência artificial (IA) que simulam a voz e a imagem de pessoas reais ou fictícias. A proposta se deu em uma decisão liminar em que o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) pede a remoção de uma publicação. O ministro atendeu ao pedido.

A tese, se for aprovada, deve gerar reflexos em outros processos, como no que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) questiona um vídeo de IA em que uma simulação do ex-presidente Jair Bolsonaro apoia a candidatura do filho mais velho. O material foi exibido na convenção do PL que lançou Flávio. Se a proposta de Mendonça for aplicada, o vídeo também deveria ser qualificado como deepfake e, portanto, removido.

O ministro propôs uma diferenciação entre IA e deepfake. Segundo Mendonça, nem toda IA é deepfake e, no primeiro caso, os conteúdos não são proibidos desde que devidamente rotulados. Deepfake, por outro lado, é definido como conteúdos realistas criados por meio de IA emulando a voz e a imagem de pessoas.

O texto que será enviado ao plenário do TSE qualifica deepfake da seguinte forma: "Considera-se deepfake o conteúdo sintético de áudio, vídeo ou combinação de ambos que, mediante criação, substituição ou alteração digital de imagem ou voz, apresente grau de realismo ou verossimilhança objetivamente apto a produzir falsa percepção de autenticidade quanto a manifestação, comportamento, fato ou circunstância representados".

Ao justificar a proposta de tese, Mendonça afirma que chegaram muitas representações semelhantes ao TSE questionando publicações que teriam sido geradas de forma irregular por ferramentas de IA.

Segundo apurou o **Valor**, o mais provável é que a tese seja votada em julgamento virtual, quando a corte decidir se referenda ou não a liminar. Ainda não há data definida.

Apesar da proposta de tese de Mendonça, a resolução de 2024 que barra deepfake e a que foi mantida pelo TSE para a disputa deste ano já define o que é esse tipo de conteúdo. "É proibido o uso, para prejudicar ou para favorecer candidatura, de conteúdo sintético em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos, que tenha sido gerado ou manipulado digitalmente, ainda que mediante autorização, para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa viva, falecida ou fictícia (deep fake)", diz o texto.

> Indefinição do TSE tem atrasado julgamento de processos sobre o uso da tecnologia

Em casos recentes, Mendonça rejeitou pedidos da campanha de Lula que solicitavam a remoção de conteúdos deepfake. Em três casos que começaram a ser analisados em 12 de agosto pelo TSE, a maioria divergiu de Mendonça. O presidente da corte, Kassio Nunes Marques, na sequência, pediu vista, paralisando o julgamento antes da conclusão.

No caso concreto analisado por Mendonça em que há a proposta de tese feita, a campanha de Flávio questionou uma publicação feita pelo perfil @forabolsonaronacional. O post usa a imagem do candidato em situações que não aconteceram na vida real.

"A consequência normativa atribuída ao deepfake pela Res.-TSE nº 23.610/2019 é especialmente severa, pois sua utilização para favorecer ou prejudicar candidatura é proibida. Quanto mais intensa a restrição incidente sobre determinada forma de manifestação, maior a necessidade de delimitação objetiva de seu âmbito de incidência", diz Mendonça na decisão.

"As imagens utilizadas no vídeo não se apresentam como desenhos, caricaturas ou representações gráficas ostensivamente fantasiosas. Ao contrário, reproduzem de maneira fotorrealista a fisionomia e as características físicas de Flávio Bolsonaro, inserindo-o artificialmente em cenários, interações e situações que não correspondem a registros reais daquele candidato", prossegue o ministro.

MARIA ISABEL OLIVEIRA/O GLOBO/25/07/2026

Bolsonaro em IA: simulação de imagem e voz de ex-presidente foi exibida em convenção nacional do PL, em julho

Como mostrou o **Valor**, a indefinição por parte do presidente do TSE de uma data para analisar o vídeo gerado por inteligência artificial em que Bolsonaro aparece apoiando a candidatura de Flávio está atrasando o julgamento de outros processos que tratam dos deepfakes.

Na avaliação de ministros do TSE, Nunes Marques tem evitado pautar processos sobre deepfakes. Para além disso, ele paralisou outros processos sobre o tema que já estavam pautados.

Integrantes da corte ouvidos pelo **Valor** afirmam que a definição de deepfake é clara na resolução de 2024, assim como a proibição nas eleições. O que é preciso discutir, dizem, são pontos mais genéricos que tratam, por exemplo, de multas.

Nunes Marques costumava minimizar os deepfakes afirmando que nem todo uso deveria ser proibido, salvo os que prejudicassem candidatos. Ele, no entanto, teria sido convencido por colegas de que esse tipo de conteúdo realista gerado por IA tem potencial de desequilibrar o pleito e deve ser integralmente vetado.

Ines249

Eleições Marina, Derrite, Tebet e Prado lideram a disputa pelas duas vagas ao Senado; Lula e Flávio estão empatados no Estado, na eleição presidencial, com 30% cada um

Em SP, Tarcísio tem 40% e Haddad, 27% no 1º turno, registra Quaest

Eleições 26

Cristiane Agostine
De São Paulo

O governador de São Paulo e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), está 13 pontos percentuais à frente do ex-ministro e candidato Fernando Haddad (PT) na disputa pelo governo paulista, segundo pesquisa Quaest divulgada na terça-feira (25). Tarcísio tem 40% das intenções de voto ante 27% do petista no primeiro turno. É o primeiro levantamento do instituto sobre a eleição no Estado depois do início oficial da campanha, no dia 16.

A tendência é que a disputa pelo governo de São Paulo seja resolvida já no primeiro turno.

Os demais candidatos somam 6% das intenções de voto. A candidata Policial Edjane (Agir) tem 2%. Carlos Machado (PCB), Izadora Dias (PCO), Vera Lúcia (PSTU) e Vivan Mendes (UP) têm 1% cada. Eleitores que estão indecisos somam 13% e votos em branco, nulo e quem não vai votar, 14%.

Para 67% dos eleitores ouvidos para a pesquisa, a escolha do candidato é definitiva e 33% dizem que ainda podem mudar o voto.

Em um eventual segundo turno, Tarcísio seria reeleito com 47% das intenções de voto ante 30% de Haddad. Votos em branco, nulo ou nenhum dos candidatos totalizam 12% e eleitores indecisos, 11%.

Haddad tem rejeição de 59%, e Tarcísio é rejeitado por 37%.

A pesquisa Quaest foi contratada pela Globo e tem margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Em São Paulo, os dois líderes da disputa presidencial, presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), estão empatados, com 30% das intenções de voto cada um, em um dos cenários testados pela Quaest para o primeiro turno.

Nesse cenário, Pablo Marçal (PRTB), que ainda tenta viabilizar sua candidatura na Justiça Eleitoral, tem 4%. Renan Santos (Missão) tem 3%, mesmo percentual de Ronaldo Caiado (PSD). Augusto Cury (Avante) tem 2%. Romeu Zema (Novo), Samara Martins (UP) e Wilson Grassi (Democrata) têm 1% cada. Os demais postulantes não pontuaram. Eleitores indecisos somam 13% e votos em branco, nulo e quem não pretende votar, 12%.

No segundo cenário testado, sem Marçal, Lula e Flávio também estão empatados em São Paulo, dentro da margem de erro da pesquisa. No Estado, o senador tem 30% e o presidente, 29%. Descolado dos líderes estão Caiado com 4%, Zema com 3%, Renan com 3% e Cury tem 2%. Samara, Wilson Grassi e Rui Costa Pimenta (PCO) têm 1% cada. Os demais não pontuaram. Nesse cenário, indecisos são 13% do total e votos em branco, nulo e eleitores que não vão votar, 12%.

Marçal está inelegível até 2032 por decisão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Cabe recurso no Tribunal Superior Eleitoral.

Na disputa pelas duas vagas ao Senado, o ex-secretário e deputado Guilherme Derrite (PP) tem 12% das intenções de voto, mesmo percentual registrado pela ex-ministra e deputada Marina Silva (Rede). A ex-ministra Simone Tebet (PSB) aparece com 11%. O presidente da Assembleia de São Paulo, André do Prado (PL), tem 7%, seguido pelo ex-ministro e deputado Ricardo Salles (Novo), com 4%.

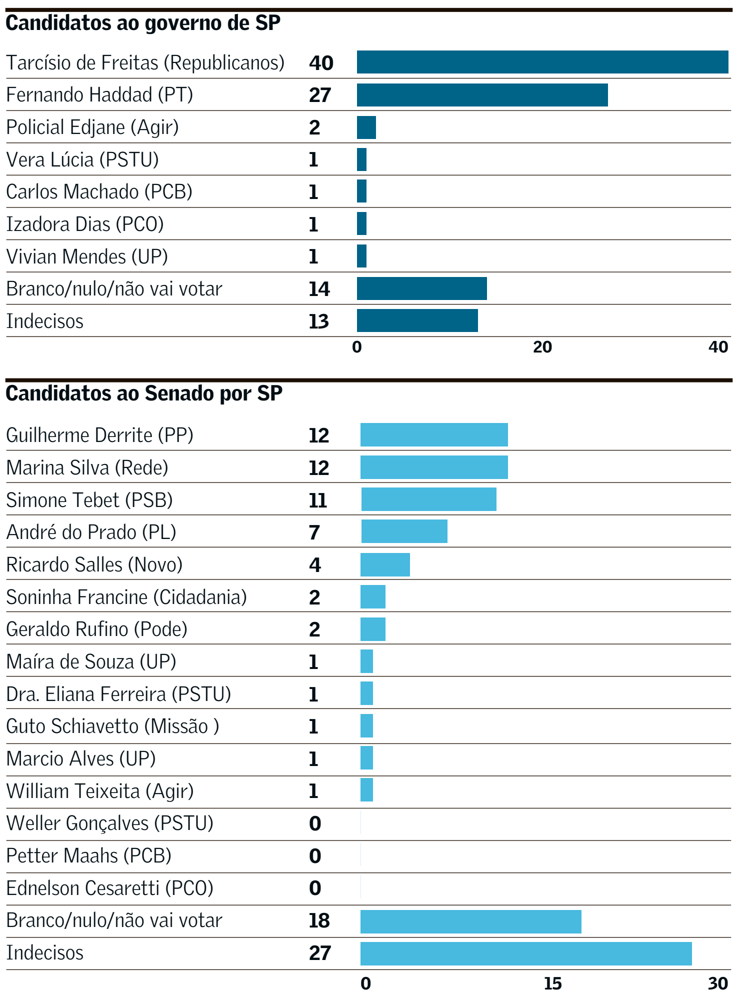
Derrite e Prado têm apoio de Tarcísio. Salles corre por fora, em busca dos votos da direita. Marina e Tebet, ex-ministras de Lula, estão na chapa de Haddad.

Geraldo Rufino (Podemos) e Soninha Francine (Cidadania) têm 2% cada um. Com 1% estão Maíra de Souza (UP), Marcio Alves (UP), Dra. Eliana Ferreira (PSTU), William Teixeira (Agir) e Guto Schiavetto (Missão). Os outros postulantes não pontuaram. Eleitores indecisos são 27% e votos em branco, nulo e quem não votará, 18%.

Para a pesquisa, o instituto entrevistou 1.800 pessoas entre sexta-feira (21) e segunda-feira (24). O levantamento está registrado no TSE sob o número SP-06946/2026.

O cenário da pesquisa Quaest é semelhante ao da pesquisa Datafolha divulgada na semana passada, que mostra Tarcísio 18 pontos percentuais à frente de Haddad. No Datafolha, Tarcísio tem 45% no primeiro turno e Haddad, 27%. Os demais candidatos somam 13%. Votos em branco e nulo são 11% e eleitores indecisos, 4%. No segundo turno, Tarcísio venceria por 54% a 35% de Haddad. Votos em branco e nulo somam 9% e indecisos, 2%. A pesquisa do Datafolha foi registrada na Justiça Eleitoral sob o protocolo SP-01806/2026, tem margem de erro de dois pontos percentuais e foi realizada entre os dias 18 e 19.

Tendência de resolver no 1º turno
Governador de SP tem vantagem de 13 pontos percentuais



Fonte: Pesquisa Quaest ouviu 1.800 pessoas de 16 anos ou mais entre os dias 21 e 24 de agosto. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. O número de registro no TSE é SP-06946/2026.

Cleitinho perde apoio em MG, mas ainda tem 29%

Guilherme Carvalho
De São Paulo

O senador Cleitinho Azevedo (Republicanos) continua na liderança na disputa pelo governo de Minas Gerais, mas perdeu uma parte do apoio que tinha depois de ter protagonizado um vai e vem sobre se manteria ou não sua candidatura. De acordo com a pesquisa Quaest divulgada na terça-feira (25), ele tem 29% das intenções de voto. Na sondagem de julho, ele tinha 35%.

Ao contrário do que aconteceu com Cleitinho, as intenções de voto nos outros candidatos ao governo de Minas praticamente não mudaram em relação à pesquisa anterior.

Patrus Ananias (PT) tem, segundo a pesquisa de terça, 11%, e o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PDT), 10%.

O atual governador Mateus Simões (PSD) aparece com 7%; Gabriel Azevedo (MDB), 5%, e Flávio Roscoe (PL), 3%. Ben Mendes (Missão) tem 2%, enquanto Professor Túlio Lopes (PCB) e Rafael Duda (PSTU) registram 1% cada. Outros candidatos não pontuaram. A parcela de eleitores indecisos em Minas para a eleição para governador ainda é de 19%, enquanto 12% afirmam que votarão em branco, anularão o voto ou não votarão.

Este é o primeiro levantamento da Quaest após o registro das candidaturas. Em julho, Cleitinho ainda não havia confirmado a disputa: desistiu inicialmente, mas voltou atrás e, por fim, oficializou sua candidatura em 15 de agosto.

Na pesquisa espontânea, sem a apresentação dos nomes, Cleitinho tem 11%, Patrus, 3%, e Kalil, 2%. Gabriel Azevedo e Simões aparecem com 1% cada. Outros nomes somam 1%, e 80% estão indecisos. Patrus entrou na corrida após intervenção de Lula, depois das recusas de Rodrigo Pacheco (PSB-MG) e Marília Campos (PT). O PL lançou Roscoe diante das incertezas sobre Cleitinho.

A maior parte dos mineiros diz que já tomou sua decisão. Para 54% dos entrevistados, a escolha já é definitiva; 45% ainda podem mudar de voto até 4 de outubro. O levantamento da Quaest ouviu 1.506 eleitores entre 21 e 24 de agosto. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, e a pesquisa foi encomendada pela Globo. O nível de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada no TSE sob o protocolo MG-04060/2026.

WALDEMIR BARRETTO/AGÊNCIA SENADO

Cleitinho: líder depois de indefinição

A pesquisa também avaliou o desempenho dos candidatos a presidente da República entre os eleitores de Minas Gerais. Minas é um tradicional espelho do Brasil, onde o candidato que sai vitorioso no Estado acaba sendo eleito ao Planalto.

Na Quaest de terça, Flávio Bolsonaro (PL) apareceu com 31%, contra 30% de Lula (PT) no cenário sem Pablo Marçal (PRTB). Romeu Zema (Novo), governador reeleito de Minas e que deixou o posto no início do ano para tentar a Presidência, registra 7%. Ronaldo Caiado (PSD) e Renan Santos (Missão), 3% cada, e Augusto Cury (Avante), 1%. Outros candidatos não pontuaram. Indecisos somam 17%, e 8% são de votos em branco, nulos ou não votarão.

Com Marçal na pesquisa, Lula e Flávio ficam empatados em 31%. Zema tem 6%, Marçal e Santos, 3% cada, Caiado, 2%, e Cury, 1%. Os demais não pontuaram. Indecisos somam 16%, enquanto 7% são votos em branco, nulos ou não votarão.

Em relação ao levantamento de julho, sem Marçal, Lula tinha 30%, Flávio, 29%, e Zema, 12%. Caiado oscilou de 4% para 3%, e Renan Santos, de 2% para 3%. Os indecisos passaram de 11% para 17%, enquanto votos em branco, nulos e os que não pretendem votar oscilaram de 9% para 8%.

Atualmente Marçal está inelegível, mas conseguiu registrar a candidatura após decisão provisória que reconheceu sua filiação ao PRTB. O TSE tem até 14 de setembro para decidir se ele poderá permanecer na disputa.

A pesquisa mostra que a desaprovação de Lula em Minas oscilou de 51% para 52%, e a aprovação, de 42% para 41%. Na avaliação da gestão, o índice negativo foi de 44% para 45%, e o positivo, de 31% para 30%. A avaliação regular permaneceu em 24%.

Na disputa pelo Senado, Marília Campos (PT) tem 15%. Carlos Viana (PSD) e Domingos Sávio (PL), 8%, e Marcelo Aro (PP), 6%. Áurea Carolina (PSOL), Marco Antônio Superman (Novo) e Carlin Moura (Avante) registram 2% cada.

Paes registra 37% das intenções de voto no Rio

Camila Zarur
Do Rio

O ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD) manteve a liderança na disputa ao governo do Estado, segundo pesquisa Quaest divulgada nesta terça-feira (25). De acordo com a sondagem, Paes tem 37% das intenções de voto no cenário estimulado (quando o entrevistado é informado do rol de postulantes), mais do que o dobro do segundo colocado, o presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), Douglas Ruas (PL), que tem 14%.

Em terceiro lugar na disputa está o ex-governador do Rio Anthony Garotinho (Republicanos), cuja participação na eleição ainda é incerta por questões judiciais. O ex-chefe do Palácio Guanabara, que tenta retornar ao cargo após 24 anos, aparece com 7%.

Empatado no limite da margem de erro com Garotinho está o vereador William Siri (Psol), com 3%. Em seguida, estão Coronel Busnello (Missão), Cyro Garcia (PSTU) e Juliete Pantoja (UP), os três com 1%. Os candidatos Luan Monteiro (PCO) e André Marinho (Novo) não pontuaram. O total de indecisos é de 20%, enquanto votos em branco e nulos somam 16%.

A pesquisa ouviu 1.302 entrevistados entre os dias 21 e 24 de agosto e foi encomendada pela Globo. A margem de erro máxima prevista é de cerca de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. A sondagem está registrada no TRE sob o número RJ-08748/2026.

Já no cenário espontâneo — isto é, quando os entrevistados não são informados dos nomes dos candidatos —, Paes segue isolado na liderança. O ex-prefeito é mencionado por 16% dos entrevistados, enquanto Ruas, por 7%. Garotinho e Siri são a escolha de 1% dos eleitores, e os demais postulantes não são citados. Contudo, os indecisos são a ampla maioria: 69%. Votos em branco e nulos somam 5%.

A Quaest também mediu dois possíveis cenários de segundo turno. Numa eventual disputa entre Paes e Ruas, o ex-prefeito se sairia melhor, com 50% das intenções de voto. O presidente da Alerj, por sua vez, teria 20%.

Já numa disputa contra Garotinho, Paes teria 53%, enquanto o ex-governador, 12%.

Entre os postulantes ao Guanabara, Garotinho é quem tem o maior nível de rejeição, com 68% dos entrevistados afirmando que o conhecem, mas não votariam no ex-governador. Em seguida, o segundo mais rejeitado é Paes, com 41%. Já Ruas é rejeitado por 21%.

Paes é o candidato com o menor índice de desconhecimento, apenas 7%. Garotinho é desconhecido por 15% e Ruas, por 59%. Já no índice "conhece e votaria", o percentual de Paes também é o maior: 52%. Ele vem seguido de Ruas, com 20%, e Garotinho, com 17%.

De acordo com a pesquisa Quaest, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) lidera numericamente a disputa ao Senado, com 10% das intenções de voto. Ela, no entanto, está empatada na margem de erro com Carlos Jordy (PL), que tem 7%; Marcelo Crivella (Republicanos), 6%; Monica Benicio (Psol), 5%; e Carlos Portinho (PL), 5%.

O deputado Pedro Paulo (PSD) marcou 3% das intenções de voto, enquanto o ex-prefeito de Belford Roxo Waguinho (Republicanos), 2%. Indecisos e em branco e nulos são maioria. Os dois somaram 32% cada.

Quando se olha para a pesquisa espontânea, o percentual de entrevistados que não decidiu em quem votar é ainda maior e chega a 88%. Nesse recorte, Benedita é mencionada por 2% das pessoas ouvidas, enquanto Jordy, Portinho, Crivella e Monica, 1% cada.

A Quaest também mostrou como está a avaliação do governador interino do Rio, o desembargador Ricardo Couto. Segundo a sondagem, a gestão do magistrado é aprovada por 38% e desaprovada por 20%. Não sabem ou não responderam somaram 42%.

Vinte por cento dos entrevistados disseram que avaliam positivamente o governo de Couto, enquanto 34% o veem como regular e 16% de forma negativa. Não sabem ou não responderam 30%.

Celina Leão lidera disputa no DF, com 34%

Murillo Camarotto
De Brasília

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), lidera a corrida pelo governo local com 34% das intenções de voto, segundo pesquisa Quaest divulgada na terça-feira (25). O ex-governador José Roberto Arruda (PSD) aparece em segundo, com 20%, seguido por Leandro Grass (PT), que tem 13%. Paula Belmonte (PSDB) e Ricardo Cappelli (PSB) somam 3% cada, enquanto Kiko Caputo (Novo) registra 2%. Votos em branco, nulos ou eleitores que dizem não votar acumulam 10%, e 14% se dizem indecisos.

O resultado mostra uma vantagem de 14 pontos de Celina sobre Arruda. Em pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira (21), os dois apareciam tecnicamente empatados, com 30% e 28%, respectivamente. Na pesquisa espontânea da Quaest, em que os nomes não são apresentados aos entrevistados, Celina tem 15%, e Arruda, 8%, enquanto 63% não souberam apontar um candidato ao governo. O índice elevado de indefinição nesse recorte indica que uma parcela expressiva do eleitorado ainda não consolidou a preferência sem a apresentação da lista de concorrentes.

A disputa ocorre em meio ao questionamento judicial da candidatura de Arruda. A Procuradoria Eleitoral pediu ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a impugnação do registro do ex-governador, sob o argumento de que ele está inelegível por condenações por improbidade administrativa.

Arruda contesta a interpretação e afirma que sua candidatura está de acordo com a legislação. Celina, vice de Ibaneis Rocha (MDB), assumiu o governo em março e tenta permanecer no cargo, agora como cabeça de chapa na eleição de outubro.

Na corrida pelas duas vagas do Distrito Federal no Senado, Michelle Bolsonaro (PL) lidera com 25%, seguida pela senadora Leila Barros (PDT), que busca a reeleição, com 17%. A deputada Erika Kokay (PT) aparece com 12% e a também deputada Bia Kicis (PL), com 9%. Professor Guilherme Amorim (UP) e Sebastião Coelho (Novo) têm 2% cada. Votos em branco, nulos ou os que dizem não votar somam 12%, enquanto 18% estão indecisos. Na pesquisa espontânea, a indefinição é maior: 73% não citaram nenhum nome.

Ibaneis deixou o governo para tentar uma candidatura ao Senado, mas o projeto acabou se inviabilizando após o envolvimento do seu nome na tentativa fracassada de venda do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB).

A eleição deste ano renovará dois terços do Senado, o que significa que cada eleitor poderá votar em dois candidatos diferentes. Pesquisa Datafolha divulgada há quatro dias também mostrava Michelle e Leila nas primeiras posições, com 19% e 16%, respectivamente. Erika tinha 12% e Bia Kicis, 11%.

Já na disputa pela Presidência da República, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece com 28% das intenções de voto no Distrito Federal, enquanto Flávio Bolsonaro (PL) tem 26%. Ronaldo Caiado (PSD), que governou o Estado vizinho Goiás, tem 13%. Augusto Cury (Avante), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) registram 3% cada, enquanto Samara Martins (UP) tem 2%. Votos em branco e nulos ou os que dizem não votar são 10%, e 12% estão indecisos. O primeiro turno da eleição está marcado para 4 de outubro.

Encomendado pela Globo, o levantamento da Quaest ouviu 1.104 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 21 e 24 de agosto. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. A sondagem está registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o número DF-06256/2026.

Pergunte
aos
dados

César Felício

Eleição pode terminar no 1º turno em 19 dos 27 Estados

Baixa competição

Maioria das disputas pelos governos estaduais tende a acabar no primeiro turno

Estados que devem resolver no primeiro turno

Estado	Favorito	Partido	Linha Política	Reeleição/Novo
SP	Tarcísio de Freitas	Republicanos	Bolsonarista	Reeleição
SC	Jorginho Mello	PL	Bolsonarista	Reeleição
PI	Rafael Fonteles	PT	Lulista	Reeleição
MA	Eduardo Braide	PSD	Neutro	Novo
AP	Doutor Furlan	PSD	Neutro	Novo
RR	Arthur Henrique	PL	Bolsonarista	Novo

Estados com chance de resolver no primeiro turno

Estado	Favorito	Partido	Linha Política	Reeleição/Novo
PR	Sérgio Moro	PL	Bolsonarista	Novo
RJ	Eduardo Paes	PSD	Lulista	Novo
MG	Cleitinho	Republicanos	Bolsonarista	Novo
GO	Daniel Vilela	MDB	Caiadista	Reeleição
MS	Eduardo Riedel	PP	Bolsonarista	Reeleição

Polarizados sem favoritos, deve resolver no 1º turno

Estado	Candidato	Partido	Candidato	Partido
PE	Raquel Lyra	PSD	João Campos	PSB
CE	Ciro Gomes	PSDB	Elmano Freitas	PT
BA	ACM Neto	União Brasil	Jerônimo Rodrigues	PT
PA	Hana Ghassan	MDB	Doutor Daniel	Podemos
AL	Renan Filho	MDB	JHC	PSDB
MT	Otaviano Pivetta	Republicanos	Wellington Fagundes	PL
RO	Marcos Rogério	PL	Adailton Fúria	PSD
SE	Valmir de Francisquinho	Republicanos	Fabio Mitidieri	PSD

Estados com segundo turno provável

Estado	Favorito		Desafiante		Azarões	
	Candidato	Partido	Candidato	Partido	Candidato	Partido
RS	Luciano Zucco	PL	Juliana Brizola	PDT	Gabriel Souza	MDB
PB	Lucas Ribeiro	PP	Cícero Lucena	MDB	Efraim Ribeiro	PL
DF	Celina Leão	PP	José Arruda	PSD	Leandro Grass	PT
RN	Alysson	União Brasil	Cadu Xavier	PT	Alvaro Dias	PL
AC	Mailza Assis	PP	Alan Rick	Republicanos	Tião Bocalom	PSDB
AM	Omar Aziz	PSD	Roberto Cidade	União Brasil	Davi Almeida	Avante
					Maria do Carmo	PL
ES	Lorenzo Pazolini	Republicanos	Ricardo Ferraço	MDB	Helder Salomão	PT
TO	Professora Dorinha	União Brasil	Vicentinho Júnior	PSDB	Laurez Moreira	PSD

Fonte: TSE, com elaboração própria

É grande a chance de as eleições para governadores terminarem no primeiro turno na maioria dos Estados. Caso esse cenário se concretize, é um potencial complicador tanto para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quanto para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em um eventual segundo turno.

Em uma vista panorâmica das últimas pesquisas e do mapa de alianças Estado por Estado, há 14 casos em que o desfecho no primeiro turno é altamente provável. Em seis deles, porque existe um franco favorito. É o caso, por exemplo, de São Paulo, onde o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) apareceu com 40% na Quaest divulgada na terça-feira (25), ante 27% de Fernando Haddad (PT) e 6% da soma de todos os outros concorrentes.

Em outros oito Estados, a vitória no primeiro turno é virtualmente uma certeza porque a disputa está tão polarizada que se tornou um campeonato em fase de mata-mata. Não há favoritos, mas na prática só existem dois candidatos. É a situação, por exemplo, dos três grandes Estados do Nordeste: Bahia, Ceará e Pernambuco. Nos dois primeiros, os governadores petistas Jerônimo Rodrigues e Elmano de Freitas tentam um segundo mandato contra ACM Neto (União Brasil) e Ciro Gomes (PSDB).

Em Pernambuco, Raquel Lyra (PSD) busca a reeleição contra João Campos (PSB). Na Quaest de terça-feira, ela apareceu com oito pontos percentuais de vantagem (44% a 36%), mas é uma disputa equilibrada demais para arriscar uma aposta, salvo que a contenda terminará no primeiro turno.

Em outros cinco Estados, as pesquisas não são conclusivas sobre segundo turno, mas a vantagem do líder é grande demais em relação a seus concorrentes e uma vitória no primeiro turno é plausível. Essa é a situação de Minas Gerais, onde a Quaest deu 29% para Cleitinho Azevedo (Republicanos), ante 11% de Patrus Ananias (PT), 10% de Alexandre Kalil (PDT) e 7% de Mateus Simões (PSD). Está dando segundo turno, mas Cleitinho tem quase o triplo do que conseguem seus competidores.

No Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD) por ora vence no primeiro turno, de acordo com a Quaest, e de forma tranquila: 37%, ante 14% de Douglas Ruas (PL) e 7% de Anthony Garotinho (Republicanos), mas seus adversários mostraram crescimento no Datafolha, divulgado no fim de semana. No Paraná, Sergio Moro (PL) é favorito, mas um segundo turno também não é impossível.

Segundo turno, por hora, é uma realidade mais provável em apenas oito dos 27 Estados: Rio Grande do Sul, Paraíba, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Acre, Amazonas, Espírito Santo e Tocantins.

Ter 19 dos 27 Estados resolvendo a eleição para governador no primeiro turno pode afetar o segundo turno da eleição presidencial de duas maneiras: ou o governador eleito torna-se um formidável cabo eleitoral de um candidato a presidente ou a abstenção cresce, porque a disputa presidencial perde a tração da competição regional.

Um cenário bem ruim para Lula seria o de vitória no primeiro turno de ACM Neto na Bahia, Ciro Gomes no Ceará, Raquel Lyra em Pernambuco e Doutor Daniel (Podemos) no Pará. Embora nenhum deles seja propriamente bolsonarista, todos nesta hipótese terão vencido sem a ajuda do presidente. Não se pode apostar em mobilização a favor da reeleição de Lula nesses Estados, que são redutos da esquerda no primeiro turno. No cenário inverso, de reeleição dos governadores petistas na Bahia e no Ceará, e de vitória de João Campos em Pernambuco e de Hana Ghassan (MDB) no Pará haveria um esforço nestes locais para melhorar a performance de Lula, já alta, em um segundo turno contra a direita.

Em São Paulo, é enorme o descompasso entre a intenção de voto em Tarcísio de Freitas e a de Flávio Bolsonaro na eleição presidencial. De acordo com a pesquisa Quaest, Flávio consegue somente 30% em São Paulo, empatado com Lula, que tem 29%, dois pontos percentuais a mais que Haddad. Em um segundo turno de Flávio contra Lula, Tarcísio será muito pressionado a entrar com tudo na campanha do senador do PL, para reduzir ao máximo esse desnível. Talvez essa pressão nem espere o primeiro turno e comece a crescer a partir de agora.

Também no Rio há este descompasso entre os 37% ostentados por Paes e os 29% obtidos por Lula, mas o candidato do PSD está longe de ser um cabo eleitoral do petista. Sua candidata a vice, Jane Reis (MDB), pede voto para Flávio. Uma vez eleito, Paes poderá cobrar caro seu engajamento em um segundo turno, presume-se, ao lado de Lula. Sendo que no Rio trata-se de um jogo de seis pontos. Cada voto obtido por Lula é um voto tirado de Flávio, que tem sua origem política lá.

Os Estados com segundo turno estabelecidos poderão catalisar a eleição presidencial. No Rio Grande do Sul, a última pesquisa Quaest mostrou um empate técnico entre Luciano Zucco (PL), com 26%, e Juliana Brizola (PDT), 23%. Lá Lula perde para Flávio, mas por pouco, apenas seis pontos percentuais os separam. Essa, entretanto, não é uma regra absoluta. Se no Distrito Federal José Roberto Arruda (PSD) — 20% na pesquisa — vencer suas dificuldades jurídicas e chegar ao segundo turno contra a governadora Celina Leão (PP), que tem 34%, o alinhamento com a campanha de Lula é pouco provável.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Eleições Aprovação de nova regra sobre escala de trabalha é vista como chave para a campanha de reeleição petista; expectativa de análise na CCJ

Lula cobra Alcolumbre sobre 6x1 e diz que 'não adianta atrapalhar'

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Alcolumbre: reaproximação do presidente do Congresso com Lula pode viabilizar aprovação de projetos prioritários

Eleições 26

Sofia Aguiar e Gabriela Guido
De Brasília

Como forma de pressionar o Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e disse ter certeza de que ele irá votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala 6x1, vista como prioritária para a campanha de reeleição petista. Aliados do governo articulam para que o texto seja analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima semana, o que permitiria que a matéria fosse votada pelo plenário da Casa ainda no período de esforço concentrado.

Segundo Lula, a aprovação da matéria é uma vontade do povo e "não adianta jogar contra ou tentar atrapalhar". "Nós mandamos o projeto para o fim da escala 6x1, que já foi aprovado na Câmara, porque o presidente [da Casa] Hugo Motta colocou para votar. Eu tenho certeza que o presidente Alcolumbre também vai votar a escala 6x1", disse o chefe do Executivo, em vídeo divulgado na terça-feira (25) nas redes sociais.

"Porque acham que, se aprovar é um benefício para mim, estão totalmente equivocados. O fim da escala 6x1 é um benefício para milhões de homens e mulheres que estão cansados de ser escravos e querem descansar um pouco mais", complementou Lula. "É uma conquista histórica para quem trabalha e uma vontade do povo brasileiro. Não adianta jogar contra ou tentar atrapalhar."

A matéria só passou a andar na Casa após a recente reconciliação entre Lula e Alcolumbre, que estavam rompidos desde que o Senado rejeitou o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de abril. Mesmo assim, há resistência por parte do presidente da Casa e da oposição, o que pode impedir que o texto seja votado antes do pleito de outubro.

De olho em avançar com essa e outras matérias, Lula convocou um encontro para esta quarta-feira (26) com Alcolumbre e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). O governo também quer aprovar no Senado a PEC da segurança pública e garantir a validade da medida provisória (MP) que colocou fim à chamada "taxa das blusinhas". A MP precisa ser aprovada pelo Congresso até 8 de setembro para não perder a validade, o que implicaria a volta da cobrança de 20% sobre compras internacionais.

Em relação à PEC da segurança, o senador Rogério Carvalho (PT-SE), disse que apresentará relatório sem alterar o texto aprovado pela Câmara, para agilizar a tramitação da matéria e, segundo ele, para que as mudanças comecem a "valer o quanto antes para a população brasileira".

Aliados do governo articulam para que o texto seja analisado pela CCJ na próxima semana

Já sobre o fim da escala 6x1, o relator Omar Aziz (PSD-AM) pretende entregar o seu parecer ainda esta semana para que a votação, na CCJ do Senado, possa ocorrer na quarta-feira (2). A expectativa é que ele também não realize mudanças no conteúdo do texto, para evitar que a PEC retorne para a análise dos deputados, o que adiaria ainda mais a promulgação da PEC.

Na terça-feira, o presidente da CCJ, o governista Otto Alencar (PSD-BA), afirmou, nas redes sociais, que aguarda a publicação do relatório de Aziz para levar a matéria à votação no colegiado já na próxima semana.

Segundo o **Valor** apurou, Otto deve conceder um período de vista coletiva — tempo para os parlamentares analisarem o texto — de somente algumas horas. O objetivo é conter a ofensiva pelo adiamento da deliberação da PEC, que deve ser protagonizadas pelo grupo político do candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A expectativa é que os bolsonaristas apresentam requerimentos para a realização de audiências públicas para debater o fim da 6x1, além de utilizar outros instrumentos para tentar postergar a deliberação. Se não for votada até o fim da próxima semana, a apreciação do texto pelo Senado deve ficar para depois das eleições, porque não deve ter novas sessões legislativas até o fim das disputas eleitorais.

No governo, a avaliação é de que, sem a aprovação dessas medidas antes da eleição, Lula perde a oportunidade de apresentar resultados concretos em áreas estratégicas e de colher, ainda durante a campanha, os impactos políticos dessas iniciativas.

Por conta disso, o chefe do Executivo tentou se aproximar do presidente do Senado nas últimas semanas e ambos se reuniram para alinhar os interesses dos Poderes. Após isso, no domingo (23), em entrevista à Record, Lula se referiu ao amapaense como "amigo" e demonstrou otimismo em destravar pautas de interesse do governo no Congresso.

Os dois também estiveram juntos em um evento no Amapá, terra natal de Alcolumbre, onde visitaram um navio-sonda da Petrobras que trabalha na exploração de petróleo na Margem Equatorial. Foi a primeira aparição pública deles após terem a relação política restabelecida.

Ines249

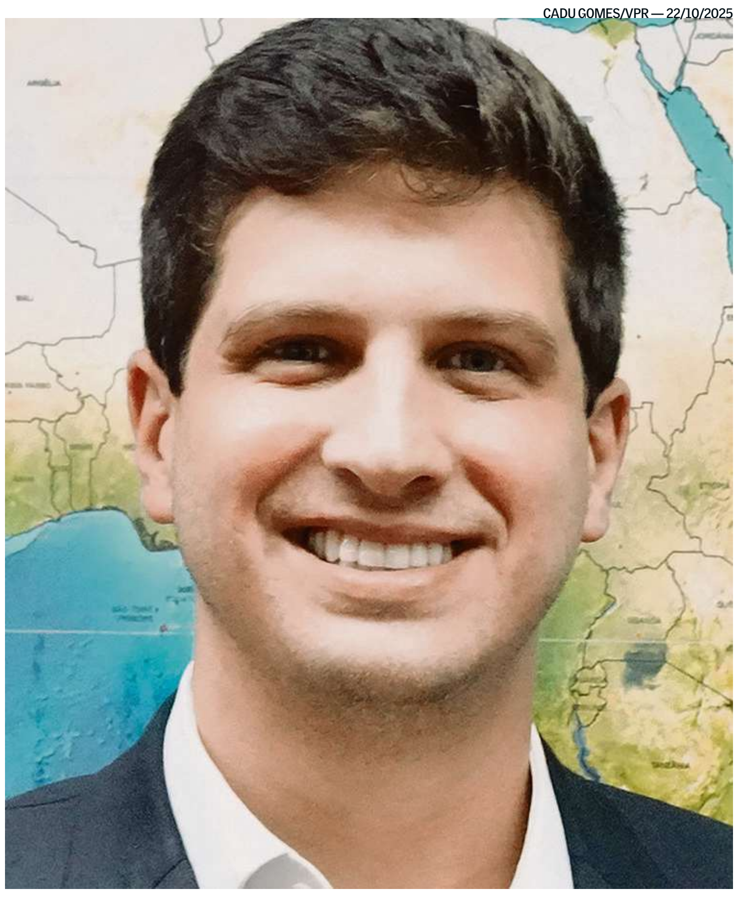
Eleições Raquel Lyra colhe frutos de melhora na economia; João Campos tem apoio de Lula

Disputa em Pernambuco teve virada e pode acabar no 1º turno

RICARDO STUCKERT

Lyra: pesquisa Quaest mostra governadora com 44% das intenções de voto

CADU GOMES/VPR — 22/10/2025



Campos: prefeito do Recife aparece em segundo e soma 36% no 1º turno

Eleições 26

Marina Falcão
Do Recife

A governadora Raquel Lyra (PSD) e o ex-prefeito do Recife João Campos (PSB) travam uma disputa eleitoral que deve ser definida no detalhe, possivelmente já no primeiro turno, em Pernambuco. A vitória poderá projetar qualquer um dos dois como liderança nacional, colocando o Estado novamente no centro da política no Nordeste pela primeira vez após a morte do ex-governador Eduardo Campos, em 2014, em acidente aéreo.

Campos iniciou a campanha sob um cenário mais adverso do que previa quando decidiu se candidatar. Até abril deste ano, as pesquisas mostravam vantagem confortável do ex-prefeito no embate estadual, mas cenário mudou rápido. Quaest divulgada na terça-feira (25) mostrou que governadora Raquel Lyra assumiu a dianteira, registrando 44% das intenções de voto, contra 36% de Campos e 1% de Ivan Moraes (Psol). Votos em branco e nulos somaram 7% e, indecisos, 12%.

O levantamento, encomendado pela Globo, foi realizado entre os dias 21 e 24 de agosto, com o primeiro 1.302 eleitores. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob protocolo PE-017828/2026.

A diferença de oito pontos de vantagem não é única coisa que alerta o PSB. A aprovação da governadora é hoje de 68% (24% desaprovam). A avaliação do governo é positiva para 46% dos entrevistados, regular para 33% e negativa para 16%.

Embora as pesquisas só reflitam agora, a reação da governadora começou a ser desenhada em março de 2025, quando ela migrou do PSDB para o PSD de Gilberto Kassab. Com o movimento, a governadora ampliou a aproximação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem dependia para destravar obras no Estado, e ao mesmo tempo, foi acolhida em um partido que tinha recursos e estrutura para sustentar a sua campanha de reeleição.

“Pernambuco pode sonhar com hipótese de Raquel Lyra ser presidente”, disse Kassab no evento de filiação de Lyra, no Recife. Na época, Campos figurava como franco favorito segundo as pesquisas de intenção de voto para governador, e a declaração de Kassab soou desconectada da realidade.

Às vésperas da eleição, o PSD é hoje o maior partido de Pernambuco com 79 prefeitos dos 184 do Estado. Considerando os partidos aliados, Lyra tem 130 prefeitos ao seu lado nesta eleição, mais do que o dobro que Campos.

“A melhora de governadora nas pesquisas tem muito a ver com o voto de estrutura, com uma maior movimentação das forças políticas em torno do palanque estadual”, afirma Priscila Lapa, cientista política. Ao mesmo tempo, diz Priscila, houve uma aceleração nas entregas do governo estadual nos últimos meses, o que contribuiu para a percepção do eleitor de que se trata de um governo “acelerado”.

> “A melhora de governadora tem muito a ver com o voto de estrutura”
> *Priscila Lapa*

No acumulado dos seis primeiros meses do ano, a economia de Pernambuco cresceu 5,1%, acima da média do Nordeste (2,7%) e da nacional (1,2%) no mesmo período, de acordo com Índice de Atividade Econômica calculado pelo Banco Central. Parte do desempenho está diretamente ligado à recuperação da capacidade de investimento do Estado, que conseguiu melhorar sua nota de crédito, alavancar empréstimos e fechar parcerias com governo federal.

A malha rodoviária, um dos principais gargalos de competitividade de Pernambuco, está recebendo investimentos de R$ 5,2 bilhões com o programa PE na Estrada. Um estudo conduzido pelo economista Ecio Costa (UFPE) calcula que, sozinho, o programa deve ser responsável por expansão de 3,95% do PIB do Estado.

A seu favor, Campos conta com o apoio oficial do presidente Lula, o que deve ser amplamente explorado pela campanha nos 4min21s de tempo de televisão que o candidato dispõe — 18 segundos a mais do que Lyra.

Reeleito em primeiro turno com votação recorde de 78,11% dos votos em 2024, Campos é um reconhecido fenômeno nas redes sociais e é uma das principais apostas para liderar a esquerda no pós-Lula. Até dezembro de 2025, Campos fazia uma gestão de elevada popularidade — questionada pela oposição em relação em relação a gastos com publicidade e parceira com bets — praticamente blindada de noticiário negativo na prefeitura.

No dia 24 dezembro, Campos alterou o resultado de um concurso público beneficiando um filho do magistrado Rildo Vieira da Silva, que anulou medidas cautelares de uma operação que investigava contratos da prefeitura do Recife. Com o aval de Campos, Lucas Vieira Silva foi reclassificado como portador de deficiência (PCD), apresentando laudo de autismo após a realização do certame.

Com repercussão negativa do caso na mídia, Campos voltou atrás e anulou a nomeação, mas o escândalo do ‘fura-fila’, como ficou conhecido o episódio, assombra a campanha do ex-prefeito. Na semana passada, o CNJ solicitou que o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) E que fizesse uma investigação sobre a conduta do juiz.

A governadora, por sua vez, faz uma ginástica para dosar o discurso, driblar polarização nacional e somar votos de todos os espectros ideológicos, sem ser taxada de bolsonarista. Em entrevistas, a governadora tem dito que é “pernambuquista”, não declara voto para presidente, mas que diz grata a Lula pelas parcerias para realização de obras.

Segundo a Quaest, Lula tem 54% das intenções de voto em Pernambuco, contra 19% de Flávio Bolsonaro (PL). Ronaldo Caiado (PSD) tem 3%, Renan Santos 2% e Romeu Zema (Novo) e Augusto Cury têm 1% cada um.

Com a eleição para governo em aberto, a disputa para o Senado ganhou vida própria e pode ser fortemente impactada pela polarização nacional.

Segundo Quaest, Marília Arraes (PDT) tem 16% das intenções de voto, em empate técnico com Humberto Costa (PT), que registrou 13%. Mendonça Filho, do PL, aparece em terceiro lugar com 9% dos votos, seguido por Eduardo da Fonte (PP), com 6%, e Túlio Gadêlha (PSD), com 3%. Indecisos somam 26% e votos em branco e nulos, 24%.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/26	jun/26	mai/26	abr/26	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,64	0,03	0,27	-0,15	0,64	0,56	0,20	0,47	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,8	-0,9	1,2	0,0	1,0	2,1	-1,9	-0,2	0,1
Indústria de transformação	-	-1,8	-0,1	0,3	-0,1	0,9	2,2	-2,5	0,2	-0,3
Indústrias extrativas	-	-0,6	-2,6	3,2	0,4	1,1	1,5	1,0	-2,2	3,6
Bens de capital	-	-1,1	-0,2	-0,2	0,6	2,7	2,8	-8,4	-0,2	0,8
Bens intermediários	-	-1,1	-0,5	1,5	0,4	1,3	2,4	-1,9	-0,6	-0,7
Bens de consumo	-	-3,7	-0,8	-1,0	0,4	0,6	1,6	-1,4	0,4	1,1
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	0,8	0,2	0,5	3,8	4,9	2,3	-1,2	1,2	-2,7
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	0,2	0,0	-1,3	1,4	0,7	0,5	-1,0	-0,7	0,4
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	0,2	1,1	1,2	0,6	0,5	-0,4	0,9	0,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,5	0,3	-1,5	0,8	0,8	0,5	-0,7	1,1	0,6
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,3	0,5	1,4	-0,1	1,2	2,2	-0,9	0,6	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	-0,2	1,2	-1,0	0,1	0,0	-0,3	-0,1	0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	5,4	5,6	5,8	6,1	5,8	5,4	5,1	5,2	5,4
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,5	-0,2	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	1,2	-0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	34.119	35.904	31.603	34.324	31.754	26.276	24.574	30.710	28.165	31.509
Importações	27.052	26.509	24.105	23.636	25.247	22.169	20.796	21.385	22.404	24.824
Saldo	7.067	9.395	7.497	10.688	6.507	4.107	3.778	9.325	5.761	6.685

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,21	0,7600	0,6216	0,4206	0,10	25,04	1.621,00
abr/26	0,1679	0,6687	0,6687	0,9842	1,09	0,7307	0,6255	0,4149	0,57	25,16	1.621,00
mai/26	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899	1,07	0,7552	0,6224	0,4157	1,24	25,16	1.621,00
jun/26	0,1709	0,6718	0,6718	1,0460	1,12	0,7307	0,6279	0,4179	2,24	25,16	1.621,00
jul/26	0,1729	0,6738	0,6738	1,0998	1,22	0,7560	0,6418	0,4200	0,45	25,29	1.621,00
ago/26	0,1693	0,6701	0,6701	1,0038	1,09	0,7560	0,6597	0,4163	-	25,29	1.621,00
2026	**1,32**	**5,45**	**5,45**	**8,53**	**9,32**	**6,09**	**5,16**	**3,34**	**5,06**	**1,53**	**6,79**
Em 12 meses*	**2,02**	**8,31**	**8,31**	**13,41**	**14,63**	**9,25**	**7,81**	**5,08**	**6,23**	**2,06**	**6,79**
2025	**1,97**	**8,26**	**8,26**	**13,33**	**14,32**	**8,79**	**7,61**	**5,03**	**4,13**	**1,71**	**7,51**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/26	4º Tri/25	2026‡	2025	2024	2023
PIB (R$ bilhões) *	3.251	3.278	12.965	12.739	11.779	10.943
PIB (US$ bilhões) **	613	607	2.376	2.281	2.185	2.191
Taxa de Variação Real (%)	1,1	0,3	2,0	2,3	3,4	3,2
Agropecuária	2,0	0,1	7,5	11,7	-3,7	16,3
Indústria	1,0	-0,7	1,3	1,4	3,1	1,7
Serviços	0,5	0,7	1,8	1,8	3,8	2,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,5	-3,4	0,4	2,9	6,9	-3,0
Investimento (% do PIB)	16,5	16,0	16,6	16,8	16,9	16,4

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. ‡ 1º trim de 2026, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência agosto/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
* Para rendimentos tributáveis mensais acima de R$ 7.350,00.
** Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20.
Dedução mensal por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

	Janeiro-Julho			julho		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**613,5**	**558,0**	**9,95**	**90,3**	**82,0**	**10,11**
Imposto de renda pessoa física	58,4	27,3	113,93	7,1	6,2	15,01
Imposto de renda pessoa jurídica	241,0	219,8	9,64	42,0	39,0	7,74
Imposto de renda retido na fonte	314,1	287,9	9,09	41,2	36,8	11,80
Imposto sobre produtos industrializados	54,6	49,5	10,37	8,2	7,1	16,17
Fumo	7,2	6,7	6,50	1,2	1,0	23,66
Bebidas	2,1	1,8	13,41	0,3	0,2	17,82
Automóveis	3,1	2,8	9,88	0,6	0,4	47,06
Imposto sobre operações financeiras	57,8	43,1	34,23	8,2	6,6	24,66
Imposto de importação	61,4	53,1	15,63	8,6	7,5	13,87
Cide-combustíveis	1,9	1,8	1,50	0,3	0,3	18,96
Contribuição para Finsocial (Cofins)	283,4	258,8	9,51	42,4	38,7	9,56
CSLL	132,0	118,6	11,30	22,9	20,5	11,87
PIS/Pasep	76,0	70,6	7,57	11,4	10,3	9,96
Outras receitas	595,9	526,5	13,19	97,1	81,3	19,45
Total	**1.876,5**	**1.680,0**	**11,70**	**289,3**	**254,2**	**13,82**

	jun/26		mai/26		jun/25	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**61,9**	**0,41**	**61,6**	**0,84**	**56,0**	**7,46**

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/26	jul/26	2026	2025	12 meses	ago/26	jul/26	dez/25	ago/25
IBGE									
IPCA	-	0,07	3,44	4,26	4,44	-	7.657,73	7.403,29	7.323,91
INPC	-	-0,01	3,50	3,90	4,10	-	7.835,16	7.570,36	7.510,91
IPCA-15	-	0,06	3,51	4,41	4,52	-	7.520,59	7.265,66	7.185,58
IPCA-E	-	-	3,45	4,41	4,80	-	-	7.265,66	7.185,58
FGV									
IGP-DI	-	-0,86	2,12	-1,20	2,77	-	1.192,02	1.167,24	1.162,22
Núcleo do IPC-DI	-	0,25	2,69	5,92	4,12	-	-	-	-
IPA-DI	-	-1,31	1,46	-3,61	1,90	-	1.363,61	1.343,94	1.342,78
IPA-Agro	-	0,77	-0,85	-6,62	0,79	-	1.890,31	1.906,47	1.904,32
IPA-Ind.	-	-1,99	2,26	-2,52	2,28	-	1.148,79	1.123,35	1.122,48
IPC-DI	-	-0,08	2,92	4,00	3,86	-	816,69	793,53	782,93
INCC-DI	-	0,61	4,91	5,92	6,44	-	1.288,43	1.228,16	1.216,71
IGP-M	-	-1,16	2,08	-1,05	2,76	-	1.209,62	1.185,00	1.181,37
IPA-M	-	-1,74	1,38	-3,35	1,87	-	1.402,07	1.382,94	1.382,23
IPC-M	-	-0,01	3,17	4,08	4,03	-	800,23	775,65	768,70
INCC-M	-	0,62	4,70	6,10	6,40	-	1.283,04	1.225,40	1.214,24
IGP-10	-0,51	-1,13	3,48	-0,76	2,00	1.227,66	1.233,91	1.209,77	1.203,55
IPA-10	-0,69	-1,76	0,56	-2,87	0,92	1.432,62	1.442,53	1.424,59	1.419,54
IPC-10	-0,47	0,23	2,84	4,01	3,64	802,71	806,47	780,54	774,53
INCC-10	0,65	0,65	5,32	6,18	6,54	1.272,78	1.264,55	1.208,49	1.194,66
FIPE									
IPC	-	-0,03	2,08	3,83	3,60	-	749,29	734,01	723,51

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre/2026 = 1,93%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2026

		No prazo legal		
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	29/05/2026	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/2026		1,00%	
3ª	31/07/2026		2,12%	+
4ª	31/08/2026		3,33%	Campo 8
5ª	30/09/2026			
6ª	30/10/2026			+
7ª	30/11/2026			Campo 9
8ª	30/12/2026			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/26 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

	jun/26		mai/26		jun/25	
Dívida líquida do setor público	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**9.034,5**	**68,48**	**8.897,7**	**67,91**	**7.702,2**	**62,60**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-43,4	-0,33	-28,2	-0,21	-34,8	-0,28
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-1.005,9	-7,62	-991,9	-7,57	-1.029,0	-8,36
Dívida fiscal líquida	**10.083,8**	**76,44**	**9.917,8**	**75,69**	**8.766,0**	**71,24**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	9.492,6	71,96	9.347,8	71,34	8.308,9	67,53
Dívida externa líquida	-458,1	-3,47	-450,0	-3,43	-606,6	-4,93
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7.916,6	60,01	7.784,3	59,41	6.675,9	54,25
Governos Estaduais	989,6	7,50	978,8	7,47	899,8	7,31
Governos Municipais	81,9	0,62	82,1	0,63	83,7	0,68
Empresas Estatais	46,4	0,35	52,5	0,40	42,9	0,35

Necessidades de financiamento do setor público	jun/26		mai/26		jun/25	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**1.317,8**	**9,99**	**1.259,9**	**9,62**	**894,4**	**7,27**
Governo Federal**	1.102,3	8,36	1.083,4	8,27	734,4	5,97
Banco Central	81,8	0,62	48,6	0,37	68,4	0,56
Governo regional	118,5	0,90	112,0	0,85	79,2	0,64
Total primário	**157,2**	**1,19**	**149,0**	**1,14**	**-17,9**	**-0,15**
Governo Federal	-211,1	-1,60	-213,5	-1,63	-316,8	-2,57
Banco Central	1,1	0,01	1,0	0,01	1,0	0,01
Governo regional	9,0	0,07	3,3	0,03	-13,3	-0,11

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

	Janeiro-Junho			junho		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita total	**1.584,4**	**1.505,8**	**5,22**	**251,9**	**228,6**	**10,19**
Receita Adm. Pela RFB**	1.054,3	986,9	6,82	163,9	148,8	10,15
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	368,7	347,6	6,06	61,9	58,6	5,60
Receitas Não Adm. Pela RFB	161,5	171,3	-5,75	26,2	21,3	23,04
Transferências a Estados e Municípios	**312,2**	**301,4**	**3,58**	**56,8**	**51,7**	**9,88**
Receita líquida total	**1.272,2**	**1.204,4**	**5,62**	**195,2**	**177,0**	**10,28**
Despesa Total	**1.363,4**	**1.214,2**	**12,29**	**243,4**	**223,3**	**9,00**
Benefícios Precidenciários	607,0	562,2	7,97	112,3	110,2	1,90
Pessoal e Encargos Sociais	214,4	193,9	10,57	34,1	32,9	3,88
Outras Despesas Obrigatórias	233,5	190,9	22,32	38,7	32,1	20,65
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	308,5	267,2	15,44	58,1	48,0	21,01
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-91,2**	**-9,8**	**833,76**	**-48,2**	**-46,3**	**4,13**

Discriminação	jun/26		mai/26		jun/25	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	0,0	-17,21	0,0	65,12	-0,1	-
Discrepância estatística	1,0	-	-2,0	-	0,8	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-48,2**	**-9,45**	**-53,2**	**-**	**-45,9**	**-**
Juros Noninimais	**-100,5**	**2,45**	**-98,1**	**27,79**	**-54,4**	**38,67**
Result. Nominal do Gov. Central	**-47,2**	**-14,52**	**-55,3**	**-**	**-99,2**	**174,58**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Ines249

Disputa Governo anuncia taxa de até 50% sobre lista de cerca de 700 produtos americanos e lança pacote para apoiar empresas afetadas

Canadá reage às tarifas dos EUA e acirra guerra comercial

Agências internacionais

O Canadá reagiu e anunciou ontem tarifas retaliatórias sobre cerca de US$ 20 bilhões em importações anuais dos Estados Unidos, igualando, dólar por dólar, as mais recentes taxas implementadas pelo governo de Donald Trump.

As contramedidas entrarão em vigor em 8 de setembro. As alíquotas são de 15%, 25% e 50% sobre cerca de 700 produtos importados do país vizinho, informou o governo do Canadá.

O anúncio ocorreu após o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciar tarifas de 50% sobre US$ 20 bilhões em importações canadenses no sábado, após o fracasso das negociações entre os países.

"Nossas contratarifas dólar por dólar, alíquota por alíquota, bem como um pacote de apoio de vários bilhões de dólares, protegerão trabalhadores, agricultores, famílias e empresas", disse o ministro das Finanças do Canadá, François-Philippe Champagne.

O Canadá aplicou tarifas de 50% sobre aço, alumínio, móveis e roupas; tarifas de 25% sobre queijo, eletrodomésticos e alguns frutos do mar; e tarifas de 15% sobre eletrônicos e ferramentas, disse uma autoridade canadense.

A ministra da Indústria, Melanie Joly, disse que as tarifas têm como objetivo principal proteger empresas canadenses, mas também exercer pressão política antes de os americanos votarem nas eleições legislativas de meio de mandato em novembro *(mais abaixo)*.

"Precisamos garantir que os concorrentes não tenham acesso ao mercado canadense em condições melhores do que os nossos", disse ela. "Também estamos mirando produtos que afetarão Estados dos EUA; portanto, estamos sendo prudentes e estratégicos para exercer pressão política, e é por isso que acreditamos que esta é a medida certa a tomar agora".

As tarifas canadenses também abrangerão alguns alimentos preparados, perfumes e produtos de higiene pessoal, plásticos, madeira serrada, celulose e produtos de papel, tapetes e roupas.

A lista também mira bens industriais, incluindo ferro e aço, alumínio, ferramentas manuais e outros produtos metálicos, máquinas e equipamentos elétricos, além de locomotivas, motocicletas, móveis e equipamentos de jogos, segundo o governo.

O Canadá também anunciou um pacote de medidas de 7,5 bilhões de dólares canadenses, com apoio a pequenas e médias empresas, uma linha de financiamento para o fluxo de caixa das companhias e assistência a trabalhadores em risco devido às novas tarifas.

Joly disse que as empresas não serão obrigadas a fazer reembolsos durante 36 meses — período que se estenderia até o fim do mandato do governo Trump.

O Banco de Desenvolvimento Empresarial do Canadá, um financiador federal, fornecerá parte do apoio às empresas afetadas, oferecendo empréstimos sem juros entre 2,5 milhões e 5 milhões de dólares canadenses.

As novas tarifas de Trump são relativamente restritas, afetando cerca de 5% das exportações canadenses para os Estados Unidos. Mas analistas de comércio dizem que elas podem causar efeitos graves e concentrados em setores que já enfrentam dificuldades, como o de produtos de madeira — especialmente fabricantes de armários de cozinha.

As tarifas retaliatórias do Canadá, calculadas com base nos dados comerciais de 2024, abrangem bens que representam quase 4,5% das importações canadenses provenientes dos EUA.

A troca mútua de tarifas marca um novo ponto baixo nas relações dos aliados de longa data. Antes do anúncio canadense, Trump havia ameaçado rebatizar o Lago Ontário como "Lago América" após uma série de ataques ao governador da província, Doug Ford.

"Os Estados Unidos estão considerando seriamente mudar o nome do Lago Ontário para Lago América, já que não esperamos mais fazer muitos negócios com Ontário", escreveu Trump em uma postagem no Truth Social.

Um dos cinco Grandes Lagos da América do Norte, o Lago Ontário faz fronteira tanto com a província canadense de Ontário quanto com o Estado norte-americano de Nova York.

Questionado sobre o comentário de Trump, o ministro canadense responsável pelo comércio com os EUA, Dominic LeBlanc, afirmou que o Canadá não responderia a publicações nas redes sociais feitas pelo governo dos EUA.

"Decidimos, como governo federal, há meses, não responder às publicações diárias nas redes sociais, sejam as do presidente ou de seus secretários", disse LeBlanc em entrevista à CNBC.

US$ 20 bi
em importações dos EUA serão taxadas

Taxas visam prejudicar republicanos nas eleições

Associated Press

As tarifas mútuas entre Estados Unidos e Canadá ameaçam os esforços dos republicanos para responder às preocupações econômicas dos eleitores, em um ano no qual o controle do Senado depende de Estados localizados ao longo da fronteira com o vizinho.

A senadora republicana Susan Collins, do Maine, um dos principais alvos dos democratas neste ano, alertou que as consequências da abordagem de Trump prejudicarão empresas e consumidores americanos. "Impor novas tarifas ao Canadá é um erro", afirmou durante ato de campanha na segunda-feira, mencionando produtos do Maine destinados ao mercado canadense.

A questão também pressiona republicanos em Michigan, Ohio e Alasca, Estados dos quais o Canadá é um importante parceiro comercial. Muitos democratas parecem dispostos a explorar o tema na tentativa de recuperar a maioria no Senado, apesar do histórico de posições protecionistas dentro do próprio partido.

"Trump está intensificando uma guerra comercial com o Canadá por vaidade própria", afirmou nas redes sociais Abdul El-Sayed, candidato democrata em Michigan, acrescentando que seu adversário republicano, o ex-deputado Mike Rogers, é um "carimbador" dessas políticas. Um terço das exportações do Estado segue para o Canadá.

Marc Short, um dos principais assessores do então vice-presidente Mike Pence durante o primeiro governo Trump, afirmou que a questão representa uma armadilha política para os republicanos.

"É difícil, obviamente, porque você não quer provocar a ira do presidente", afirmou. "Mas, ao mesmo tempo, acho que, se você representa especialmente Estados agrícolas, seus eleitores provavelmente estão ansiosos para ter alguém defendendo seus interesses em Washington neste momento."

O principal representante comercial de Trump minimizou a disputa, em tom mais moderado. "Isso é algo em que, na verdade, não esperamos um impacto enorme", afirmou Jamieson Greer a jornalistas na Casa Branca.

O vice-presidente J.D. Vance visitou o Maine na segunda-feira, onde elogiou "nossa amiga muito independente Susan Collins" e garantiu aos eleitores que "estamos muito atentos ao fato de que o Maine é um Estado fronteiriço com o Canadá". Segundo ele, o governo tenta garantir que o Maine "consiga um acordo justo".

Iowa, que também tem uma disputa competitiva pelo Senado, não faz fronteira terrestre ou aquática com o Canadá, mas exporta mais produtos para o país do que para qualquer outra nação.

O Majority Forward, comitê de ação política ligado aos democratas do Senado, já veiculou anúncios contra o senador republicano Dan Sullivan, do Alasca, durante o "shutdown" do governo em 2025.

"As tarifas estão atingindo o Alasca com mais força", dizia o anúncio veiculado na TV. "Ligue para Dan Sullivan e diga a ele… pare de aumentar nossos custos."

China desafia Trump após ameaça por apoio a Teerã

Bloomberg

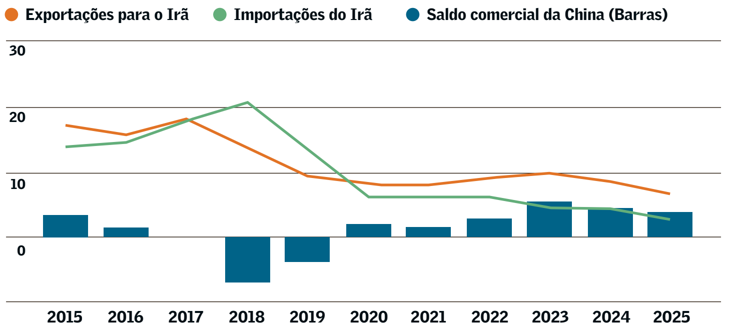
O governo de Xi Jinping enviou ontem uma mensagem desafiadora ao presidente dos EUA, Donald Trump, em relação aos laços econômicos da China com o Irã.

Horas após os EUA sancionarem entidades chinesas e ameaçarem atingir uma "grande instituição financeira" não identificada por suas relações com Teerã, Pequim reagiu ao afirmar que a relação com o Irã "não deve ser perturbada nem prejudicada". A China adotará "todas as medidas necessárias" para proteger seus interesses, advertiu o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Lin Jian.

A reação ressalta o risco de um novo confronto entre as superpotências, enquanto Trump promove uma ofensiva econômica contra o Irã na tentativa de pressionar o regime iraniano a fechar um acordo.

A China deu a Teerã uma tábua de salvação econômica ao se tornar a maior compradora de petróleo iraniano, e Xi não parece ter pressa em ajudar Trump a encerrar um conflito que desvia recursos dos EUA da Ásia e, ao mesmo tempo, amplia o poder de barganha do líder chinês antes de uma reunião entre os dois no próximo mês. Para os EUA, tomar medidas contra qualquer grande banco chinês que apoie a economia de guerra do Irã provocaria uma reação ainda mais forte do rival asiático.

Relação comercial entre China e Irã
Comércio bilateral despencou nos últimos anos (em US$ bilhões)



Fonte: Administração Geral de Alfândegas da China

"A China quer que o conflito seja contido, mas tem poucos motivos para ajudar Trump a encerrá-lo sem receber algo em troca", afirmou Jesse Marks, fundador da Rihla Research & Advisory e ex-assessor de política para o Oriente Médio no governo dos EUA.

Para Xi, há vantagens em Trump manter o foco no Irã. Neste mês, os EUA deslocaram para o Oriente Médio seu único porta-aviões baseado na Ásia, enquanto as forças americanas anunciaram posteriormente o cancelamento de um exercício com a Coreia do Sul, devido à escassez de recursos provocada pelos deslocamentos para a região em torno do Irã. Isso poderia dar maior liberdade à China para continuar reivindicando territórios no Mar do Sul da China e nas proximidades de Taiwan.

Embora Xi não vá romper os laços com Teerã, Pequim poderia decidir reduzir ainda mais as compras de petróleo iraniano ou manter em bancos chineses as receitas dessas transações, afirmou Marks. Comprometer-se com controles mais rígidos sobre componentes chineses de uso dual, que possam chegar a programas de armamentos iranianos, é outra opção.

Ignorar a Casa Branca, porém, poderia antagonizar Trump poucas semanas antes da reunião de 24 de setembro, em Washington, destinada a preservar uma trégua comercial. Antes do encontro, a China já compra menos petróleo iraniano com desconto, diante da redução da oferta provocada pelo bloqueio naval dos EUA.

Em um sinal do interesse em evitar uma deterioração das relações, os EUA planejam limitar as tarifas pendentes sobre o excesso de capacidade produtiva da China a um nível previamente aprovado por Pequim, segundo fontes.

O próprio Bessent sinalizou o interesse dos EUA em evitar novas turbulências ao dizer, na segunda-feira, que não quer "implodir o sistema financeiro global".

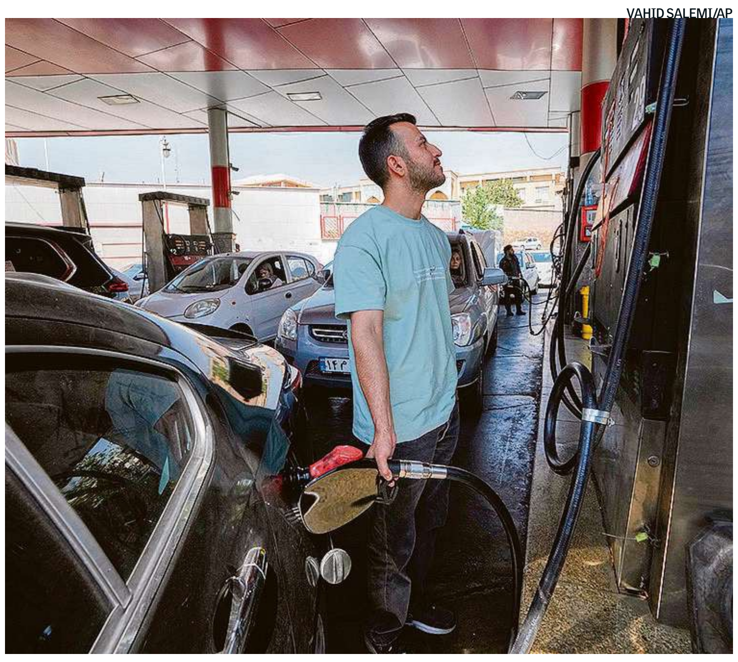
Washington provavelmente sabe que a China não atenderá às exigências americanas em relação ao Irã, mas espera pressionar Pequim a fazer algumas concessões menores, afirmou John Gong, professor da University of International Business and Economics, em Pequim.

"O Irã está sujeito a sanções há tanto tempo e o país nunca cedeu. Por que seria diferente desta vez?", acrescentou Gong, que já trabalhou como consultor do Ministério do Comércio da China.

Em última análise, a falta de medidas mais contundentes por parte de Bessent incentiva a China a enxergar os EUA como sobrecarregados pela turbulência no mercado de títulos, pelas preocupações políticas internas com o custo de vida e por uma nova disputa comercial com o Canadá, afirmou Derek Scissors, do American Enterprise Institute.

"Pequim certamente não vai se antecipar", diz. "Os EUA terão de demonstrar compromisso com a nova política, algo que ainda não fizeram e que Trump raramente faz."

VAHID SALEMI/AP



Consumidor abastece o carro em um posto de combustível na capital Teerã

Bloqueio americano causa escassez e filas nos postos iranianos

Bita Ghaffari
Financial Times, de Teerã

Longas filas estão se formando nos postos de combustíveis em Teerã e arredores, à medida que o bloqueio imposto pelos EUA provoca escassez de gasolina e causa apreensão entre os motoristas, em sinal do impacto crescente da guerra sobre a economia iraniana.

A corrida aos postos vem no momento em que os EUA movem uma "guerra econômica" a Teerã. A Organização de Otimização de Energia — órgão estatal de gestão dos combustíveis — alertou que o país enfrenta uma escassez "crítica" de gasolina.

Um funcionário de posto na capital iraniana relatou que as pessoas correm para abastecer mesmo antes de os tanques ficarem vazios porque temem que "a guerra recomece ou que os preços aumentem". O limite de 20 litros está obrigando os motoristas a voltarem aos postos.

Embora seja um grande exportador de petróleo bruto, o Irã depende há muito tempo da importação de gasolina para suprir a demanda interna. No entanto, o bloqueio naval dos EUA — em vigor desde 14 de julho — reduziu muito a capacidade do regime de obter combustíveis.

Além disso, a campanha de bombardeios conduzida por EUA e Israel destruiu parte da capacidade de refino iraniana nas primeiras semanas da guerra.

A Organização de Otimização de Energia afirmou que o Irã enfrenta um déficit de 15 milhões de litros de gasolina, para demanda diária de 135 milhões de litros.

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, afirmou na segunda-feira que Washington estava ampliando o alcance das sanções secundárias contra parceiros comerciais do Irã, em tentativa de apertar o cerco. O regime insiste que o Irã é capaz de resistir à pressão dos EUA e se recusa a aceitar as exigências para a reabertura do Estreito de Ormuz.

Os dois lados acusam um ao outro de violar o acordo firmado em junho, destinado a reabrir gradualmente a passagem marítima e estabelecer as bases para um acordo definitivo. Os líderes iranianos argumentam que Teerã precisa impor um custo maior a Washington antes de concordar em encerrar a guerra.

As importações pelas rotas do norte também foram limitadas pela guerra na Ucrânia e a perda, na Rússia, de parcela significativa da capacidade de refino.

Autoridades iranianas afirmam que a escassez foi agravada por sistema de subsídios que oferece aos 90 milhões de habitantes uma das gasolinas mais baratas do mundo. Os motoristas pagam entre 15 mil riais iranianos (US$ 0,011) e 50 mil riais por litro (US$ 0,036).

O governo, que há meses recorre a reservas estratégicas, afirma que o atual sistema deixou de ser sustentável devido à disparada da inflação e às interrupções no abastecimento.

O presidente Masoud Pezeshkian afirmou neste mês que vender gasolina abaixo dos preços de mercado exerce enorme pressão sobre recursos públicos necessários a subsidiar alimentos e apoiar os trabalhadores.

Mohsen Haji-Mirzaei, chefe de gabinete de Pezeshkian, afirmou na segunda-feira que o governo pretendia reduzir as cotas, mas ainda não havia tomado uma decisão definitiva sobre os preços. "Há incertezas quanto às consequências sociais, econômicas e de segurança de qualquer política de preços", afirmou. E acrescentou que "as pessoas talvez tenham de pagar preços mais elevados pelo consumo que ultrapassar a cota atribuída a elas".

No entanto, a possibilidade de aumentar os preços dos combustíveis para uma população cujo poder de compra está mais baixo do que nunca é uma questão delicada. A moeda nacional iraniana caiu nos últimos dias para nova mínima de 2 milhões de riais por dólar, enquanto a inflação acumulada em 12 meses se aproxima de 90% e a inflação dos alimentos gira em torno de 130%.

Um projeto-piloto para elevar os preços da gasolina na província de Kerman foi suspenso neste mês, poucas horas após entrar em vigor. As propostas de aumento dos preços remetem a 2019, quando uma elevação implementada da noite para o dia desencadeou protestos com mortes em diversas cidades.

Irã e Omã avançam em acordo sobre Ormuz

Agências internacionais

Irã e Omã anunciaram ontem que avançaram nas negociações para um acordo sobre o Estreito de Ormuz, após discussões sobre um corredor temporário para passagem de navios e um projeto de retirada de minas da hidrovia.

Segundo nota conjunta, as negociações técnicas continuarão com o objetivo de estabelecer um corredor permanente e definir regras para a administração do estreito.

O ministro das Relações Exteriores de Omã, Sayyid Badr Albusaidi, que estava em Teerã ontem, disse estar "esperançoso" de que um corredor temporário seja anunciado em breve e que medidas práticas sejam adotadas para restabelecer a navegação segura.

O avanço é o primeiro sinal de progresso diplomático em semanas, após o fracasso de um memorando firmado em junho, enquanto mediadores buscam reduzir as tensões na disputa pela hidrovia estratégica.

No entanto, autoridades iranianas afirmam que um acordo com Omã não significaria a retomada imediata do livre fluxo de navios e condicionam a medida ao atendimento de exigências por Washington, incluindo o fim do bloqueio naval aos portos iranianos e o restabelecimento de uma isenção para a venda de petróleo.

ECONÔMICO
Valor

Contas externas resistem, mas diversificação é inadiável

O tarifaço dos EUA sobre as exportações brasileiras e a guerra contra o Irã, que completa seis meses na sexta, não trouxeram desequilíbrios nas contas externas brasileiras até agora. Apesar de encarecer insumos, o conflito no Oriente Médio elevou os preços das commodities e fez o Brasil bater seu recorde de exportações em valor em junho (US$ 36,4 bilhões). A balança comercial foi o principal fator a reduzir o déficit em transações correntes, enquanto os investimentos diretos na produção subiram no segundo trimestre a 3,6% do PIB em 12 meses, segundo o Ipea. As reservas internacionais aumentaram US$ 24 bilhões nos 12 meses encerrados em junho, para US$$ 368 bilhões.

Mas o comércio global já não flui livremente, e outras restrições, além das americanas, foram colocadas pelos maiores parceiros do Brasil, como China e União Europeia. O governo Trump está acusando o Brasil, erradamente, de auxiliar na maquiagem de produtos chineses reexportados para os EUA.

A guerra contra o Irã teve efeitos positivos diretos na balança comercial. A guerra, porém, não acabou e não há acordo à vista entre Estados Unidos e Irã, que retornaram à fase de agressões verbais mútuas, enquanto o Estreito de Ormuz continua bloqueado. Os preços do petróleo estão em alta. Até o início de agosto, houve certa acomodação. Os preços dos fertilizantes, que subiram 25% logo após a eclosão do conflito, recuaram 14% desde maio, segundo estudo do Ipea. Os preços dos fretes marítimos, que saltaram 125% quando a guerra começou, caíram 31% desde o pico. Mesmo assim, isso significa que a safra brasileira terá seu transporte e os insumos mais custosos encarecidos, sob ameaça de estresse hídrico severo com a chegada do El Niño.

Os conflitos também não afetaram as exportações brasileiras para o Oriente Médio. As vendas para a região aumentaram 3% e as importações, 9%. Sua participação no total das vendas brasileiras declinou um pouco, mais como efeito da realocação dos produtos brasileiro para outros mercados, diante da barreira protecionista dos EUA.

Nos primeiros sete meses do ano, a parcela das vendas para a América do Norte recuou 6%, devido à redução de 12% das compras dos EUA. Essa perda foi compensada pelo aumento de 3,4 pontos percentuais nas exportações para a Ásia, que adquiriu 46% do total vendido pelo Brasil no período. Não foi uma via de mão única. O Brasil importou 10% menos dos EUA e passou a comprar mais dos países asiáticos — 41,4% do total importado. A fatia da China nos dois casos é determinante.

No atacado, as exportações brasileiras vão bem; no varejo, as tarifas de Trump colocam um peso grande sobre setores da indústria (especialmente manufaturados). Quase um quarto da pauta de vendas para os EUA foi atingira pelas sanções com base na seção 301 (tarifa total de 37,5%), e outro quarto, pelas tarifas anteriores sobre aço, cobre e veículos, de até 50%. Da fatia de 23,1% das exportações sobretaxadas em julho, 16,5% pagarão 37,5% para ingressar no mercado americano, 4,7% até 12,5% e 1,9% dispenderão 25%. O peso das sanções sobre o comportamento do PIB é irrisório, porém atinge fortemente 42% da pauta exportadora do Ceará, 18,5% da do Espírito Santo e 9,7% da de Santa Catarina.

O maior parceiro comercial do Brasil, a China, principal mercado para a carne brasileira, impôs salvaguardas para o produto. A cota, de 1,1 milhão de toneladas, já praticamente preenchida em junho, segundo o Ipea, pagará 12% e o excedente mais 50%, em um total de 67%. A cota reduz os embarques feitos em 2025 (1,65 milhão de toneladas) em 33%, em importações chinesas que renderam US$ 8,84 bilhões. Em junho, os embarques de carne para a China caíram 47% em relação ao mês anterior e vários frigoríficos deram férias coletivas a seus funcionários.

As carnes em geral sofreram outro baque com as restrições regulatórias impostas pela UE, que também abrangem ovos e mel. A partir de 3 de setembro, o bloco não comprará mais esses produtos até que o Brasil seja capaz de rastrear e certificar toda a cadeia produtiva para atestar que produtos antimicrobianos não são usados. Além disso, a UE reduziu a cota sem tarifa do aço em 47% e elevou a tarifa extracota para 50% sobre 26 produtos siderúrgicos. Aço e carnes estão, assim, com severas restrições em dois dos maiores mercados compradores.

Além disso, há sempre o imprevisível Trump. O governo americano classificou o Brasil como comparsa da China na maquiagem de produtos que entram nos EUA. A acusação não tem pé nem cabeça. A autora de um dos estudos utilizados, que não cita o Brasil, Caroline Freund, da Universidade da Califórnia, disse ao **Valor** que as tarifas americanas sobre produtos brasileiros são umas das maiores e que as tarifas de importação do Brasil também são altas, quando a triangulação visa, exatamente, a escapar de tarifas. Além disso, o Brasil não é grande exportador de manufaturados nem fica na rota da China para os EUA. Mas o Brasil corre risco de novas sanções.

O Brasil conseguiu dar rápidos passos para escapar do cerco tarifário dos EUA. A manutenção do canal aberto de diálogo entre os presidentes Lula e Trump mostra pragmatismo que pode pelo menos evitar, em tese, que o Brasil seja novamente penalizado. A maior diversificação de exportações se tornou ação inadiável.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo
Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editores
Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
Brasil: Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Cultura: Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)

Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
Projetos Especiais: Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br
S.A.: Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Visual Multiplataformas: Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817
Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667
MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800
ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884
GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190
PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866
SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Revistas Setorias Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, WhatsApp e Telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br** Para assinaturas corporativas: **corporate@valor.com.br** Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço padrão (impresso + digital) para a região Sudeste: **R$ 2.098,80 ou R$ 174,90 mensais**. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel.: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%.

CARBON FREE ID6137

O Valor Econômico não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas.

Desafio agora é alimentar um país em transformação climática. Por **Cláudia Calais e Mariangela Hungria**

Um ano fora do Mapa da Fome

O novo relatório da FAO "O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2026" traz uma boa notícia para o Brasil: permanecemos fora do Mapa da Fome, com uma população subnutrida abaixo do limite de 2,5%, percentual menor do que no período anterior, quando tínhamos 3,5% da população subnutrida. O resultado acompanha uma tendência global. Em 2025, estima-se que 645 milhões de pessoas sofreram com fome, 7,8% da população mundial. Embora a redução ainda seja modesta diante da dimensão do problema, ela é contínua e consistente: são 14 milhões de pessoas a menos em situação de fome em comparação com 2024 e 43 milhões a menos em relação a 2022.

Estas conquistas merecem ser celebradas e demonstram que políticas públicas de combate à pobreza, programas de proteção social, geração de renda e recuperação econômica podem produzir resultados concretos na vida das pessoas. Porém, é preciso ter clareza em dois desafios: as melhorias no mundo todo, alerta a FAO, continuam frágeis, distribuídas de forma desigual e insuficientes para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. No caso específico do Brasil, temos o desafio de nos manter longe desse mapa que tanto envergonha o mundo, principalmente sendo um dos países que mais produzem alimentos e matérias primas do globo.

A segurança alimentar e nutricional não é uma conquista definitiva. Ela depende da capacidade de produzir alimentos de forma sustentável, garantir que eles cheguem à mesa de toda a população e responder a crises econômicas, sanitárias e climáticas que se tornam cada vez mais frequentes. Olhar apenas para o indicador nacional também pode esconder profundas desigualdades, principalmente em um país continental como o nosso. O próprio indicador da FAO admite que até 2,5% da população pode permanecer em condição de subnutrição crônica.

Em um país com mais de 210 milhões de habitantes, isso representa milhões de pessoas. Além disso, diferentes pesquisas mostram que ainda há brasileiros enfrentando dificuldades de acesso regular e adequado à alimentação. Em um contexto em que o Brasil ocupa uma posição cada vez mais estratégica como fornecedor mundial de alimentos, é inadmissível que qualquer cidadão permaneça em situação de insuficiência alimentar grave.

A situação é particularmente preocupante na Região Norte. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que esta região tem o menor índice de segurança alimentar do Brasil. Apenas 37,7% dos lares têm acesso pleno e regular à comida, evidenciando que o combate à fome continua sendo um enorme desafio em territórios marcados pelo isolamento geográfico, pela dificuldade de acesso a políticas públicas e com a presença de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Há ainda um paradoxo que merece atenção: parte importante da insegurança alimentar brasileira está presente justamente em áreas rurais, onde os alimentos são produzidos. Questões como baixa renda, insuficiência de infraestrutura, dificuldade de acesso a mercados, crédito e assistência técnica fazem com que muitas famílias produtoras enfrentem restrições alimentares. Esse quadro demonstra que produzir alimentos não é sinônimo automático de acesso à alimentação e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural inclusivo.

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO

Essas diferenças mostram que segurança alimentar não pode ser entendida apenas como aumento da produção agrícola. Trata-se de garantir alimentos suficientes, nutritivos e seguros, respeitando as diferentes realidades do país e fortalecendo sistemas alimentares capazes de resistir aos desafios do presente e do futuro.

O Brasil reúne condições únicas para liderar essa agenda. Somos uma potência agrícola construída sobre décadas de investimento em ciência. Foi a pesquisa brasileira que tornou possível produzir em solos tropicais antes considerados pouco férteis, desenvolver cultivares de plantas adaptadas às nossas condições tropicais e elevar a produtividade agrícola sem depender da expansão da área cultivada.

Agora, porém, enfrentamos um novo desafio. Celebramos um ano fora do Mapa da Fome justamente quando o cenário climático se torna ainda mais incerto. Meteorologistas apontam para a possibilidade de um episódio de El Niño entre os mais intensos desde 1950, com potencial para provocar alterações significativas nos regimes de chuva e temperatura em diversas partes do planeta.

Enquanto algumas regiões poderão enfrentar secas prolongadas e temperaturas acima da média, outras estarão mais sujeitas a chuvas intensas, enchentes e eventos extremos. Para quem produz alimentos, isso significa conviver com um ambiente de maior imprevisibilidade, marcado por mudanças no calendário agrícola, aumento da incidência de pragas e doenças, maior pressão sobre os recursos hídricos e elevação dos custos de produção.

Esses efeitos tendem a ser ainda mais severos para agricultores familiares, que frequentemente dispõem de menor capacidade para absorver prejuízos causados por eventos climáticos extremos. Por isso, fortalecer esse segmento significa não apenas ampliar a produção de alimentos, mas também aumentar a resiliência do sistema alimentar brasileiro diante das mudanças climáticas.

A agricultura familiar ocupa um papel estratégico para o futuro da segurança alimentar brasileira. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, ela representa cerca de 77% dos estabelecimentos rurais do país e responde pela produção de grande parte dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros, especialmente feijão, mandioca, leite, frutas, hortaliças, bem como parte significativa de carnes bovina, suína e de aves destinadas ao mercado interno.

Mais do que produzir alimentos, a agricultura familiar fortalece economias locais, diversifica a produção, reduz desigualdades regionais e amplia a capacidade de adaptação da agricultura às mudanças climáticas. No entanto, essa contribuição depende de políticas públicas permanentes. Crédito rural, assistência técnica, extensão rural, seguro agrícola, infraestrutura, conectividade, acesso à inovação e programas de compras públicas precisam caminhar juntos para que pequenos produtores consigam incorporar tecnologias capazes de aumentar produtividade e sustentabilidade.

Essa lógica também deve orientar políticas voltadas as comunidades tradicionais. Além de desempenharem um papel fundamental na conservação dos biomas brasileiros, esses grupos acumulam conhecimentos sobre manejo sustentável da biodiversidade que podem e devem dialogar com os avanços da pesquisa científica.

O Brasil já mostrou ao mundo que é possível desenvolver uma agricultura tropical altamente produtiva baseada em conhecimento científico. O desafio agora é dar um novo passo: construir sistemas alimentares resilientes, capazes de produzir alimentos suficientes em um clima cada vez mais instável, preservando os recursos naturais e garantindo que essa produção beneficie toda a sociedade.

Celebrar um ano fora do Mapa da Fome é importante. Mas a verdadeira conquista será transformar esse resultado em uma condição permanente. Em um cenário de mudanças climáticas, produzir alimentos deixou de ser apenas uma questão de produtividade. Tornou-se uma questão de soberania nacional, de desenvolvimento sustentável e de compromisso com o direito humano à alimentação.

Cláudia Buzzette Calais é diretora executiva da Fundação Bunge.
Mariangela Hungria é pesquisadora da Embrapa e primeira brasileira a receber o World Food Prize (2025).

Mais foco em exportações na China

Nilson Teixeira

Em dezembro, argumentei nesta coluna que a China cresceria cerca de 5% em 2026, com inflação muito baixa, sustentada por política fiscal expansionista, exportações resilientes e investimentos em manufatura avançada e tecnologia. Oito meses depois, o cenário se mantém, mas com outra composição. A economia avança em dois ritmos: o segmento industrial e exportador cresce rapidamente, enquanto o setor imobiliário, o consumo das famílias e outros componentes avançam pouco ou contraem.

A principal mudança ocorreu no setor externo. As exportações em 12 meses até julho alcançaram US$ 4,2 trilhões, ante US$ 3,8 trilhões em 2025. No 1º semestre, cresceram 18%, com a venda de eletrônicos responsável por quase 12 pontos percentuais (pp) desse avanço, ante 2 pontos percentuais em 2025. No ano passado, a expansão deveu-se ao aumento de 9% do volume, apesar da redução de preços. Neste ano, combina alta de 10% do volume e preços maiores. Com isso, a projeção de crescimento das exportações em 2026 aumentou de 10% para 20%, ante 5% em 2025.

As importações também aceleraram, com previsão de alta de 25% em 2026, ante estabilidade em 2025. Os eletrônicos explicaram quase metade da expansão no 1º semestre, refletindo a integração da China às cadeias globais de semicondutores e equipamentos ligados à Inteligência Artificial (IA). Nesse contexto, a contribuição da balança comercial para o crescimento permanece inferior a 1 pp.

O motor desse avanço é o ciclo global de investimentos em IA, acompanhado pela expansão em toda a Ásia da transição energética, defesa, telecomunicações e modernização industrial. Os investimentos na região superaram US$ 10 trilhões em 2025 e podem exceder US$ 15 trilhões no fim desta década. Parte relevante desse fluxo será capturada pela China, por conta da escala industrial e da integração das cadeias produtivas.

O governo definiu a autossuficiência tecnológica como prioridade, com ênfase em IA, semicondutores, infraestrutura computacional, energia verde e biotecnologia. A política industrial migra da expansão da produção para pesquisa e indústrias de ponta, com menor apoio a setores com excesso de oferta e margens comprimidas. Mesmo assim, o modelo permanece concentrado na produção e no investimento, até porque a avaliação das lideranças locais depende desses resultados.

Os dados de julho reforçaram a assimetria: a produção industrial cresceu 4,5% em 12 meses, sustentada pelas exportações, enquanto as vendas no varejo avançaram apenas 0,6%. A demanda doméstica segue fraca, sobretudo no mercado imobiliário. Há sinais de estabilização nas maiores cidades, com declínio de preços e regras mais flexíveis nas maiores províncias melhorando o acesso à 1ª moradia e a imóveis menores. O pior parece ter passado nos mercados de maior padrão, mas não na construção residencial. A expectativa ainda é de recuo das vendas totais, com recuperação gradual do mercado secundário.

Essa fragilidade explica o baixo dinamismo do mercado de trabalho e do consumo, ainda mais porque a manufatura responde por apenas 20% do emprego total e a ampliação da produção de componentes eletrônicos, robôs, veículos elétricos e baterias, intensiva em capital, cria menos postos de trabalho. Até então, o mercado imobiliário e a construção civil absorviam muita mão de obra, o que estimulava o consumo e financiava os gastos dos governos locais com a venda de terrenos.

O setor externo tem sustentado a atividade e reduzido a necessidade de estímulos monetários e fiscais mais intensos, embora o fraco desempenho da demanda doméstica aumente a probabilidade de flexibilização adicional. Enquanto a política fiscal tem preservado o viés para investimentos, a troca de dívidas dos Veículos Financeiros dos Governos Locais (VFGL) aliviou os problemas de liquidez dos entes regionais, que continuam favorecendo infraestrutura, com apoio federal, em detrimento de programas sociais.

Com proteção social insuficiente, sobretudo fora das grandes cidades, a taxa de poupança de 33% da renda disponível permanece muito acima da média das economias centrais.

Força das exportações permite que a China siga com expansão perto de 5% mesmo com demanda doméstica fraca

Uma alternativa para ampliar o consumo e substituir a contribuição das exportações seria redirecionar parte do estímulo fiscal da infraestrutura e da expansão da capacidade para saúde, educação e previdência social. Uma reforma do hukou, que restringe o acesso de migrantes aos serviços públicos nas cidades onde vivem, teria efeito similar. A redução das contribuições sociais para saúde e previdência, próximas a 30% para empregados e empregadores, também elevaria a renda disponível.

Essas reformas tornariam o crescimento mais equilibrado, mas não parecem indispensáveis no curto prazo para sustentar expansão próxima a 5% nos próximos anos, pois o país se beneficia da elevada eficiência e da integração produtiva difíceis de reproduzir. Além disso, o aumento da produção e dos preços eleva lucros e investimentos. Se o ciclo persistir, o setor externo pode contribuir para o crescimento por vários anos, mesmo sem forte recuperação do consumo. O principal limite não é a demanda global, mas a reação dos parceiros a crescentes superávits da China.

Preços estáveis completam o quadro. A expectativa continua sendo de inflação ao consumidor inferior a 1% em 2026, com a inflação ao produtor, depois de acelerar devido ao choque do petróleo e à maior demanda externa por produtos tecnológicos, voltando para patamar reduzido. Mesmo com exportações e lucros industriais em forte expansão, a China continua a combinar inflação diminuta na nova economia e deflação na tradicional, sobretudo com a dissipação dos efeitos da crise do petróleo.

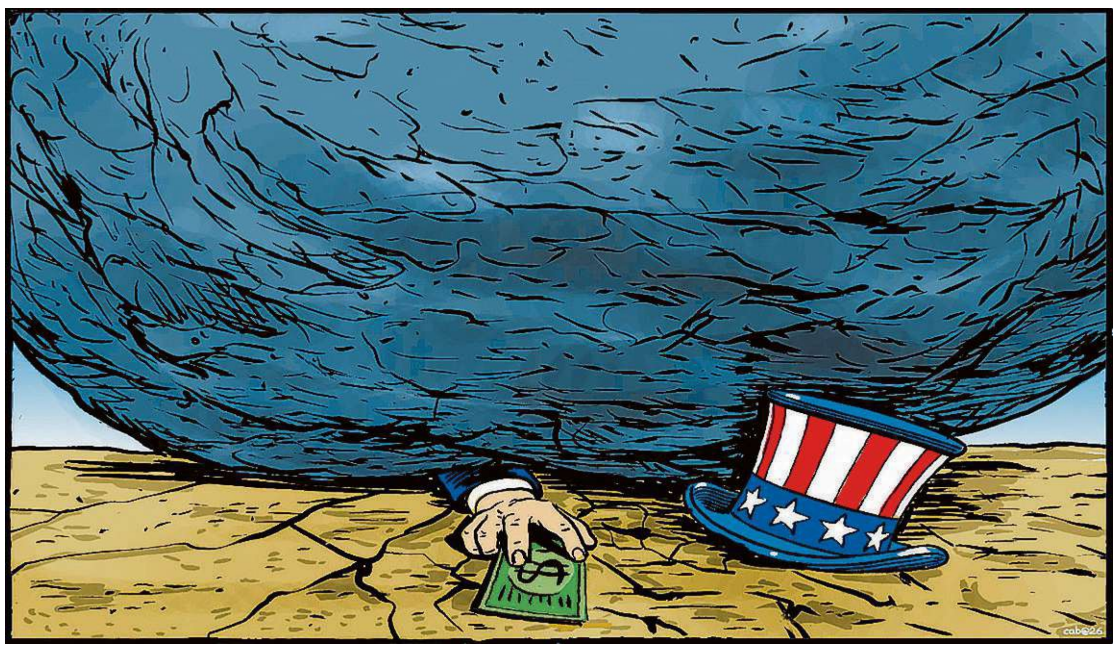
Em suma, a força das exportações permite que a China mantenha crescimento próximo a 5% mesmo com demanda doméstica fraca. O modelo pode persistir enquanto durar o ciclo de investimentos em tecnologia e a China preservar suas vantagens competitivas. Em prazo mais longo, porém, a ampliação do superávit comercial e eventuais barreiras comerciais exigirão maior contribuição da demanda doméstica, avanços na proteção social e soluções para a crise imobiliária e as dívidas dos VFGL.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Déficits crescentes e custos do serviço da dívida já não restauram a prudência. Por **Chris Giles**

A crise a conta-gotas da dívida americana

Não se engane: os EUA estão enfrentando uma crise da dívida. É claro que não se trata de uma emergência aguda como os múltiplos calotes da Argentina neste século ou os problemas da Grécia na década de 2010, mas o país apresenta as características de um desastre crônico que todos conseguem ver chegando, mas que o governo nunca faz o suficiente para evitar.



A medida mais relevante da dívida do governo federal dos Estados Unidos, aquela detida pelo público, aumentou de US$ 3,4 trilhões em 2000 para US$ 32,3 trilhões atualmente, ou de 33,7% para mais de 100% do PIB em pouco mais de 25 anos. Mais importante, o peso do serviço dessa dívida dobrou, passando de 11% da receita tributária em 2000 para 21,5% nos primeiros dez meses do atual ano fiscal.

Como os custos dos empréstimos de longo prazo estão elevados, o Tesouro dos EUA está financiando cada vez mais a dívida com empréstimos de curto prazo, enquanto o presidente volta a pressionar o Federal Reserve a reduzir as taxas de juros para fazer os números parecerem melhores. Essa é a ladeira escorregadia de uma crise da dívida que se agrava lentamente.

Com os Estados Unidos a caminho de continuar registrando déficits próximos de 6% ao ano, mesmo com pleno emprego, a relação dívida/PIB deverá aumentar todos os anos, ampliando a parcela da receita tributária destinada ao serviço da dívida e a pressão sobre o Fed para reduzir as taxas de juros. O mais provável não é que esse processo termine em um calote ou em uma inflação descontrolada, mas sim que resulte em um problema cada vez pior para alguém no futuro resolver. Como argumentei recentemente, déficits crescentes e custos maiores do serviço da dívida já não têm força para restaurar a prudência fiscal.

Antes de examinar as soluções, vale perguntar por que a situação fiscal dos EUA se deteriorou tanto neste século. Desde 2000, quando o governo federal registrava um superávit equivalente a 2,3% da renda nacional, os gastos públicos primários (excluindo os juros líquidos da dívida) aumentaram de 15,5% para 19,9% do PIB. Todo esse aumento pode ser explicado pelos gastos com serviços destinados a uma população que está envelhecendo — previdência social, Medicare e programas para veteranos.

O país não precisa eliminar o déficit, mas precisa recolocar a dívida em uma trajetória de queda, o que quase certamente exige um déficit primário equilibrado — uma métrica que exclui os custos líquidos de juros —, algo que os EUA não conseguem desde 2007 e que não alcançam de forma sustentada desde a década de 1990

Do lado dos impostos, a arrecadação caiu de 20% para 17,2% do PIB no mesmo período, em parte como resultado do pico cíclico das receitas no fim do último milênio e, em parte, dos cortes de impostos. Primeiro vieram os cortes de impostos de Bush, que foram tornados permanentes com apoio majoritariamente bipartidário durante o governo Obama, e depois vieram os cortes de impostos de Trump em 2017. O Center for American Progress estima que, se o sistema tributário da década de 1990 tivesse permanecido intacto, a dívida pública dos EUA estaria estável agora, com perspectiva de queda nas próximas décadas.

Diante das forças fundamentais de longo prazo do aumento dos gastos relacionados ao envelhecimento e de cortes de impostos incompatíveis com o orçamento, a resposta recente e insuficiente do governo dos EUA tem sido uma combinação de bravatas e pânico.

Na semana passada, Scott Bessent, secretário do Tesouro, voltou a prometer que se concentraria na redução do déficit, mas, a essa altura, seu discurso perdeu toda a credibilidade. Cortes significativos de gastos foram tentados pelo já extinto Departamento de Eficiência Governamental, mas fracassaram, enquanto o "Grande e Belo Projeto de Lei", de Donald Trump, gastou o dinheiro arrecadado com tarifas, e não há previsão de outros aumentos de impostos.

Quando Bessent tomou medidas para reduzir os custos dos empréstimos do governo dos EUA, como a proposta de trocar uma pequena parcela da dívida americana de longo prazo por títulos equivalentes de curto prazo, elas foram de pouca monta, transmitindo a sensação de alguém com poucas opções. Depois de prometer crescimento anual de 3% e um déficit de 3%, os resultados atuais de Bessent estão em aproximadamente 2% e quase 6%, respectivamente.

Um crescimento mais rápido ajudaria a aumentar a arrecadação tributária, mas também provavelmente elevaria as taxas de juros. Portanto, os EUA não têm uma solução garantida para escapar de sua crise da dívida em câmera lenta sem cortes significativos de gastos ou aumentos de impostos. O país não precisa eliminar o déficit, mas precisa recolocar a dívida em uma trajetória de queda, o que quase certamente exige um resultado primário equilibrado — uma métrica que exclui os custos líquidos de juros —, algo que os EUA não conseguem desde 2007 e que não alcançam de forma sustentada desde a década de 1990.

Como é difícil e indesejável cortar os gastos com aposentadorias e saúde para os idosos, este e os próximos governos dos Estados Unidos deveriam considerar o aumento das receitas da maneira menos prejudicial possível. Os EUA reduziram significativamente as alíquotas de impostos para os mais ricos neste século, portanto, algum recuo nesses cortes provavelmente seria esperado e justificável por parte de um presidente e de um Congresso de orientação mais à esquerda.

Mas um estudo valioso sobre opções tributárias e seus trade-offs, produzido pela Tax Foundation, destaca os potenciais custos significativos para o crescimento e a eficiência de medidas restritas, como impostos sobre a riqueza e tarifas. A análise sugere, de forma não desarrazoada, que aumentos amplos de impostos sobre a renda ou o consumo são a melhor opção para arrecadar grandes volumes de receita destinados ao financiamento de programas governamentais de alcance amplo.

Outros países que enfrentam dificuldades semelhantes exigiriam soluções diferentes. Com seus níveis de tributação já elevados e uma população saudável que se aposenta cedo, a França precisa primeiro estimular uma aposentadoria mais tardia, reduzindo benefícios. O Reino Unido, que já aumentou acentuadamente os impostos sobre as pessoas de alta renda, precisa garantir que o aumento da arrecadação seja aplicado de forma ampla.

Enquanto isso, os mercados financeiros esperam liderança dos EUA, mas ela está ausente. O instinto deste governo é tentar sair da crise da dívida no discurso, em vez de enfrentar os problemas. Enquanto nega que exista um problema e faz apenas ajustes periféricos, a crise da dívida em câmera lenta vai continuar a se agravar. ***(Tradução de Marina Della Valle)***

Chris Giles é comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Será inevitável que o Conselho de Segurança tenha de se adaptar ao peso relativo das diferentes potências do mundo".

Do secretário-geral da ONU, António Guterres

Cartas de Leitores

Riscos do ajuste fiscal

Uma das expectativas do mercado financeiro é que qualquer governo que seja eleito fará algum ajuste fiscal, seja de maior ou menor magnitude. Existe um risco para essa tese e ele está no fato que a economia brasileira está em processo de desaceleração cíclica. Se já é difícil fazer ajuste com PIB crescendo acima do potencial e pleno emprego no mercado de trabalho, imagine-se em um cenário de aumento no desemprego e arrefecimento na renda das famílias.

Os dados recentes confirmam o processo de desaceleração da demanda doméstica e o PIB do segundo trimestre deste ano pode frustrar e evidenciar um crescimento lento do consumo e do investimento. Se este cenário continuar ocorrendo não é descartado uma hipótese de o Brasil estar vivendo uma recessão técnica na virada de 2026 para 2027. Nesta conjuntura, o ajuste fiscal será mais fácil ou difícil de ser feito? A princípio mais difícil. Em um cenário alternativo, de aceleração no gasto público por conta da recessão, a fatura futura será ainda pior. O Brasil está em uma situação delicada.

Guilherme M. Stipp
economia.guilherme@outlook.com

Crime em Copacabana

O crime bárbaro ocorrido em Copacabana não é um acidente de percurso, mas o retrato acabado de um Estado que, há anos, prefere administrar sua própria falência a enfrentá-la. Nesse Brasil de portões e cancelas, criou-se uma engenhosa solução de mercado para um problema que deveria ser público: privatiza-se a segurança, tarifa-se a tranquilidade e fecha-se a rua — patrimônio de todos — como quem tapa um buraco com uma nota de cem. O cidadão, esse ser ingênuo que ainda liga para o 190 na esperança de uma resposta, aprende rápido que a viatura mais confiável é a que ele mesmo contrata, ainda que ilegalmente, ainda que às sombras da lei que o Estado jurou fazer cumprir e não cumpre.

Enquanto isso, os números do feminicídio e da violência cotidiana seguem subindo, discretos como sempre, longe das câmeras que só se ligam quando o crime acontece no bairro nobre. A Justiça, essa senhora de olhos vendados, parece ter perdido também o ouvido: não escuta, não responde, não protege.

Oswaldo Motta
prof.oswaldomotta@gmail.com

Herança maldita

Durante anos, "herança maldita" foi um dos bordões preferidos de Lula para se referir ao governo que recebeu de Fernando Henrique Cardoso. Agora, porém, a história pode reservar uma ironia. Se Lula conquistar um quarto mandato, terá de governar com a herança que ele próprio construiu. E os números da dívida, dos gastos e do desequilíbrio fiscal não poderão ser atribuídos a quem esteve antes dele. Talvez seja difícil para o PT admitir. Quero ver o PT repetir o bordão ou engoli-lo.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para
Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Ines249

Geopolítica Para António Guterres, mundo corre o risco de caminhar para confronto, sem instituições que reflitam as recentes mudanças no equilíbrio global de poder

Superpotências estão descobrindo os seus limites, diz chefe da ONU

Alec Russell
Financial Times, de Nova York

JOHN LAMPARSKI/BLOOMBERG

Guterres: 'Não podemos esquecer que a Europa antes da Primeira Guerra era multipolar e, na ausência de instituições de governança, o resultado foi o conflito'

O impasse dos Estados Unidos com o Irã e a invasão da Ucrânia pela Rússia, aos tropeços, expuseram os limites claros do poder das superpotências, afirma António Guterres, ao rejeitar a ideia de que a ONU esteja sendo posta de lado em um mundo multipolar.

Em entrevista abrangente, ao se aproximar do fim de uma década à frente da ONU, Guterres descreve um mundo remodelado pelo declínio da predominância dos EUA, pela ascensão de novas potências e pelas duras lições das guerras por escolha, nas quais as superpotências da Guerra Fria não conseguiram assegurar vitórias decisivas.

Com a ONU assolada por uma crise financeira, moral baixo e divisões entre as grandes potências, o secretário-geral adverte que uma ordem mais multipolar corre o risco de terminar em confronto, a menos que as instituições globais se adaptem a essa nova realidade.

"É hora de as superpotências compreenderem os limites de seu poder", diz Guterres ao Financial Times em seu escritório no 38º andar da sede da ONU em Nova York. "Se olharmos para o que aconteceu nos últimos tempos, a capacidade das superpotências de impor sua vontade, força ou poder em diversas situações tem sido severamente limitada."

"Veja o que aconteceu com a Rússia e a Ucrânia", diz ele, referindo-se à invasão de 2022, que Moscou esperava que durasse apenas alguns dias. "Veja o que aconteceu com os EUA e o Irã", acrescenta.

Os EUA esperavam que o Irã capitulasse quando lançou o ataque em fevereiro, mas seis meses depois, o regime iraniano continua resistindo e fechou o Estreito de Ormuz, a mais importante rota marítima de energia do mundo.

"As superpotências precisam entender que as coisas mudaram, que o peso dos diferentes países mudou", diz Guterres, apresentando esses reveses como parte da transição da ordem liderada pelos EUA no período pós-Guerra Fria para um mundo multipolar.

O ex-primeiro-ministro português, de 77 anos, descarta a ideia de que o Conselho da Paz de Donald Trump — um grupo de líderes internacionais criado no ano passado com o objetivo inicial de tentar assegurar um acordo entre Israel e Hamas — possa rivalizar com o Conselho de Segurança da ONU, apontando para o fracasso em avançar na questão de Gaza.

"Com todas as dificuldades que possam existir [para a ONU], a verdade é que, se você olhar para as medidas que foram tomadas e para os avanços que foram alcançados, sejamos honestos: não é a ONU que deve se preocupar. São os outros que deveriam se preocupar com o que estão fazendo."

Ao longo da década em que Guterres esteve no comando, a projeção da ONU como mediadora de crises globais diminuiu. Alguns atuais e ex-funcionários afirmam que ele e a ONU cometeram um erro em seu segundo mandato, ao se tornarem menos visíveis nas zonas de guerra, à medida que o foco parece ter se deslocado da mediação de conflitos para desafios sociais mais amplos, como combater as mudanças climáticas.

Guterres admite que tem sido difícil mediar as guerras na Ucrânia, Gaza e Irã. O órgão decisório da ONU, o Conselho de Segurança, ficou "praticamente paralisado", segundo ele, à medida que os EUA e a Rússia, duas das cinco potências com poder de veto, bloquearam o conselho enquanto tentavam alcançar os próprios objetivos. Ele também reconhece que a ONU foi deixada à margem da guerra civil no Sudão, com "sabotadores" externos se aproveitando do impasse no Conselho de Segurança para intervir nos combates.

"Uma sensação de impunidade de agora prevalece", diz. "Nossa capacidade de influência diminuiu dramaticamente" pelo fato de não haver um Conselho de Segurança capaz de dizer aos países "que eles devem se comportar ou serão punidos".

Mas ele nega ter se afastado da mediação, destacando uma viagem recente a Chipre, que está dividido há 60 anos. "A mediação hoje é extremamente difícil e os resultados são limitados. Mas não estamos desistindo." Os EUA também têm enfrentado dificuldades para mediar conflitos no Líbano, Gaza, Sudão e Líbia, acrescenta.

Quanto às críticas de que a voz da ONU ficou "mais baixa" durante seu mandato, ele afirma que poucos se manifestaram de forma mais clara sobre a guerra na Ucrânia, o ataque "terrível a intolerável" do Hamas em 7 de outubro de 2023 e a retaliação "totalmente intolerável" de Israel em Gaza.

Mas Israel e Rússia estão furiosos com Guterres pelas críticas à atuação desses países. Guterres rejeita veementemente as acusações de Israel de que a ONU tenha um viés institucional contra o país. "Acho que estamos do lado certo da história. Temos defendido o que é necessário para que dois povos possam viver juntos", justifica.

Assim como muitos dos oito antecessores, Guterres descobriu que o maior problema muitas vezes tem sido a relação com os EUA. Trump nunca escondeu a frustração com o histórico e a agenda multilateralista da ONU. O governo Trump retirou apoio à Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras agências da ONU, e parou de financiar dezenas de operações. Segundo a ONU, os EUA devem mais de US$ 2 bilhões em contribuições atrasadas ao orçamento da organização e US$ 3 bilhões às operações de manutenção da paz, embora Washington tenha sinalizado que pretende liberar US$ 725 milhões.

Guterres conduziu cortes severos, que levaram à perda de milhares de postos de trabalho. Autoridades americanas receberam bem os cortes orçamentários como um primeiro passo, embora afirmem que deveriam ter sido implementados anos atrás. Fontes da ONU admitem que o período pós-Guerra Fria foi marcado por enorme expansão das ambições da organização — e por duplicação ineficiente de atribuições.

"Muitas pessoas achavam que as agências da ONU entrariam em colapso", diz Guterres, referindo-se ao aperto orçamentário. "Nada entrou em colapso. É claro que fomos reduzidos. As agências estão à beira do colapso? Não, porque nos organizamos de maneira que nos permitiu fazer ajustes rapidamente."

"Com um volume enorme de contribuições em atraso, cerca de US$ 4 bilhões, conseguimos manter nossas atividades. No orçamento de 2026, reduzimos em 22% o número de postos. Não conheço nenhuma instituição pública do mundo que tenha feito isso." No ano passado, diz ele, a ONU também reduziu em 25% o número de soldados nas operações de manutenção da paz. "Pudemos reduzir essas tropas unidade por unidade e, provavelmente, nem o Financial Times percebeu."

Guterres tem relação ruim com Trump e mal chegou a conversar com ele durante o segundo mandato do presidente americano. Mas afirma que, para além das manchetes, a ONU e os EUA estão cooperando em uma série de disputas, incluindo o Saara Ocidental, a Líbia e o Sudão. Guterres também destaca o papel da ONU em ajudar Washington a lidar com a crise humanitária no Haiti.

"Às vezes, há uma diferença entre o que as pessoas dizem e o que as pessoas fazem, entre a retórica e a realidade", afirma, referindo-se à cooperação.

A década de Guterres como secretário-geral coincidiu com a ascensão de uma nova categoria de "potências médias" como atores cada vez mais influentes no cenário mundial, incluindo gigantes do Sul Global como a Índia e os países ricos do Golfo Pérsico.

Ele vê isso como "uma tendência muito positiva" que deveria levar organismos globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, finalmente a mudar, para refletir o mundo de hoje e não aquele em que foram criados, em 1945.

Mas alerta que essa mudança precisa ser conduzida com muito cuidado. Se as potências globais não agirem rapidamente para adaptar esses organismos à transformação do mundo, "o risco é que uma maior multipolaridade acabe levando a mais competição e, finalmente, a mais confronto".

"Não podemos esquecer que a Europa antes da Primeira Guerra Mundial era multipolar", lembra. "Mas, na ausência de instituições multilaterais de governança, o resultado foi a Primeira Guerra Mundial", acrescenta.

As potências médias e as nações menores estão pressionando por uma reforma do Conselho de Segurança, onde EUA, China, Rússia, Reino Unido e França, os vitoriosos de 1945, têm hoje poder de veto não apenas sobre resoluções, mas também na escolha do secretário-geral.

Guterres diz que é insustentável que três dos cinco países com poder de vero sejam europeus. "A realidade dos fatos terá, no fim, que prevalecer. Será inevitável que o Conselho de Segurança tenha de se adaptar ao peso relativo das diferentes potências do mundo."

Mas ele reconhece que será difícil chegar a um acordo sobre novos membros permanentes de um Conselho de Segurança reformado. "O poder nunca é concedido, é preciso conquistá-lo. A questão é como podemos organizar a comunidade para criar as condições para que esse poder seja conquistado."

Com a intensificação da disputa para sucedê-lo quando seu mandato terminar, em dezembro, os candidatos vêm indicando que gostariam de ver a ONU assumindo um papel mais proeminente nas crises mundiais. Um deles falou da possibilidade de a ONU enfrentar "morte lenta" sem uma ampla reforma, e deu a entender que seria necessário reduzir suas atividades. O único conselho de Guterres ao sucessor é "ser você mesmo e fazer o que considera certo".

Guterres manifestou em conversas privadas a preocupação de que, no futuro, a autoridade e o alcance da ONU possam ser reduzidos. Ele descarta o risco de a organização seguir o mesmo caminho da antecessora, a malfadada Liga das Nações, que se tornou irrelevante na contagem regressiva para a Segunda Guerra Mundial. Apesar de "todas as suas dificuldades e problemas", o maior serviço prestado pela ONU em oito décadas de existência foi evitar uma guerra entre as superpotências, diz Guterres.

Agora seu mandato está chegando ao fim. Assim como todos os secretários-gerais da ONU, ele teve de lidar com o dilema entre ser mais "secretário", concentrando-se na gestão, ou mais "geral", voltando a atenção para o mundo. Acabou sendo criticado nas duas frentes.

Ele se orgulha especialmente de seu histórico na defesa do combate às mudanças climáticas, diante de líderes populistas que minimizam a importância da questão. "O secretário-geral não tem poderes", diz Guterres. "O secretário-geral tem voz e alguma capacidade de reunir as pessoas em torno de uma mesa. Poder é outra coisa, e nós não temos isso. Mas essa voz não será silenciada."

(Tradução de Mario Zamarian)

> "Impunidade prevalece, e a influência da ONU diminuiu de forma dramática"
> *A. Guterres*

Balanços
Juros e Caixa afetam os resultados de construtoras no trimestre
B4

Ines249

Mineração
Vale está avaliando se participa de disputa pelo Porto Sudeste, diz o CEO Gustavo Pimenta B7

Saúde
Squadra diz que investimento em ações da Hapvida foi seu ‘maior erro’ B4

Entretenimento
Paramount Skydance vende a rede de cinemas UCI no Brasil B8

Agronegócio
Geração de CBios deve ser maior do que o esperado e afetar preços B9

Valor B
Quarta-feira, 26 de agosto de 2026

Empresas

Balanços Lucro das companhias de capital aberto cai 16% no período, com piora no cenário local

Desaceleração e aumento de despesas com juros derrubam resultado no 2º trimestre

Felipe Laurence
De São Paulo

A temporada de resultados do segundo trimestre apontou novamente para um cenário em que empresas ligadas ao setor doméstico sentiram diretamente os efeitos da desaceleração econômica e dos juros altos, enquanto as exportadoras foram beneficiadas com os maiores preços das commodities.

Análise feita pelo **Valor Data** de 301 empresas não financeiras, excluindo Petrobras e Vale, mostra que o lucro consolidado caiu 16,4% em um ano, para R$ 43,1 bilhões, enquanto as receitas aumentaram 8,1% no mesmo período, para R$ 994,1 bilhões.

O principal vilão do resultado final veio da linha financeira. As despesas financeiras líquidas dessas companhias dispararam 41,7%, totalizando R$ 62,1 bilhões no trimestre, o que pressionou as margens e elevou a alavancagem média — a relação dívida líquida sobre o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses — de 1,92 vez para 2 vezes.

Embora os números divulgados pelas companhias não tenham divergido drasticamente das estimativas dos analistas ouvidos pelo **Valor**, eles ressaltam que a qualidade dos dados e o tom das teleconferências de resultados mexeu com o humor dos investidores e ditou o movimento das ações nos dias seguintes às apresentações.

De acordo com o levantamento do **Valor Data**, considerando-se somente as empresas domésticas, o lucro caiu 16,4%, para R$ 28,7 bilhões, enquanto as receitas subiram 8,5%, a R$ 546,7 milhões, em ritmo menor do que o visto nos resultados do primeiro trimestre.

“Ficou claro que os resultados refletiram uma desaceleração na economia”, diz Carlos Eduardo Sequeira, chefe de análise do BTG Pactual. “Nas empresas domésticas, o Ebitda cresceu em ritmo inferior ao das receitas, culminando em perda de rentabilidade operacional.”

A taxa Selic média ao longo do segundo trimestre ficou em 14,54%, praticamente em linha com a média de 14,58% há um ano, o que acabou limitando nos números das empresas os efeitos financeiros da menor taxa nominal, 14,25% contra 15% no segundo trimestre de 2025.

Fernando Ferreira, estrategista-chefe da XP, classifica a temporada como fraca e destaca que apenas 41% das companhias sob cobertura da corretora superaram as projeções de lucro líquido do consenso, o menor patamar registrado desde o início do seu acompanhamento histórico em 2023.

“Os números do segundo trimestre acendem um sinal de alerta”, afirma. “Não achamos que o desempenho foi somente algo pontual, os sinais de desaceleração da economia estão cada vez mais claros, juros altos que estão batendo nos resultados financeiros e no consumo que aparecem mais claramente nos números.”

Na mesma linha, Daniel Gewehr, estrategista-chefe do Itaú BBA, define o período como uma temporada de difícil leitura. “Embora tenhamos visto um avanço operacional de dois dígitos nas empresas domésticas, a taxa de difusão foi desfavorável, apenas 53% das companhias aumentaram lucros na comparação anual”, afirmou.

Algumas empresas do setor doméstico, como Ambev e construtoras ligadas ao segmento de baixa renda, a exemplo de Cury e Tenda, além das operadoras de shoppings centers Multiplan, Allos e Iguatemi, se destacaram positivamente na temporada, mostrando maior resiliência, afirmam os analistas.

Enquanto o cenário de companhias domésticas foi majoritariamente ruim, empresas exportadoras, em especial as do setor de petróleo e gás, como a Petrobras, tiveram seus resultados impulsionados pela alta nos preços de commodities globais em meio às incertezas macroeconômicas.

No levantamento, considerando também Petrobras e Vale, o lucro das exportadoras aumentou 31,6%, a R$ 73,9 bilhões, no segundo trimestre, enquanto as receitas dessas companhias avançou 14,6%, a R$ 670 bilhões, impulsionada pelas melhores condições de negócios.

> “Os números do segundo trimestre acendem um sinal de alerta, não foi algo pontual”
> *Fernando Ferreira*

Ganho em queda

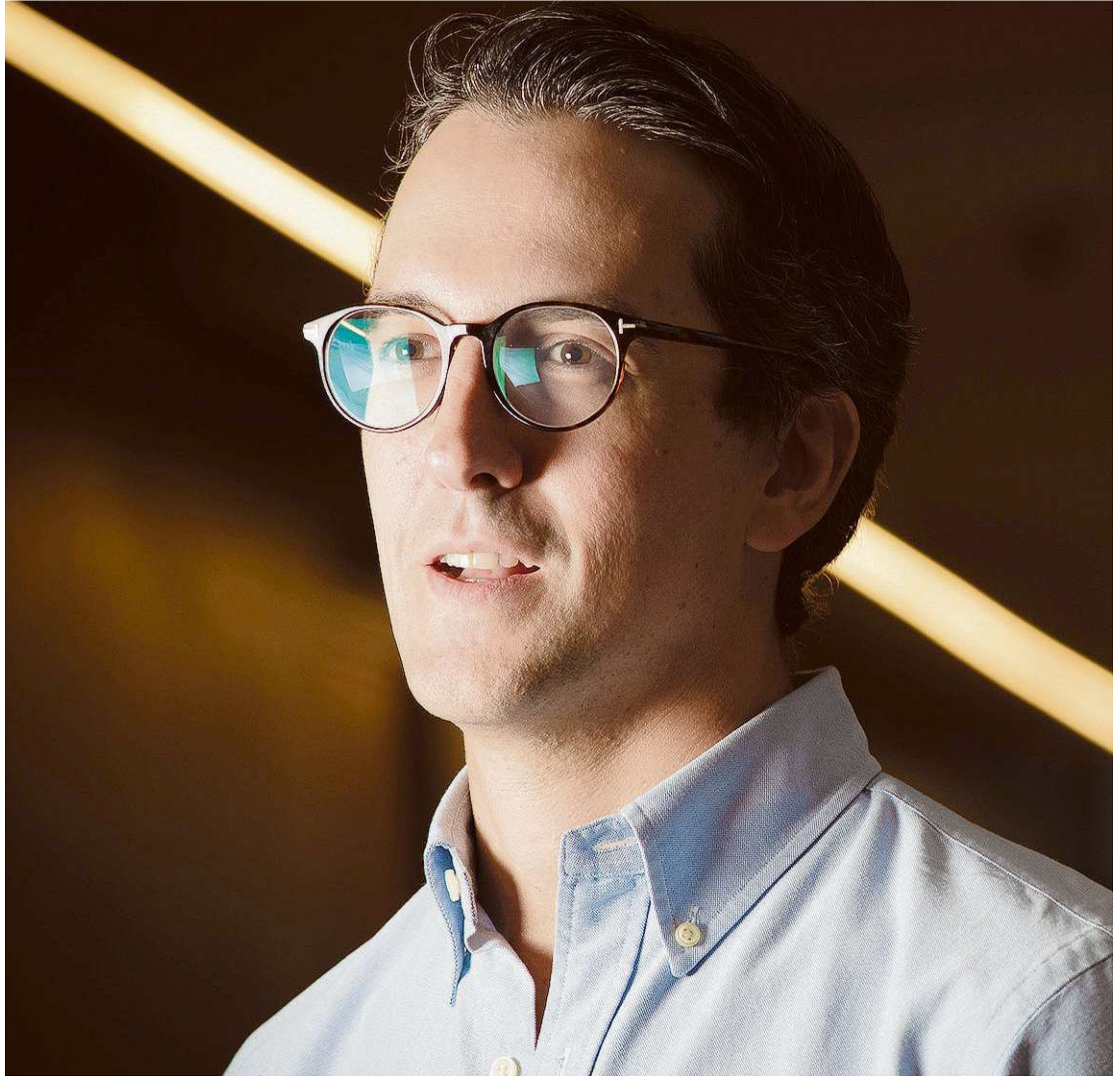
Resultados das cias. abertas no 2º trimestre e 1º semestre - R$ bi

Rubricas	2º trim./ 2026	1º sem./ 2026	Variações %	
			Trimestral *	Semestral *
Receita líquida	994,1	1.808,9	8,1	7,0
Custo de produtos/serviços	-743,8	-1.337,7	6,6	6,5
Lucro bruto	250,3	471,2	12,8	8,4
Despesas/receitas operacionais	-123,2	-232,5	6,5	5,5
Lucro operacional (EBIT)	127,2	238,7	19,7	11,3
EBITDA	192,0	357,7	17,3	10,4
Despesas financeiras líquidas	-62,1	-110,4	41,7	41,9
Resultado líquido	43,1	102,9	-16,4	-5,4
EBITDA (em 12 meses) [2]	717,3	-	4,1	-
Dívida financeira líquida [2]	1.435,6	-	8,6	-

Indicadores [3]	2º trim./ 2026	1º sem./ 2026	Variações - pontos	
			Trimestral *	Semestral *
Custos	74,8	74,0	-1,0	-0,3
Margem bruta	25,2	26,0	1,0	0,3
Margem operacional (EBIT)	12,8	13,2	1,2	0,5
Margem EBITDA	19,3	19,8	1,5	0,6
Margem líquida	4,3	5,7	-1,3	-0,7
Cobertura das despesas financeiras líquidas (em pontos) [4]	3,09	3,24	-0,6	-0,9
Alavancagem financeira (em pontos) [5]	2,00	-	0,08	-

Fontes: CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Dados somados de 301 empresas não financeiras selecionadas (exclui Petrobras e Vale). [2] Soma para 297 empresas. [3] Em porcentagem da receita líquida. [4] EBITDA/despesas financeiras líquidas no período. [5] Dívida financeira líquida/EBITDA em 12 meses. * Sobre igual período de 2025

ANA PAULA PAIVA/VALOR



O preço médio do barril do Brent ficou em US$ 96,68 ao fim do segundo trimestre, bem superior aos US$ 66,71 de um ano atrás, o que ajudou a Petrobras a quase dobrar seu lucro no ano. Já o minério de ferro ficou em US$ 105,30 a tonelada ao fim de junho, ante US$ 94,96 no segundo trimestre de 2025, ajudando os números da Vale.

“Exportadoras em geral tiveram bons números”, afirma o estrategista-chefe da XP. Companhias de bens de capital, como Embraer e WEG, se destacaram positivamente ao longo do segundo trimestre, contornando o cenário mais duro por conta do seus bons momentos operacionais.

André Mazini, chefe de análise do Citi, diz que o desempenho das ações no dia seguinte à divulgação de resultados, mesmo nas empresas cujos números superaram expectativas, indica que o investidor está preocupado com a qualidade dos dados que foram apresentados.

Outro fator citado pelos analistas como causa para uma volatilidade maior das ações após os resultados trimestrais é o fluxo de saída de recursos estrangeiros que já chega a quase R$ 15 bilhões neste ano, uma vez que muitos fundos quantitativos montam ou desmontam posições de maneira automática.

Segundo Sequeira, do BTG, as mensagens conservadoras passadas pelas diretorias das companhias para os próximos trimestres, em especial nos setores de consumo e varejo, indicam que a desaceleração vista no período entre abril e junho não foi apenas um solavanco pontual.

O sentimento dos executivos foi o segundo pior desde 2023, mostra um levantamento feito pelo Itaú BBA com inteligência artificial, no qual são analisadas as perguntas e palavras usadas durante as teleconferências.

“Os analistas fizeram perguntas mais duras e as respostas dos executivos não foram positivas”, diz Gewehr, do Itaú BBA.

“Ficou bem nítido para nós que as empresas estão com muita cautela para falar de metas e sobre o cenário do segundo semestre”, comenta Ferreira, da XP, que logo após a temporada de resultados se reuniu com executivos de vários setores durante evento realizado pela corretora no Rio de Janeiro.

Mazini, do Citi, afirma que, com a proximidade das eleições presidenciais, em outubro, o mercado vai se posicionar de forma a entender as probabilidades do resultado. “Se for para um lado onde a trajetória fiscal for mantida, ações de empresas mais alavancadas devem sentir mais impacto”, diz.

Enquanto Wall Street registrou uma das temporadas mais fortes dos últimos anos, com 87% das empresas do S&P 500 superando as expectativas de lucro, segundo a S&P Capital IQ, no Brasil, o aperto monetário prolongado começou a se refletir no crédito e a suscitar preocupações crescentes com inadimplência.

Com o boletim Focus mais recente revisando para baixo a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste ano, de 1,98% para 1,95%, e mantendo a projeção de alta de 1,50% em 2027, os analistas avaliam que a tendência de revisão de estimativas das companhias abertas também seguirá com viés de baixa.

Ver mais sobre balanços na B4

Destaques

Julgamento em SP

O Tribunal de Justiça de São Paulo julga nesta quarta-feira (26) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona a redação da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Paulo, mais conhecida como Lei de Zoneamento. A ação sustenta que o processo de aprovação, ocorrido em 2024, foi conduzido sem a devida participação popular, publicidade e planejamento técnico. Por causa da ADI, alvarás de novas obras ficaram suspensos na capital entre o final de fevereiro e a primeira quinzena de abril deste ano. Se for declarado inconstitucional, o Zoneamento da cidade pode passar por nova revisão.

Retomada na AngloGold

A AngloGold Ashanti anunciou ontem (25) a retomada da operação da planta 2 do Complexo Industrial do Queiroz, em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, após investimentos de R$ 105 milhões. A planta integra a chamada Operações Cuiabá. Com a reativação, a AngloGold passa a operar integralmente as duas indústrias no complexo, dobrando a capacidade de processamento para 280 mil toneladas por ano, que podem garantir uma produção de 300 mil a 310 mil onças de ouro, dependendo do teor na mina. A unidade também produz até 240 mil toneladas de ácido sulfúrico por ano.

Crise da Lupatech

A Lupatech alcançou a adesão de credores representativos de mais de 50% dos créditos contemplados em seu plano de recuperação extrajudicial e poderá dar prosseguimento ao processo, com a vinculação das partes que não aderiram voluntariamente ao plano. A fabricante de válvulas industriais teve a adesão de credores quirografários que respondem por 53,16% dos créditos deste tipo abrangidos pela recuperação. Também obteve a concordância de credores trabalhistas representativos de 54,33% dos créditos dessa categoria. A companhia entrou com o pedido de recuperação extrajudicial em 26 de maio.

IA contra El Niño

A Neoenergia recorreu à inteligência artificial (IA) para auxiliar na operação de suas redes em cenários de eventos climáticos extremos, como a incidência do El Niño. Segundo a empresa, a tecnologia passou a ser adotada em projeções climáticas de médio e longo prazo, nas quais dados meteorológicos alimentam modelos de IA para definir parâmetros de planejamento energético e a operação de ativos. A Neoenergia afirmou que, neste ano, investiu R$ 30 milhões em iniciativas com uso de IA, como desenvolvimento de novas soluções e implantação de plataformas com a tecnologia embarcada.

Melhoramentos muda

A Melhoramentos anunciou na terça-feira (25) mudanças no conselho de administração, dando continuidade ao processo de simplificação societária, administrativa e de governança que vem conduzindo. A empresa recebeu as renúncias de Hélio Lima Magalhães, presidente do conselho, Antonio Joaquim de Oliveira, vice-presidente do colegiado, e dos membros Thibaud Lecuyer e João Comério. Ao mesmo tempo, foram eleitos Tilo Plöger como presidente e João Senise como vice-presidente do colegiado. Paula Weiszflog, Paulo Renato Ferreira Velloso, Ingo Plöger e Marcelo Renaux Willer permanecem no conselho.

Recuperação da OSX

A OSX Brasil informou ontem (25) que a maioria dos credores aprovou o seu plano de recuperação judicial durante a assembleia no Rio de Janeiro, realizada na segunda-feira (24). Segundo informações da empresa, 82,6% dos credores de Classe III, os quirografários, aprovaram o plano, enquanto 100% dos credores de Classe IV, microempresas e empresas de pequeno porte, deram aval ao plano. Já na Classe I, referente aos credores trabalhistas, foi registrado um voto contrário à aprovação do plano e nenhum voto favorável, resultando em 0,00% de aprovação por cabeça.

Ines249

Pipeline

5 ANOS

Maria Luíza Filgueiras
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

Mubadala pode mudar estratégia na negociação do Porto Sudeste

O processo de venda do Porto Sudeste atraiu um volume relevante de interessados e curiosos, mas alguns deles recuaram na hora do lance. O **Pipeline** apurou que Stonepeak e M Resources estavam consorciadas para tentar comprar o ativo, mas se assustaram com a expectativa de preço dos acionistas Mubadala e Trafigura. O brasileiro Paulo Gouveia, que foi da EBX e conhece o projeto portuário (nascido dos PowerPoints de Eike Batista), também vinha reunindo um grupo de investidores, mas recuou, disseram as fontes. Entre os que deram um passo atrás, a avaliação é que o Sudeste valeria algo mais próximo a US$ 2 bilhões.

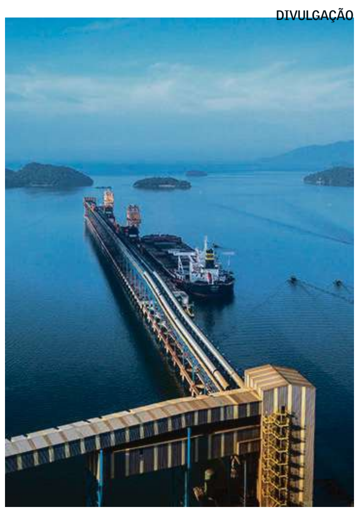
Os acionistas vêm falando em algo acima de US$ 4 bilhões. A americana I Squared fez a proposta mais alta, em torno de US$ 3 bilhões a US$ 3,5 bilhões, com gatilhos de earn-out. O GIP, por sua vez, estaria em patamar de pouco mais de US$ 3 bilhões e ganhou peso ao trazer a mineradora Vale para seu consórcio – player que pode aumentar consideravelmente o volume de operação no porto e garantir o crescimento do negócio. Paralelamente à venda, os assessores fazem esforço de contratos do tipo take-or-pay, para valorizar o negócio com contratos de longo prazo. Nessa toada, a Rio Tinto foi uma das interessadas.

Apesar de dois grupos robustos na mesa, o Mubadala ainda não estaria totalmente satisfeito com as condições apresentadas e pode mudar a estratégia – trocando as ações de bolso e se mantendo no negócio. "Mubadala e Trafigura já não se dão bem há um tempo, por visão de business. Investidor financeiro quer porto cheio, enquanto trading quer maximizar volume no curto prazo", diz outra fonte.

Como os acionistas têm preferência de venda sobre o outro, o processo de venda poderia servir de base para uma transação entre eles. "Se aparece um preço bom para João, mas ruim para José, José compra de João", diz um executivo próximo ao negócio.

Se não chegar a bons termos, árabes podem se manter no negócio

DIVULGAÇÃO



Porto está à venda; candidatos recuam

Cescon incorpora Opice Blum de olho em tech

O avanço da tecnologia sobre praticamente todos os setores da economia está levando também as bancas de advocacia a um aprofundamento na especialização, inclusive por meio de consolidação. O Cescon Barrieu está incorporando a equipe da Opice Blum, butique fundada pelo advogado Renato Opice Blum, um dos pioneiros do direito digital no Brasil.

A operação cria uma área de tecnologia com 12 sócios e cerca de 80 profissionais, a maior do setor. Até agora, o Cescon tinha seis sócios dedicados à área. É uma escala ainda incomum para uma área que, tradicionalmente, ocupava uma posição mais periférica nas grandes bancas, abaixo das estruturas de societário, tributário e contencioso. "A gente agora tem uma área de tech que é quase do tamanho dessas áreas que sempre foram consideradas as principais", diz Alexandre Barreto, sócio-administrador do Cescon.

O direito digital já deve representar cerca de 10% da receita total da firma com a integração, batizada de Cescon Barrieu Tech. A marca Opice Blum deixará de existir comercialmente. "O Renato Opice Blum segue", brinca o dono do sobrenome, agora sócio do Cescon.

A fusão foi provocada pelo estagiário do Cescon, Beto Opice Blum. "Chamei o Renato para um almoço depois de uma conversa com o filho dele, vendo que fazia sentido uma aproximação maior", conta Barreto. "Foi culpa do Beto, eu queria saber o que tinha de tão legal nesse escritório", emenda o pai.

Quando Blum começou nessa área, a nomenclatura ainda era direito eletrônico. "Era basicamente hardware e software", diz.

Hoje, em uma operação de M&A, por exemplo, a discussão pode envolver a qualidade e a governança da base de dados da empresa adquirida, seu valor e até a capacidade técnica do comprador para absorver esses ativos. Em infraestrutura, a expansão dos data centers traz discussões sobre energia. Em saúde e serviços financeiros, entram dados sensíveis, segurança da informação, tokenização e novos modelos digitais.

Os escritórios têm pouca sobreposição de clientes e Blum já tinha demanda por atendimento em outras práticas jurídicas.

Transação foi provocada pelo estagiário de um – e filho do outro

DIVULGAÇÃO

Alexandre Barreto e Renato Opice Blum: união de bancas cria fortaleza digital

DGF faz aporte na Pluggy para ligar PMEs a bancos

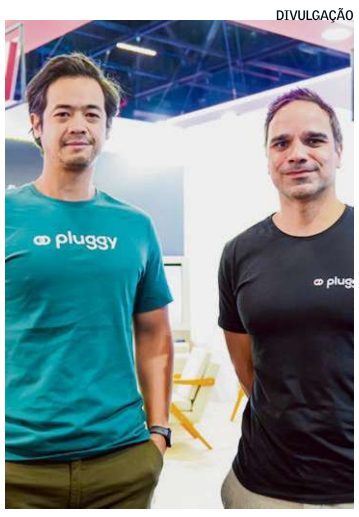
A Pluggy, que conecta sistemas de gestão empresarial a bancos, captou US$ 3,5 milhões em uma série A liderada pela gestora brasileira DGF com a participação da Y Combinator e da Brazil Venture Capital, que já haviam bancado o seed de US$ 2,5 milhões da startup em 2021.

A startup faz a interoperabilidade de ERPs, plataformas contábeis e de BPO, a instituições bancárias por meio de APIs. Pelo SaaS da Pluggy, uma PME consegue ler dados do negócio e consultar movimentações financeiras sem sair do software, unificando a gestão administrativa do negócio em uma única plataforma.

A Pluggy caracteriza a rodada como "enxuta". Em breakeven desde 2024 e gerando caixa com Ebitda positivo, a captação vai servir para alavancar o crescimento. Duplicando de tamanho ano a ano, a companhia planejava fechar o ano de 2026 com R$ 25 milhões de receita recorrente (ARR), mas já passou essa marca e deve chegar a R$ 40 milhões no fim do ano. *(Guilherme Guerra)*

"A captação é para acelerar aquisição de clientes, produto e o go-to-market"

DIVULGAÇÃO



Corrêa e Loiola: maior tíquete médio

House Hunter quer ser corretor do comprador

Com previsão de intermediar quase R$ 40 milhões no primeiro ano de operação, uma consultoria imobiliária com atuação em Balneário Camboriú, Itapema e Itajaí criou um modelo de negócio diferente das corretoras tradicionaisdo setor no país, que tradicionalmente operam uma carteira de residências, lojas ou escritórios captada junto aos vendedores.

A House Hunter, fundada pelo corretor Theo Girolamo, de apenas 20 anos de idade, está montando uma carteira de compradores para representá-los durante o processo de aquisição. O foco inicial é o comprador pessoa física, incluindo estrangeiros buscando imóveis no país, mas ele acredita que pode passar a atrair também family offices, fundos imobiliários e investidores institucionais.

"O mercado brasileiro foi estruturado a partir de quem tem um imóvel para vender. A nossa proposta é começar pelo outro lado", afirma Girolamo. Ganhando corpo na região, o empreendedor quer avançar para Rio, São Paulo e Curitiba. *(Felipe Frisch)*

"A ideia é entender exatamente o que o comprador procura e buscar no mercado"

DIVULGAÇÃO

Theo visa se tornar o buyer's agent

A primeira multa da Agência de Dados

A sanção aplicada pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) à ByteDance, dona do TikTok, foi a primeira punição financeira definitiva imposta a uma big tech desde a criação da agência pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 2018. A fatura será de R$ 153,7 milhões. A agência afirma que o TikTok tratou irregularmente os dados de menores de idade em duas modalidades: no acesso ao feed com e sem login. Antes do TikTok, a Meta havia sido a única big tech a receber sanções da ANPD, em 2024, mas acabou revertendo a medida, sem ônus de multa. *(G.G.)*

REPRODUÇÃO

Uso irregular de dados de menores

Insurtechs na mira dos fundos de VC

A multiplicação das insurtechs mundo afora está refletida nos números de captação do segundo trimestre. Entre abril e junho, as insurtechs levantaram o maior volume de recursos em quase quatro anos. Foram US$ 2,4 bilhões, maior patamar desde desde o terceiro trimestre de 2022, quando as captações somara US$ 2,5 bilhões, segundo levantamento da CB Insights. Mas, assim como tem acontecido nas transações de M&A em geral e, no universo de startups, notadamente nas empresas de IA, mas insurtechs o montante também foi alocado em um número bem reduzido de companhias.

PIXABAY

Maior volume levantado em 4 anos

Braskem quer evitar a conversão de dívida

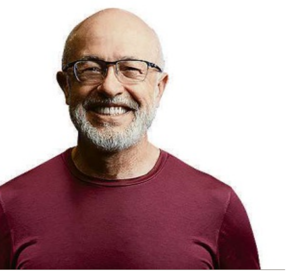
O plano a ser desenhado pela Braskem junto com os credores prevê a possibilidade de conversão de parte da dívida em equity como último recursos, caso um eventual aumento de capital a ser realizado pela companhia não for suficiente para a empresa desalavancar financeiramente. A companhia alcançou um acordo com credores que detêm 39,6% da dívida dos R$ 56,5 bilhões que serão reestruturados pela empresa dentro de um plano de recuperação judicial – cedendo justamente na capitalização, demandada por credores. Essa capitalização poderá ser feita por oferta de ações. *(Silvia Rosa)*

DIVULGAÇÃO

Empresa cedeu sobre capitalização

Eleição sintética: confiança é infraestrutura econômica

IA



Silvio Meira

Já estamos na campanha e propaganda eleitoral, e com elas o maior teste de estresse já aplicado à capacidade brasileira de distinguir o que é do que parece ser. As regras estão postas: todo conteúdo produzido ou significativamente alterado por IA precisa ser identificado de modo explícito; deepfakes de pessoas reais estão proibidos; e há uma janela de silêncio que veda material sintético com imagem ou voz de candidatos, das 72 horas anteriores às 24 seguintes à votação.

São regras necessárias e, por construção, insuficientes. Vale entender o porquê antes de outubro, não depois.

Rotular pressupõe um original. A norma trata o gerado como adulteração de algo que existia antes: uma foto mexida, voz copiada, vídeo manipulado. Mas o que define este momento não é a falsificação de um real — é a produção de um real que nunca teve origem. Um vídeo sintético de um candidato não é mentira sobre um fato; é um fato paralelo que entra na disputa em pé de igualdade com os fatos que aconteceram. Não há referencial externo a que recorrer, porque o referencial passou a ser produzido industrialmente.

Some-se a assimetria radical da economia da informação: gerar custa quase nada e refutar custa ordens de magnitude mais, em tempo, atenção e dinheiro. Nenhuma sociedade tem energia para essa conta. Quem produz o sintético sabe disso: a estratégia não é convencer, é saturar.

Até aqui, o problema parece político. Não é, ou não só: é um problema de custo de transação, e a economia inteira paga a fatura.

Toda a arquitetura de confiança da sociedade repousa sobre algo simples: alguém que pode perder. Contratos valem porque há partes com patrimônio em risco. Auditorias valem porque há auditores com reputação e responsabilidade legal. Crédito, seguro, perícia, prova — tudo se assenta num sujeito que responde. Uma máquina que gera evidência não responde por nada, porque não tem nada em jogo. E quando produzir evidência fica abundante e barato, a evidência deixa de ser garantia e vira insumo.

Isso já saiu da política. Voz clonada autorizando transferência. Identidade gerada. Comprovante de renda plausível. Currículo inventado que passa em qualquer triagem. Sinistro de seguro com foto que nunca correspondeu a acidente nenhum. Em cada caso, a resposta da empresa é mais uma camada de verificação — e cada camada é custo puro, que não produz nada, não aparece como investimento e ninguém contabiliza pelo que é: um imposto sobre a desconfiança, cobrado de toda a cadeia.

Some esse imposto em milhões de transações e há aí uma explicação silenciosa para parte da nossa ineficiência. Quem não consegue verificar barato verifica caro ou desiste de verificar. As duas saídas são ruins, e a segunda é pior.

Daí a inversão que quase ninguém fez. Quando o conteúdo se torna infinito, o escasso não é a informação — é a procedência. O ativo deixa de ser o arquivo e passa a ser a cadeia que o liga a alguém que responde por ele. Não se trata de detectar o falso, corrida que os detectores perdem para os geradores todo ano, e sim de baratear a prova do verdadeiro: assinatura, credencial verificável, cadeia de custódia, identidade digital com garantia jurídica. Infraestrutura, não campanha educativa.

E aqui um cuidado que a pressa atropela. Verificação obrigatória mal desenhada é instrumento de censura: quem define o autêntico define o que circula. A saída não é criar uma autoridade que decida o que é verdade. É tornar barato, para qualquer cidadão e qualquer empresa, provar de onde uma coisa veio — e caro, para quem produz em escala, esconder isso.

A eleição é onde a fratura aparece primeiro, por ser o único momento em que o país inteiro olha para a mesma tela ao mesmo tempo. Mas o que quebrar em outubro não volta ao lugar em novembro. Fica como hábito: a suspeita permanente, o "isso deve ser IA", a recusa preventiva de toda evidência inconveniente.

Uma sociedade que não consegue verificar nada acaba acreditando em qualquer coisa — e cobrando ágio por tudo.

Silvio Meira é cientista-chefe da TDS.company e professor da cesar.school.
E-mail silvio@meira.com

CONTEÚDO PATROCINADO POR FSB holding

Como a influência institucional passou a mover os ponteiros do negócio

Avanço da IA, força dos creators e fragmentação das audiências colocam credibilidade e autoridade no centro das decisões corporativas

repcom.
INFLUÊNCIA

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Marcos Trindade, CEO da FSB Holding, durante a REPCOM Influência 2026

A CONCLUSÃO QUE ATRAVESSOU O REPCOM 2026 É QUE O RISCO NÃO ESTÁ EM TER INFLUÊNCIA, MAS EM EXERCÊ-LA SEM GOVERNANÇA, REGRAS, CRITÉRIOS, MÉTRICAS E CAPACIDADE DE RESPOSTA

Até pouco tempo atrás, falar sobre influência era algo restrito às áreas de marketing e relações públicas. Hoje, o tema virou infraestrutura de confiança em escala, capaz de acelerar o crescimento de uma marca, sustentar lideranças ou, quando mal administrado, abalar seu valor em questão de dias. Em um ambiente marcado por inteligência artificial, fragmentação das audiências, proliferação de creators e comunidades e produção praticamente ilimitada de narrativas, a questão central deixa de ser como construir a sua reputação para focar em como governá-la.

Essa mudança já está sendo percebida pelas companhias e ficou evidente no REPCOM Influência 2026, evento realizado pela FSB Holding e pela Deck em 21 de agosto, em São Paulo — um encontro que reuniu cerca de 900 pessoas, entre executivos, empresários, especialistas, jornalistas, creators e formadores de opinião. O principal recado foi que influência sem governança representa um risco alto para as organizações. Sem responsabilidades, regras, critérios, métricas e mecanismos de resposta claramente definidos, ela pode virar vulnerabilidade reputacional em vez de gerar valor. E a rápida expansão da inteligência artificial reforça a urgência do tema, pois, quando narrativas são produzidas em escala quase ilimitada, autoridade sem transparência vira desgaste de imagem e prejuízo institucional.

O QUE PENSA A ALTA LIDERANÇA BRASILEIRA

Duas pesquisas reveladas durante o evento ajudaram a sustentar esse diagnóstico. De um lado, o estudo "O poder da influência como decisão de negócio", apresentado por Marcelo Tokarski, CEO da Nexus, mediu a percepção da alta liderança brasileira. A pesquisa ouviu 110 líderes empresariais e gestores de comunicação do país e revelou que 95% consideram a influência importante para a estratégia de comunicação, enquanto dois em cada três acreditam que ela tem alto impacto nos resultados financeiros das empresas.

Já o estudo sobre influência digital e liderança, apresentado por Pollyana Miranda, CEO da Deck, foi a campo medir o que de fato está acontecendo no mercado. Mais de 2 mil perfis foram avaliados até alcançar a amostra final, composta por 630 nomes, distribuídos entre os 21 segmentos econômicos avaliados (30 influenciadores por categoria). O levantamento revelou uma mudança estrutural no mercado brasileiro, com a autoridade técnica passando a ocupar o espaço anteriormente dominado pela conversa de teor mais leve e de entretenimento como principal ativo de valor.

Os dois estudos apontaram um descompasso entre discurso e prática. Segundo a Nexus, apesar de reputação (49%) e autoridade/credibilidade (47%) despontarem como os principais ativos, a contratação de influenciadores segue voltada, na prática, a ampliar visibilidade — ou seja, um objetivo mais tático do que estratégico. A Deck mostrou como os diferentes setores da economia avançam de maneiras distintas. Os dados escancararam uma forte heterogeneidade entre os temas analisados. Finanças, economia, saúde, alimentos, empreendedorismo e educação concentram as maiores médias de seguidores, enquanto água e saneamento, telecomunicações, indústria química e energia registram médias significativamente inferiores. Entre os destaques positivos, o turismo se descolou do restante ao combinar elevada escala de audiência com os melhores desempenhos no índice composto das seis dimensões estratégicas avaliadas. Segundo a Deck, esses resultados evidenciam diferentes níveis de maturidade e visibilidade digital entre os ecossistemas setoriais e reforçam que as narrativas devem ser calibradas de acordo com o papel de cada segmento, priorizando, conforme o contexto, alcance, credibilidade, influência setorial ou proximidade com a audiência.

A pesquisa também identificou novos polos regionais de autoridade, apesar da predominância de São Paulo e Rio de Janeiro. O Sul, por exemplo, vem se consolidando em agronegócios, educação e varejo — um movimento que reforça a necessidade de estratégias regionais, e não apenas nacionais.

> **"CREDIBILIDADE É O QUE TRANSFORMA INFLUÊNCIA EM CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO"**
> **ALEXANDRE LOURES,**
> sócio e líder da área privada da FSB Holding

REDES PRÓPRIAS

O estudo da Nexus mapeou, ainda, os canais preferenciais das empresas para construir reputação. As redes sociais próprias lideraram com 94% dos resultados. A Deck, porém, constatou que sites, newsletters e blogs têm alcançado sucessos pontuais. Mas, se consideramos volume, engajamento e visibilidade, as principais redes sociais ainda são mais relevantes.

Outro dado importante identificado na pesquisa da Nexus é que comunicação institucional (89%) e relações com a imprensa (84%) vêm à frente de mídia paga (74%), comunicação executiva (73%) e influenciadores (69%). E, de olho em tendências para o futuro, a pesquisa apontou que, para os próximos anos, 53% dos gestores acreditam que os influenciadores de nicho ganharão mais importância, seguidos por executivos influenciadores (38%), especialistas técnicos (38%) e microinfluenciadores (36%). Esse movimento em direção aos porta-vozes internos também foi constatado na pesquisa da Deck, com a crescente necessidade das marcas de humanizar suas lideranças, aliada ao reconhecimento, por parte dos próprios executivos, de que a reputação pessoal se tornou um ativo estratégico de carreira.

CONFIANÇA COMO BASE DO NEGÓCIO

Os dois estudos dialogaram com os painéis do REPCOM. Em "O Negócio da Confiança", os debatedores deixaram claro que confiança é parte do motivo pelo qual um cliente escolhe pagar mais, permanecer mais tempo ou recomendar uma marca. O mesmo acontece no mercado de influência. No painel "O Poder da Credibilidade", por sua vez, a discussão reforçou que credibilidade se conquista com rigor argumentativo, narrativa técnica e consistência. O próprio estudo da Deck revelou essa evolução do mercado, que deixou de ser orientado pelo reach (alcance bruto) para se fundamentar em reputation (reputação e autoridade).

A Deck resumiu esse novo cenário em três movimentos. O primeiro é a credibilidade técnica, que se tornou um diferencial competitivo. Em seguida, vem a neutralidade política predominando no mercado profissionalizado; e, em terceiro, a ascensão do "edu-creator" redefinindo a lógica do conteúdo, com publicações de bastidores registrando mais engajamento do que a simples cobertura de eventos.

O Negócio da Confiança
Sandra Chayo
André Turquetto
João Vitor Xavier
Marcelo Diego
FSB holding
deck

Palestrantes conversam sobre o que faz um cliente pagar mais, durante o painel "O Negócio da Confiança"

A GOVERNANÇA

A conclusão que atravessou o REPCOM 2026 é a mesma que emerge dos números da Nexus e da Deck. O risco não está em ter influência, mas em exercê-la sem governança, regras, critérios, métricas e capacidade de resposta. A questão não é se uma empresa terá influência, mas sim quem vai administrar essa narrativa, com transparência e responsabilidade. Ou a organização governa sua própria reputação, ou alguém governará por ela.

PRODUZIDO POR G. lab

Balanços Vendas mais lentas marcam 2º trimestre com queda de lucro e aumento do endividamento

Juros e Caixa afetam resultados de construtoras

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Com uma farta oferta de imóveis novos e consumidores mais receosos em gastar, ou impedidos pela falta de crédito, as incorporadoras de capital aberto tiveram um segundo trimestre com desempenho abaixo do esperado pelo mercado e recuo em indicadores financeiros, na comparação com o mesmo período de 2025.

Levantamento feito pelo **Valor Data** com resultados de 28 incorporadoras mostra uma piora no lucro líquido, que recuou 0,6%, e na margem líquida, que retrocedeu 1 ponto percentual em um ano. Enquanto isso, o nível de endividamento em relação ao patrimônio líquido subiu 3,8 pontos percentuais, para 30,7%. O indicador já havia crescido no primeiro trimestre deste ano.

A análise do **Valor Data** também aponta que o aumento da receita e do lucro bruto foi menor no segundo trimestre do que no primeiro trimestre deste ano.

O desempenho das companhias que atuam no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) dividiu analistas. Tainan Costa, líder do setor de real estate do UBS BB, afirma que o resultado ficou "um pouco abaixo" do que o mercado esperava, enquanto analistas da XP e do BTG Pactual afirmaram, em relatórios, que houve uma "combinação de resultados mais consistente" nesse segmento, e resultados "ainda saudáveis" para a maior parte dos incorporadores, embora "impactados por vendas mais lentas no final do período".

Costa também destaca esse ponto. "A Caixa estava um pouco mais restritiva na concessão de crédito", afirma. Executivos das incorporadoras comentaram que o banco diminuiu, por um período de junho ao início de julho, o nível máximo de comprometimento de renda permitido para o comprador, além de estar "um pouco mais burocrático", afirma Costa, o que teria interferido na performance das incorporadoras e também provocado um aumento nas despesas comerciais.

Procurada, a Caixa informou que não iria comentar por estar em período de silêncio relacionado à divulgação de resultados.

Nesse cenário, a Tenda foi a empresa que mais se destacou entre as incorporadoras do MCMV, segundo Costa, acompanhado pela visão dos analistas da XP e do BTG. O analista do UBS explica que a empresa se beneficiou ao se planejar para enfrentar uma inflação no custo de obra que acabou não vindo no patamar esperado. "Ela colocou um nível de provisionamento maior e hoje tem revertido e entregue obras com economia de custos", diz.

O desempenho das incorporadoras no 2º tri
Dados selecionados

Rubricas - em R$ milhões	2T/2025	2T/2026	Var. %
Receita líquida	15.096,2	16.617,7	10,1
Lucro bruto	4.741,1	5.384,9	13,6
Lucro líquido[1]	1.580,3	1.570,9	-0,6
Dívida financeira líquida	11.685,0	14.363,1	22,9
Patrimônio líquido	43.587,5	46.861,3	7,5
Indicadores - em %	**2T/2025**	**2T/2026**	**Var. p.p.**
Margem bruta	31,4	32,4	1,0
Margem líquida	10,5	9,5	-1,0
Dívida financeira líquida/ patrimônio líquido	26,8	30,7	3,8

Fontes: Valor PRO, CVM e release de resultados do segundo trimestre de 2026 de 28 companhias selecionadas e com dados disponíveis. Elaboração: Valor Data. (1) Atribuído a sócios da empresa controladora

A inflação esperada seria decorrência da guerra no Oriente Médio e do seu impacto no preço do petróleo, mas Costa justifica que o patamar do dólar e da commodity não está afetando o setor como inicialmente esperado.

Incorporadoras, principalmente do MCMV, mais sensíveis a aumentos de custo de obra, foram rápidas em aumentar o preço das unidades, repassando essa possível alta de custo, o que "acabou batendo um pouco em vendas", lembra Costa. O lado bom é que, agora, podem ter ganhos em suas margens — se a inflação do setor permanecer sob controle nos próximos meses.

Entre as empresas que atendem o segmento de médio e alto padrão, os resultados foram "mais dependentes da execução de cada companhia e do mix de projetos", pontua a XP, em relatório.

Há redução da velocidade das vendas e aumento do estoque. "O principal vilão desse setor é o nível da taxa de juros, que reduz o apetite dos bancos e também diminui o 'affordability' (poder de compra) dos clientes para querer contratar crédito", afirma Costa.

A eleição pode ter impacto negativo marginal no segmento nos próximos meses, analisa, porque o cliente de média e alta renda pode decidir postergar a compra até ter um cenário político mais claro.

O analista do UBS chama a atenção para os distratos. Não é um distrato por escolha, em busca de oportunidade melhor de compra, como ocorreu em momentos da década passada. "O que está acontecendo é a entrega de um volume expressivo de projetos", afirma, em um momento de crédito mais restrito e caro. Embora as regras para o rompimento dos contratos sejam duras para os compradores, "muitas vezes esse cara precisa distratar porque o banco não está concedendo o crédito", afirma.

Para não perder o cliente, as incorporadoras tentam trocar o imóvel por outro de valor mais baixo, seja por ter área menor ou por estar em uma região mais barata. "Elas têm estoque pronto para isso e conseguem remanejar", diz o analista.

Caio Borges, analista da Eleven Financial Research, destaca que o investidor deve ficar atento a um possível aumento nos estoques — o que Costa aponta que já está ocorrendo no alto padrão — e a um "aumento grande nos descontos concedidos", uma consequência de estoques maiores.

Borges lembra que a Eztec, companhia que ele classifica como tendo apresentado um resultado ruim no trimestre, teve aumento de 98% no estoque pronto em um ano. "Vale ressaltar que 32% do estoque da companhia é residencial de médio padrão, cujo público-alvo é fortemente afetado pelos juros elevados por um longo período", afirma.

Quem está apresentando resultados melhores no segmento de média e alta renda são aqueles que investiram também no MCMV ou em modelos alternativos de venda e financiamento. A Cyrela é uma representante do primeiro caso.

"A velocidade de venda consolidada da Cyrela é muito assegurada pela [marca de] baixa renda, a Vivaz, que tem hoje a segunda melhor [velocidade] da indústria, só perde para a Cury", afirma Costa. A Moura Dubeux é um exemplo do segundo caso, com suas vendas em modelo de condomínio fechado, que permitem margens maiores — embora também esteja investindo no MCMV.

Squadra diz que Hapvida foi o seu 'maior erro'

Saúde

Gabriel Roca e Beth Koike
De São Paulo

A Squadra Investimentos, uma das mais famosas e longevas gestoras de ações do mercado local, fez um 'mea culpa' importante em sua última carta divulgada aos cotistas e classificou seu investimento em Hapvida como o maior erro de seus 18 anos de história. A gestora diz ainda que reduziu sua posição na empresa de saúde a aproximadamente 1% dos fundos.

Essa é a segunda carta publicada pela gestora tecendo duras críticas à gestão da operadora. Em março, quando sua fatia na Hapvida era de quase 7%, a Squadra pedia mudanças no conselho e venda de ativos no Sudeste e Sul do país. Mesmo com a companhia tendo iniciado mudanças nesse sentido, a Squadra jogou a toalha.

"Os últimos dois anos foram de guerra, não de paz — e é assim que os temos tratado. O desempenho dos fundos ficou aquém do esperado, e não pretendemos suavizar esse fato. Buscamos explicar o que pensamos do contexto que se apresenta e como reagimos. Para agravar o quadro, cometemos nesse período o maior erro de investimento da nossa história: Hapvida, o que arranhou nosso histórico de performance e custou enormemente ao nosso capital e ao dos nossos cotistas", afirma a equipe de gestão na carta aos cotistas.

O Squadra Long-Biased rendeu 29,4% em 2025, enquanto o fundo Squadra Long-Only teve retornos de 27,7%. Ambos ficaram abaixo de suas referências: o Ibovespa subiu 34% e o IBr-X avançou 33,5%. Em 2026, os fundos da Squadra acumulam quedas de 5,1% e 6,2%, respectivamente, contra alta de 6,8% do Ibovespa e de 6,7% do IBr-X.

A Squadra atribui parte do desempenho ruim ao investimento em Hapvida. Após ter reconhecido dificuldades no ano passado na tese, como o preço pago exageradamente alto e a subestimação dos desafios trazidos pela grande quantidade de ativos adquiridos, os problemas se agravaram recentemente.

> "Passado mais um ano, a conclusão inevitável é que falhamos"
> *Squadra, em carta*

"Passado mais um ano, a conclusão inevitável é que falhamos nas três dimensões que sustentam qualquer investimento: o preço, as perspectivas do negócio e a avaliação dos administradores a quem confiamos os recursos. Este último erro foi o mais grave, pois tem efeito composto sobre os demais", aponta.

Nos últimos 12 meses, a operadora de planos de saúde perdeu cerca de R$ 14 bilhões em valor de mercado. Nesse período, a empresa amargou perdas expressivas em alguns pregões. Há cerca de dez dias, o papel caiu 33% e, em novembro, despencou 42% num só dia.

A Squadra avalia, neste momento, que não havia capacidade de gestão e execução à altura da ambição empresarial das metas que a Hapvida se propunha a realizar. Diz ainda que prevaleceram na companhia, ao longo dos anos, uma visão dogmática e falhas de entendimento sobre a natureza dos problemas.

"O insucesso era repetidamente atribuído à falta de integração das operações adquiridas. Contudo, a própria integração acabou por se revelar o golpe mais duro para os resultados da companhia." Para a Squadra, a solução para seu quadro de endividamento passa pela avaliação de desinvestimentos e simplificação do grupo.

"Caso essa agenda de alocação de capital eficiente e racional viesse a contemplar de forma abrangente as unidades adquiridas, incluindo a relevante subsidiária NotreDame Intermédica, estimamos que a ação poderia se multiplicar algumas vezes. Esse movimento, com potencial de endereçar a situação de endividamento elevado, permitiria que os esforços da gestão se concentrassem na operadora Hapvida Assistência Médica, a qual reúne as operações das regiões Nordeste e Norte, berço da companhia e onde suas vantagens competitivas são mais evidentes", afirma.

"Não nutrimos, contudo, ilusões sobre essa travessia. O carrego de uma companhia alavancada, com deterioração sequencial de suas operações, é punitivo, e o horizonte para correções de rumo acaba pressionado pelos vencimentos do cronograma de dívidas. Adicionalmente, o custo de oportunidade é elevado, em virtude não só das taxas de juros básicos, mas principalmente dos altos retornos prospectivos de outras empresas de nosso portfólio", informa a gestora, destacando ter uma fatia de 1% da empresa.

Procurada, a Hapvida informou que não vai comentar.

Colegiado da CVM vota a favor de OPA da Oncoclínicas

De São Paulo

O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu, ontem (25), por unanimidade pela realização da oferta pública de aquisição de ação (OPA) da Oncoclínicas, avaliada em cerca de R$ 6,5 bilhões. A decisão determina que esse montante terá que ser pago aos minoritários pela gestora americana Centaurus, que se tornou a maior acionista da companhia em novembro de 2024.

A disputa dentro da CVM acabou, mas a batalha ainda vai se estender, uma vez que a Centaurus entrou com pedido de arbitragem contra a Latache, acionista que liderou o movimento pela oferta e pode levar cerca de R$ 1,5 bilhão. Com uma fatia de 14,5%, a Latache, de Renato Azevedo, é a maior beneficiada nesse processo.

A Centaurus informou, em comunicado, que "o Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) da B3 é o órgão que detém jurisdição exclusiva para resolver esta disputa comercial entre sócios de uma empresa de capital aberto, motivo pelo qual o fundo Josephina III [Centaurus] iniciou o procedimento arbitral perante a CAM na semana passada."

O colegiado discordou da área técnica da autarquia que havia votado contra a OPA, após um ano e meio de análise do caso da rede de tratamento para câncer, que está em processo de recuperação extrajudicial para negociar dívida de R$ 5,1 bilhões. O presidente Otto Lobbo e os diretores João Accioly e Igor Muniz votaram a favor. Já Marina Copola não votou por ter se declarada impedida.

Já havia uma expectativa no mercado de que o colegiado da CVM fosse favorável à OPA. Mas ainda há dúvidas se a oferta será válida para todos os atuais acionistas, se apenas para os investidores que compraram o papel 30 dias antes da data a ser marcada para a OPA ou exclusivamente para aqueles que estavam na base de acionistas antes de 24 de novembro de 2024. Esses detalhes serão divulgados nesta quarta-feira (26).

A Centaurus informou ao mercado, em novembro de 2024, que detinha uma participação de 16% na Oncoclínicas, fazendo disparar a cláusula que obriga investidores com mais de 15% a realizar uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação.

Com isso, investidores como a Latache e outros viram uma oportunidade de ganhar dinheiro com uma OPA e passaram comprar ações da companhia e defender que a Centaurus realizasse a oferta.

Desde então, vários investidores vêm comprando o papel da Oncoclínicas, o que se intensificou nas últimas semanas. Isso porque o estatuto da companhia diz que o preço da ação na OPA precisa ser equivalente a 120% do valor da maior cotação dos últimos 12 meses da data em que a Centaurus informou que detinha os 16%. Hoje, o papel vale muito menos do que em novembro de 2024.

As ações da Oncoclínicas fecharam a terça-feira (25) com mais um pregão em alta, de 15,13%. Na segunda, a valorização foi de 32%.

O nome da Centaurus veio a público, em novembro, porque o Goldman Sachs, que era o investidor principal da Oncoclínicas, segregou seu investimento numa operação de derivativos.

O banco detinha uma fatia de cerca de 15%, mas após dez anos de investimento foi obrigado a se desfazer do papel devido a uma regra dos Estados Unidos (conhecida como Volcker Rule) que impede o banco americano de ter uma participação superior a 5% por mais de dez anos em companhias americanas e estrangeiras.

O advogado Bernardo Costa, do escritório Bocater Advogados, que defende a Latache, argumenta que a Centaurus não tornou público o documento enviado à CVM comprovando que a gestora já era investidora na Oncoclínicas desde 2018 e que não houve aquisição de mais de 15% da empresa. "Nesses documentos que a Centaurus enviou para a CVM há tarjas pretas, não tivemos acesso para comprovar que eles eram mesmo investidores", diz o advogado.

A argumentação da gestora americana Centaurus junto à autarquia é que sua participação estava investida num fundo do Goldman Sachs e que não existe obrigatoriedade de divulgação do nome do investidor final. *(BK)*

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Balbinos Agroindustrial Ltda., Nome Fantasia Balbinos Foods -** CNPJ: 12.052.144/0001-70 - Endereço: Rua do Matadouro, S/nº, Bairro São Bento, Sidrolândia/ms - Administrador Judicial: Ourives Marques Advogados e Consultores, Representada Pelo Dr. Guilherme Suriano Ourives - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Macrofast Construtora e Serviços Ltda. EPP -** CNPJ: 02.265.246/0001-10 - Endereço: Av. Prefeito Magalhães Neto, 1550, Premier Tower, bairro Pituba - Requerente: Hal Internacional Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Salvador/BA - Observação: Pedido julgado Improcedente.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Comak Comércio e Representações de Peças, Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. -** CNPJ: 03.734.985/0001-77 - Endereço: Av. Júlio Maia, 1186, bairro Jardim Paulista, Água Clara/MS - Administrador Judicial: Jéssica Trabulsi Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Comak Comércio e Representações de Peças, Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda., filial -** CNPJ: 03.734.985/0002-58 - Endereço: Av. Cônsul Assaf Trad, 4332, loja, bairro Nova Lima - Administrador Judicial: Jéssica Trabulsi Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Comak Soluções Agrícolas Ltda. -** CNPJ: 49.739.422/0001-72 - Endereço: Av. Cônsul Assaf Trad, 4332, fundos, bairro Nova Lima - Administrador Judicial: Jéssica Trabulsi Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Comak Soluções Agrícolas Ltda. filial 2 -** CNPJ: 49.739.422/0003-34 - Endereço: Av. Calógeras, 1415, Centro - Administrador Judicial: Jéssica Trabulsi Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Comak Soluções Agrícolas Ltda., filial 1 -** CNPJ: 49.739.422/0002-53 - Endereço: Rua Marechal Floriano, 1816, bairro Milani, São Gabriel do Oeste/MS - Administrador Judicial: Jéssica Trabulsi Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Comak Soluções Agrícolas Ltda., filial 3 -** CNPJ: 49.739.422/0004-15 - Endereço: Av. Júlio Maia, 1188, bairro Jardim Paulista, Água Clara/MS - Administrador Judicial: Jéssica Trabulsi Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Comak Soluções Agrícolas Ltda., filial 4 -** CNPJ: 49.739.422/0005-04 - Endereço: Av. Antonio Garcia de Freits, 13, bairro Daniel I, Paranaíba/MS - Administrador Judicial: Jéssica Trabulsi Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **G. O. Comércio e Diustribuição de Carnes Bovinas e Suínas Ltda. -** CNPJ: 14.869.223/0001-02 - Endereço: Rua Benedita Bernardino Curvo, s/nº, quadra 11, bairro 23 de Setembro, Várzea Grande/MT - Administrador Judicial: Dr. Leo Spinelli - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Sandra Regina Dantas EPP -** CNPJ: 67.823.227/0001-08 - Endereço: Rua Benedita Bernardino Curvo, s/nº, quadra 11, bairro 23 de Setembro, Várzea Grande/MT - Administrador Judicial: Dr. Leo Spinelli - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Vilson Gonçalves de Oliveira EPP -** CNPJ: 67.817.471/0001-68 - Endereço: Rua Benedita Bernardino Curvo, s/nº, quadra 11, bairro 23 de Setembro, Várzea Grande/MT - Administrador Judicial: Dr. Leo Spinelli - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Estrutural Construtora e Incorporadora Ltda. -** CNPJ: 28.414.720/0001-12 - Endereço: Rua Amélia da Cunha Ornellas, 89 - Vara/Comarca: Vara de Recuperações Judiciais e Falências de Vitória/ES - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Urbservice Serviços Urbanos Ltda. -** CNPJ: 07.417.788/0001-85 - Endereço: Rua José Alexandre Buaiz, 300, Sala 2001, Garage 10 Vg, Bairro Enseada do Sul - Vara/Comarca: Vara de Recuperações Judiciais e Falências de Vitória/ES - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Marluce Evangelista da Silva Petry -** CNPJ: 58.063.285/0001-90 - Endereço: Rua Bahia, 431, Centro, Campo Novo do Parecis/mt Ou Rodovia Mt 170, Km 200, + 22 Km À Direita, S/nº, Fazenda Nossa Senhora da Luz, Brasnorte/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rafael Silva Petry -** CNPJ: 58.062.643/0001-40 - Endereço: Rua Bahia, 431, Centro, Campo Novo do Parecis/mt Ou Rodovia Mt 170, Km 200, + 25 Km À Direita, S/nº, Fazenda Nossa Senhora da Luz, Brasnorte/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ricardo Silva Petry -** CNPJ: 58.062.691/0001-38 - Endereço: Rua Bahia, 431, Centro, Campo Novo do Parecis/mt Ou Rodovia Mt 170, Km 200, + 22 Km À Direita, S/nº, Fazenda Nossa Senhora da Luz, Brasnorte/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Volmir Paulo Petry -** CNPJ: 58.063.333/0001-40 - Endereço: Rua Bahia, 431, Centro, Campo Novo do Parecis/mt Ou Rodovia Mt 170, Km 200, + 25 Km À Direita, S/nº, Fazenda Nossa Senhora da Luz, Brasnorte/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

A N.ideias está voando.

Bem-vinda, Decolar.

Ser escolhida por uma das marcas
mais cobiçadas do Brasil
diz muito sobre o nosso trabalho:
elas nos procuram para voar.

N.ideias

Consumo Em termos reais, a expansão em 2025 foi a menor desde 2021; regionais avançam

Maiores do varejo vendem R$ 1,3 trilhão, mas saldo de lojas encolhe

GABRIEL REIS/VALOR

Terra (esq.) e Serrentino prepararam estudo com as 300 maiores empresas do comércio nacional, que somaram R$ 1,3 trilhão em vendas no ano passado

Adriana Mattos
De São Paulo

Num período em que grandes grupos de varejo amargam renegociações de dívidas em série, novos números mostram o avanço da desaceleração no setor.

As companhia que fazem parte do ranking das 300 maiores empresas do comércio nacional somaram R$ 1,3 trilhão em vendas em 2025 e, entre as 227 redes comparáveis para os dois últimos anos (presentes no levantamento de 2024 e 2025), a alta foi de 8,6%, para R$ 1,1 trilhão — o dobro da inflação medida pelo IPCA do IBGE (4,26%).

A expansão nominal de 8,6%, entretanto, é a menor variação anual desde 2018, quando a alta alcançou 7,9%. Além disso, o saldo líquido de lojas no Brasil (entre aberturas e fechamentos de unidades) em 2025 foi o menor desde 2020.

Em termos reais, em valores deflacionados, a expansão é de 4,3% nas vendas, mais do que o dobro do índice da pesquisa do varejo nacional medido pelo IBGE. Porém, é o menor ritmo de crescimento desde o ano de 2021, período de pandemia.

Os dados fazem parte do levantamento "Top 300 do Varejo Brasileiro 2026", elaborado pelo Instituto Retail Think Tank (IRTT) e publicado há dez anos pelo **Valor** em parceria com os fundadores da instituição, Alberto Serrentino, Eduardo Terra e Helio Biagi.

Além disso, o levantamento mostra que, no ano passado, 282 redes com dados comparáveis entre os dois últimos anos registraram um superávit final, considerando encerramentos e inaugurações, de 2.474 lojas. Trata-se do menor saldo dos últimos cinco anos.

Em 2020, o comércio fechou as lojas por conta do isolamento causado pela covid-19, e foi atingido o nível mais baixo do estudo, com 163 pontos de saldo positivo.

"Não vemos uma crise no setor, mas uma desaceleração da atividade, o varejo sofre os reflexos da economia brasileira, não há como desconectar. Há fatores conjunturais da crescente dívida pública, dos juros altos, e os fatores adicionais, da expansão das 'bets' e do corte de despesas essenciais para gastos em jogos", diz Serrentino.

"Quem destoa da média e consegue ir melhor tem baixa alavancagem com sólida estrutura de capital, e disciplina de execução dos projetos para manter determinados investimentos mesmo em cenário de incerteza", afirma.

Os números ainda apontam para a força do regionalismo no setor, com expansão mais acelerada de redes que ocupam posições intermediárias no ranking — que historicamente crescem com baixa alavacagem e capital próprio em tempos de juros altos.

Ao mesmo tempo, o conjunto de companhias que faz parte do "top 5" do comércio quase não teve variação no peso total do faturamento do comércio geral em cinco anos. Esse grupo espondeu por 13,3% do total das vendas em 2025 versus 13,1% em 2020 — em 2024, ficou em 13,5%, ou seja, teve inclusive uma leve redução na participação no último ano.

Nessa lista estão, nesta ordem, Grupo Carrefour, Assaí, RD Saúde (Raia Drogasil), Magazine Luiza e Grupo Boticário.

Mas as 50 maiores, que incluem regionais fortes, passou em cinco anos de 33,5% para 35,7% . E ao considerar as 100 maiores, o índice subiu de 39,7% para 42,4%.

Paralelo a esse movimento, o percentual de cadeias com lojas espalhadas em um a cinco Estados passou de 63,1% para 67,4% desde 2020. E mais empresas saíram de um Estado e passaram a ocupar de dois a três Estados — esse número cresceu de 37 para 41 redes.

Somado a isso, mais grupos tentaram ocupar todo o mapa geográfico brasileiro, num esforço de aumento de volume de vendas que melhora o poder de negociação junto à indústrias e torna as empresas mais competitivas. Em 2025, 41 redes passaram a estar presentes nos 27 Estados, versus 38 varejistas no ano anterior.

"O Brasil é um mercado que tem como uma de suas fortalezas o varejo regional e de controle familiar. A concentração em nosso setor continua em patamares baixos e muito inferiores aos de outros mercados de maturidade similar ou superior", diz Terra.

O nível de concentração das 10 maiores varejistas brasileiras no país ficou em 19% em 2025, enquanto no México é de 57%, nos EUA, 53%, e na Alemanha, 82%, segundo estudo do IRTT, o que mostra a alta pulverização das vendas e espaço ainda existente para crescimento das cadeias.

Entre cadeias regionais que entraram em novas regiões no último ano, segundo pesquisa do **Valor**, está a Lojas G, rede varejista de utilidades para casa do Paraná, fundada em 1996 na cidade de Maringá, e com 70 pontos no país. A rede investiu R$ 20 milhões para abrir a sua primeira unidade no Espírito Santo (oitavo Estado de atuação) no fim de 2025. No curto prazo, o plano é abrir 10 unidades na região e desembolsar R$ 200 milhões, segundo última projeção anunciada pela direção.

Outra rede regional, o Grupo Amma abriu a primeira unidade da sua rede Amma Atacadista no ano passado. Controlado pela família Zat, de Concórdia (SC), o negócio surgiu há 40 anos como uma varejista de supermercados com a marca Super Zat, e cresceu com baixa alavancagem e investimentos com capital próprio. Na segunda metade deste ano, deve entrar no Estado do Paraná com a primeira unidade de atacado.

"Eles já abriam três atacados desde o ano passado e planejam cinco lojas até 2027, mas de forma controlada, gastando pouco mais de R$ 20 milhões a R$ 25 milhões por loja. Representam bem a cabeça do negócio regional, focado em crescer de forma planejada e sem arroubos", diz um ex-executivo e atual consultor do varejo paranaense.

A empresa líder em venda por loja no Brasil é o Andorinha Hipercenter, que, em uma única unidade, na zona norte de São Paulo, alcançou R$ 982 milhões em 2025.

O levantamento mostra que apenas 25 redes contam com mais de mil lojas no Brasil, um país de dimensões continentais, mas com limitações de acesso a capital às redes. "A explicação para essa quantidade modesta [de 25 redes] está no histórico de desenvolvimento das empresas, com acesso restrito ao mercado de capitais até que ganhem musculatura", afirma Serrentino.

"Há apenas 41 empresas de capital aberto entre as 300 maiores e o franchising acaba sendo modelo para viabilizar a expansão das redes", afirma ele.

Para Terra, esse ambiente do ano passado ainda não reflete totalmente, no entanto, as dificuldades que as empresas têm enfrentado no mercado de consumo especificamente nos últimos meses, com a piora no nível de endividamento das famílias e da inadimplência.

"Temos um cenário externo e doméstico mais complicado neste ano do que em 2025, com um grau de incerteza maior, por conta da instabilidade do dólar e do petróleo e ainda pela alta da inflação, seguindo depois certo arrefecimento, e toda essa flutuação gera muita insegurança nos planos de negócios das companhias. Vamos ver os efeitos desses cenários no próximo levantamento anual", diz ele.

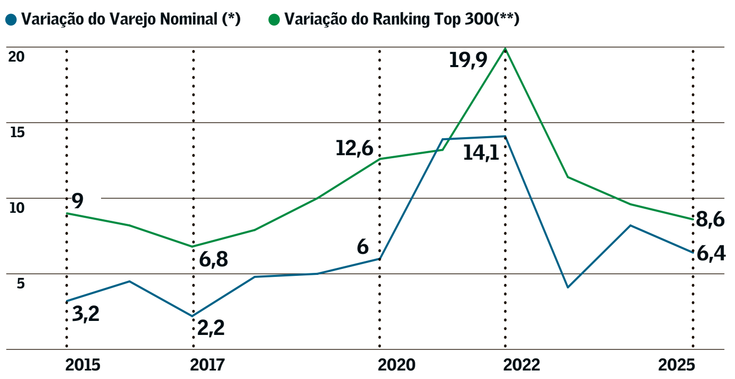
No grupo das bilionárias do varejo, em 2020, eram 138 cadeias com mais de R$ 1 bilhão de vendas anuais e, no ano passado, 206 redes.

Na evolução da década, porém, se tem uma ideia melhor do avanço dessa riqueza. Aquelas com receita superior a R$ 1 bilhão ao ano pularam de 109 para 206, e acima de R$ 10 bilhões, o salto foi de 250%: passaram de 8 para 28.

No levantamento, 79 varejistas declararam contar com projetos de inteligência artificial (IA) em andamento — foi a primeira vez que a informação foi verificada no estudo. E 35 grupos afirmam já desenvolver iniciativas de vendas que utilizam agentes de IA.

O varejo e as maiores do setor

O desempenho geral e o ranking das 300(**) - Em %



Fonte: IRTT. (*) Dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, varejo restrito incluindo material de construção e excluindo automóveis. (**) Dados de vendas de redes comparáveis para cada ano, de 227 cadeias que forneceram os dados de vendas que podem ser comparados

> "Temos um cenário externo e doméstico mais complicado neste ano do que em 2025"
> *Eduardo Terra*

Justiça confirma falência da Oi e mantém serviços

Telecomunicação

Rodrigo Carro
De São Paulo

Desembargadores da 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro confirmaram, na tarde de ontem (25), a falência da Oi, que já havia sido decretada em primeira instância no fim do ano passado, mas estava suspensa para julgamento do mérito de recursos apresentados por bancos credores (Itaú Unibanco e Bradesco).

No acórdão (decisão do órgão colegiado), a desembargadora Mônica Maria Costa Di Piero, relatora do caso, destaca a "imperiosa necessidade de continuidade de prestação dos serviços essenciais". Ou seja, apesar da falência, terão continuidade serviços essenciais prestados pela operadora, pelo menos até a migração para outros prestadores, esclarece uma fonte que acompanha o processo. Nesta lista estão, por exemplo, a comunicação de dados dos Tribunais Regionais Eleitorais, de lotéricas e da Caixa Econômica Federal, além dos chamados serviços de utilidade pública e emergência (tridígitos), como o Samu e o Corpo de Bombeiros.

Em março deste ano, o patrimônio líquido da companhia estava negativo em cerca de R$ 22,6 bilhões, evidenciando o abismo entre passivos e ativos da operadora de telecomunicações. A informação consta de petição protocolada pelo administrador judicial da companhia em julho. Os últimos resultados financeiros trimestrais divulgados pela Oi dizem respeito ao segundo trimestre de 2025.

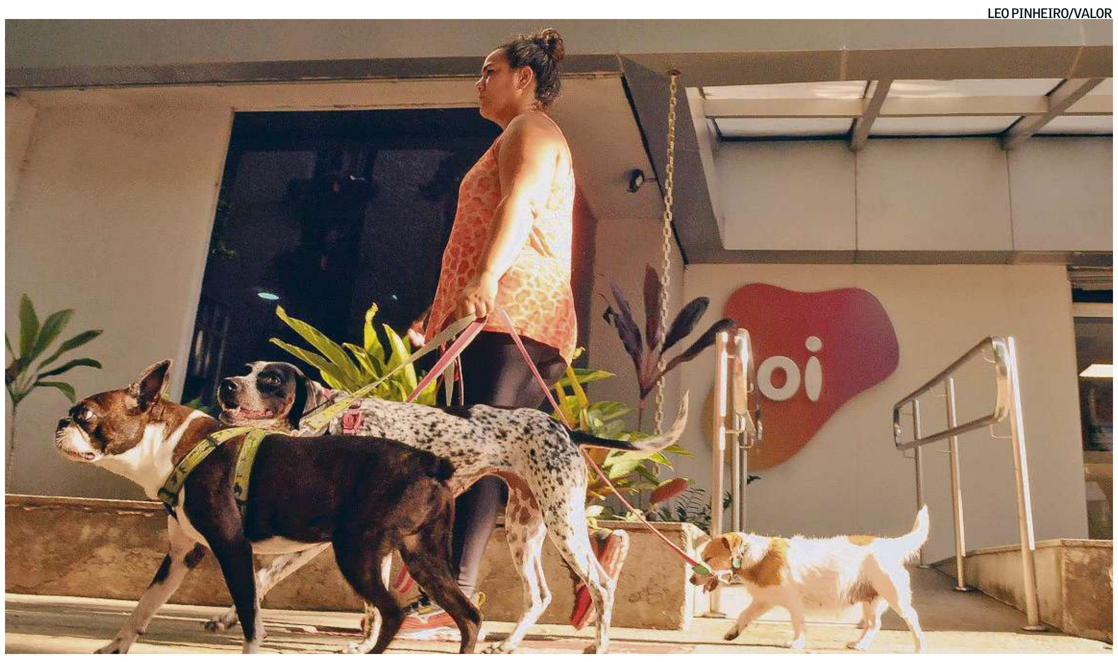
Ainda em novembro do ano passado, a juíza de primeira instância Simone Gastesi Chevrand, da 7ª Vara Empresarial do Rio, havia decretado a falência da Oi, alegando o descumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, em 2024, e o acúmulo de débitos extraconcursais (fora do processo de recuperação judicial). "A Oi é tecnicamente falida", afirmou Chevrand na decisão que decretou liquidação da operadora.

No entanto, dias depois, os efeitos da decisão foram suspensos pela desembargadora Di Piero, da 1ª Câmara de Direito Privado, até a análise do mérito da questão em segunda instância. Esse julgamento teve início no fim de junho, com manifestação favorável de Di Piero pela falência, mas foi interrompido por pedido de vista do desembargador Augusto Alves Moreira Junior.

Ontem, Di Piero — relatora do processo — manteve sua posição favorável à falência da Oi, apenas retificando alguns dos fundamentos apresentados anteriormente. O desembargador Moreira Junior acompanhou a relatora, mas com diferença de fundamentação, e o terceiro magistrado, Adriano Celso Guimarães, também votou a favor da falência.

A companhia atravessa seu segundo processo de recuperação judicial, iniciado em março de 2023. Na época, a Oi informou ter R$ 43,7 bilhões em dívidas. Um primeiro processo de recuperação judicial foi iniciado em junho de 2016 — a partir de um montante declarado de R$ 65,4 bilhões em dívidas — e encerrado em dezembro de 2022.

Na recuperação judicial, todos os credores sujeitos ao processo devem ser pagos, ainda que com deságio, carência e prazo, explica o advogado Guilherme Marcondes Machado, especialista no tema. Já na falência, as atividades cessam, os ativos são liquidados, e o produto desta venda é utilizado para pagar os credores, em uma ordem estabelecida na lei. Primeiro são pagos os credores extraconcursais, depois os trabalhistas (até o limite de 150 salários mínimos), seguidos pelos créditos com garantia real, os tributários e, só então, os quirografários (sem garantia real), explica o sócio do escritório Marcondes Machado Advogados.



LEO PINHEIRO/VALOR

Antiga sede da Oi no Rio de Janeiro; patrimônio líquido da operadora estava negativo em R$ 22,6 bilhões em março

---

Curtas

iFood e construtoras

O iFood lançou ontem (25) um programa para ajudar os entregadores no financiamento de moradia. Uma das pontas é um canal para que eles obtenham o documento oficial com seus rendimentos. A outra são parcerias firmadas com as construtoras Tenda, MRV e Direcional para facilitar a entrada, reduzir o custo total, simplificar o pagamento e fornecer auxílio com móveis em alguns empreendimentos. De acordo com a rede, essa era uma demanda de 72% dos entregadores e será disponibilizada, inicialmente, para aqueles que cumprem 40 horas semanais na plataforma, o que corresponde a cerca de 1,5% do total de 600 mil entregadores inscritos — este total incluiu quem faz pelo menos uma entrega no mês.

United amplia voos

A United Airlines anunciou a maior expansão de voos internacionais de sua história. A companhia aérea americana incluiu dez novas cidades internacionais em sua programação para o verão do Hemisfério Norte de 2027, buscando aproveitar a forte demanda por viagens internacionais observada nos últimos anos. A receita internacional tem sido uma forte área de crescimento para a companhia nos últimos anos.

Ines249

Petróleo Nina Koch, que assumiu no dia 17, reforça importância do Brasil nos negócios globais e diz que empresa não recuará na transição energética

Norueguesa Equinor busca oportunidades no país, diz nova CEO

Fábio Couto
Do Rio

Terceira maior petroleira do Brasil, atrás da Shell e da Petrobras, a norueguesa Equinor mira a expansão do portfólio da empresa no país. A estratégia passa por desenvolver ativos recém-adquiridos e buscar novas oportunidades, como as rodadas da oferta permanente de concessão e partilha da Agência Nacional do Petróleo (ANP), previstas para outubro. No momento, a empresa concentra esforços em Raia, um dos principais projetos de gás do país, no pré-sal da Bacia de Campos (RJ), e no desenvolvimento de novas áreas, disse Nina Koch, nova presidente da Equinor no país.

A Equinor Brasil executa um programa de US$ 25 bilhões em investimentos de 2009 até 2030 — pouco mais de US$ 1 bilhão por ano. "É o país mais importante para nós fora da Noruega, temos um portfólio amplo. Vamos prestar atenção nas oportunidades no Brasil", disse a executiva, na primeira entrevista desde que assumiu o cargo, em 17 de agosto.

No campo de Raia, a Equinor é operadora com 40% de participação e tem a Petrobras e Repsol Sinopec como sócias. A área deve começar a produção comercial em 2028. No total, Raia produzirá 120 mil barris/dia de petróleo e 16 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia) de gás natural.

A Equinor também desenvolve os campos de Jaspe e Itaimbezinho, na Bacia de Campos, obtidos em leilão de áreas em 2025, e os blocos S-M-1378 e S-M-1617, na Bacia de Santos, arrematados em 2023 e 2025, respectivamente. Há ainda o campo de Bacalhau, também em Santos, que opera desde outubro do ano passado e está em fase de crescimento da produção, para até 220 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/dia).

Com mais de 30 anos na Equinor, Koch assumiu a presidência da subsidiária brasileira na semana passada com a missão de conduzir, como ela mesmo diz, "a maior e mais estratégica operação da Equinor fora da Noruega", condição que se configurou a partir de um amplo portfólio de projetos de petróleo, gás natural e energias renováveis.

Koch chega ao país depois de atuar como vice-presidente sênior da Equinor na África, que abrange uma área de Angola à Tanzânia e também inclui o Reino Unido. A executiva substitui Veronica Coelho, que após cinco anos deixa a Equinor Brasil para assumir as operações da empresa em Angola. O país africano, disse Koch, cresceu em relevância para a petroleira e vem tentando adaptar o arcabouço fiscal e regulatório para atrair investimentos, inclusive em campos de petróleo de menor volume.

Na visão dela, o Brasil compete globalmente pelos investimentos em petróleo e um dos desafios é a necessidade de garantir estabilidade e previsibilidade para projetos de longo prazo, como os de óleo e gás. A ausência desses requisitos pode levar a indústria a olhar para outros locais com regras mais estáveis.

O imposto de exportação sobre o petróleo, instituído pelo Brasil este ano, é um dos pontos que preocupam a indústria. "Toda vez que fazemos grandes investimentos, vamos compará-los com nosso portfólio internacional", observou.

"Vamos prestar atenção nas oportunidades no Brasil. Temos um portfólio amplo por aqui"
Nina Koch

LÉO PINHEIRO/VALOR

Nina Koch, da Equinor Brasil: "Um dos desafios do Brasil é garantir previsibilidade para projetos de longo prazo"

Além de Angola, a Equinor entrou em projetos na Namíbia, em parceria com a Chevron, e trabalha em um grande projeto de gás na Tanzânia, com Shell e ExxonMobil.

Em um cenário geopolítico conturbado, com volatilidade nas cotações do petróleo e recuo da transição energética, a Equinor não vai retroceder nos planos de investimentos em energias renováveis, disse a executiva. Segundo Koch, a empresa atua em duas frentes: estender a produção de óleo e gás por mais tempo e investir em renováveis, como eólicas marinhas (offshore), terrestres e fontes solares, a depender do potencial e da competitividade de cada região.

"Não é fácil fazer um projeto renovável lucrativo. Com o tempo, vai se tornar mais competitivo, mas isso vai ser feito combinando com nossa base de petróleo e gás", afirmou. O Brasil, segundo ela, é um país-chave neste quesito, com usinas solares e eólicas. Esse negócio é explorado no país pela Rio Energy, braço de renováveis da Equinor, e pela Scatec, da qual os noruegueses são sócios. A aposta da Equinor recai sobre projetos híbridos, quando eólicas e solares são construídas no mesmo local.

Os preços instáveis do petróleo como resultado da geopolítica desafiam a indústria e levam a empresa a monitorar o quadro e ajustar projetos. Neste caso, explicou, a palavra-chave é robustez. "Não é como se pudéssemos entrar e sair de investimentos de curto prazo. Temos que ser consistentes e acreditar no que fazemos a longo prazo. Temos planejamento sobre o que fazer se as coisas mudarem."

Koch disse ainda que, no segundo dia de trabalho no Brasil, visitou a Petrobras e manteve reunião com Sylvia Anjos, diretora de exploração e produção da estatal, e com a equipe da executiva. Ela disse estar entusiasmada com o Brasil e com o Rio, onde fica a sede da petroleira no país. "Há oportunidades enormes a se explorar no Brasil. Estou muito feliz por estar aqui."

Presidente da Vale afirma que avalia disputa pelo Porto Sudeste

Mineração

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O diretor-presidente da Vale, Gustavo Pimenta, admitiu publicamente ontem que a mineradora avalia a possibilidade de participar da disputa pelo Porto Sudeste, em Itaguaí (RJ), mas afirmou que ainda não há "nenhuma decisão a respeito".

"É uma oportunidade, obviamente, de a gente seguir tendo uma participação relevante dentro do mercado de minério. Logísticas são sempre positivas. A gente sempre olha essas oportunidades", disse, em entrevista durante a Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), em Belo Horizonte.

O **Valor** informou na semana passada que a Vale avaliava participar da disputa, mas sem desembolso direto de caixa para adquirir o terminal. A alternativa seria um contrato de longo prazo no modelo "take-or-pay", no qual a mineradora se comprometeria a garantir volumes mínimos de minério de ferro ao terminal, mesmo sem usar a capacidade contratada integralmente.

A Vale apoiaria a proposta liderada pela Global Infrastructure Partners (GIP), gestora controlada pelo BlackRock, e pela Gerdau.

Conforme Pimenta, a mineradora vê potencial para ampliar a capacidade de produção de minério em 40 milhões a 50 milhões de toneladas por ano, se conseguir avançar na exploração do chamado Bloco C, de Serra Sul, na região de Carajás (PA).

"Em Serra Sul, a gente desenvolve o S11D, mas você tem o C, o B e o A. Então, avançar naquele corpo minerário que tem muito potencial poderia gerar um grande projeto de mineração. Estamos discutindo isso", afirmou.

Segundo o CEO da Vale, um avanço nesse projeto seria favorecido por reformas regulatórias, entre elas a publicação do decreto que regula a exploração de cavidades naturais. "A modernização [da legislação] é importante para isso. A gente ainda não tem o investimento fechado, mas é um projeto relevante, até 50 milhões de toneladas potencialmente."

O executivo também destacou no portfólio da Vale o Projeto Alemão, de cobre, em Carajás, que deve receber investimentos de R$ 8 bilhões a R$ 10 bilhões e terá capacidade de produção de 80 mil a 100 mil toneladas por ano.

"Temos vários outros projetos ali na região, uns seis. Estamos trazendo, por exemplo, o Projeto Bacaba, de 40 mil a 50 mil toneladas [de cobre por ano]. Acabamos de anunciar o projeto Salobo CPF, que também é de umas 40 mil toneladas de cobre por ano. Então, no cobre temos avançado e temos vários projetos", resumiu.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Logísticas são sempre positivas. A gente sempre está olhando essas oportunidades"
Gustavo Pimenta

De acordo com Pimenta, o cobre respondeu por quase um terço do resultado da companhia no último mês, mas ainda há potencial para dobrar o tamanho da operação. "Estamos fazendo hoje ao redor de 380 mil toneladas de cobre. Achamos que podemos dobrar essa capacidade no Brasil e estamos desenvolvendo esses projetos", afirmou.

Perguntado sobre a fala do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que disse que a Vale irá investir em terras raras, o presidente da mineradora afirmou que a companhia está sempre olhando as oportunidades.

"Nosso foco tem sido as commodities em que a gente tem vantagem competitiva e escala, cobre, níquel, minério de ferro. Mas a gente está sempre estudando outras commodities, terras raras, lítio, são parte de um estudo", comentou.

O executivo disse que ainda não está na fase tática dos projetos. "Hoje, estamos explorando para ver se esse é um mercado que pode ser relevante, se pode contribuir de forma decisiva no nosso portfólio, se temos competência para ter vantagem competitiva. Qualquer investimento em outro material que não seja os três que a gente faz hoje, vai ser feito sempre com a nossa disciplina na alocação de capital."

Em relação a possíveis impactos do El Niño em grande escala, Pimenta observou que há expectativa de um período mais seco no Norte e mais chuvoso no Sul, podendo ter reflexos no Sudeste. "No Norte, estamos trabalhando muito no combate a incêndios e, por enquanto, temos conseguido gerenciar isso bem", afirmou.

Já para as operações do Sul e do Sudeste, a mineradora define um plano para enfrentar as chuvas. "Estamos preparando um plano de chuvas muito robusto para estarmos preparados para, eventualmente, mais chuvas na região. Porque afeta a produção e também aumenta o risco de barragens."

Blue Note
Eventos
UM NOVO PALCO PARA O SEU MOMENTO
SALA 2
NOVIDADE! EVENTOS SOCIAIS E CORPORATIVOS
SALA 1

Em agosto: Blue Note Sala 2 — novo espaço de eventos corporativos e também sociais: casamentos, formaturas, aniversários e muito mais.

EVENTOS TODOS OS DIAS inclusive quintas, sextas e sábados

LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA av. Paulista x rua Augusta

MARCA GLOBAL excelência do Blue Note: curadoria musical e gastronomia

ESTRUTURA COMPLETA hospitalidade, gastronomia, audiovisual, segurança e estacionamento

ESPAÇO RESERVADO SALA 1 E SALA 2 seu evento se transforma em uma experiência Blue Note

descubra mais em bluenotesp.com/eventos
contato eventos@bluenotesp.com
AV. PAULISTA 2073 • 2° ANDAR • CONJUNTO NACIONAL

Ines249

Regulação A rede social não identifica adequadamente tanto o acesso de crianças e adolescentes como o uso de dados para alimentar o sistema de recomendação

Controladora do TikTok, ByteDance é multada em R$ 153,7 milhões pela ANPD

Mariana Andrade
De Brasília

A ByteDance, controladora do TikTok, foi multada em R$ 153,7 milhões pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por falhas na proteção de dados de crianças e adolescentes. A sanção, publicada na edição de terça-feira (25) no Diário Oficial da União (DOU), faz parte de um processo iniciado em novembro de 2024 contra a empresa. Entre as principais falhas, segundo a agência, estão a não identificação adequada do acesso de crianças e adolescentes à plataforma e o uso de dados desse público tanto para alimentar o sistema de recomendação quanto para direcionar conteúdo personalizado.

O valor da multa levou em conta o faturamento da empresa no Brasil, afirmou o superintendente de Fiscalização da ANPD, Fabrício Guimarães Madruga Lopes, durante entrevista coletiva ontem. Também foram considerados a extensão das infrações, o número de pessoas afetadas e a vulnerabilidade do público atingido. Para Lopes, a decisão é "uma sinalização poderosa" às demais plataformas sobre a seriedade da atuação da agência.

A penalidade é formada por duas multas de R$ 63,1 milhões e uma de R$ 27,4 milhões. Em caso de descumprimento, a ANPD estabeleceu multa diária de R$ 137 mil.

Além da sanção financeira, a agência determinou a eliminação dos dados coletados irregularmente e a adoção de um plano de conformidade para reforçar a proteção de crianças e adolescentes no TikTok. Na versão sem cadastro, a plataforma deverá suspender anúncios, limitar o acesso a conteúdos adequados para todas as idades e reduzir o tratamento de dados pessoais.

Nos Estados Unidos, o TikTok e sua controladora Bytedance fecharam na sexta-feira (21) um acordo de US$ 400 milhões para encerrar as alegações do Departamento de Justiça americano (DOJ) de que a rede social violou a privacidade on-line de crianças. O governo norte-americano havia processado TikTok e ByteDance em 2024 por não protegerem a privacidade infantil e coletarem ilegalmente informações de usuários menores de 13 anos sem o consentimento dos pais.

A decisão no Brasil faz parte de uma ofensiva mais ampla da ANPD sobre plataformas digitais. Segundo Lopes, a agência fiscaliza outras empresas com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no ECA Digital e no Marco Civil da Internet. Entre os alvos estão Claro, Serasa e Discord, além de provedores de conteúdo pornográfico.

A agência também monitora conteúdo pornográfico em 22 redes sociais e outros aplicativos, informou a diretora da ANPD Lorena Giuberti Coutinho. O objetivo, segundo ela, é verificar o cumprimento das obrigações previstas nos novos decretos e reforçar a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

Segundo o diretor-presidente da ANPD, Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, a decisão é resultado de um "extenso" processo, no qual o TikTok teve oportunidades para adequar suas práticas. A atuação da agência ocorreu em duas frentes: a responsabilização pelas infrações cometidas e a adequação futura, por meio do plano de conformidade.

A agência também analisou um recurso relacionado ao plano e deu parcial provimento ao pedido da empresa. "A atuação da ANPD vem sendo pautada ao longo de praticamente seis anos, é uma atuação bastante técnica e em cima da lei", disse a jornalistas.

A diretora disse que a atuação da agência não se limitou à aplicação da multa e resultou em "melhorias significativas" nas práticas da plataforma. "A atuação da ANPD não se encerra com esse plano de conformidade, cabe a fiscalização do plano", ressaltou.

O plano prevê que o TikTok aplique automaticamente configurações mais restritivas de privacidade a contas de usuários menores de 16 anos, que só poderão ser alteradas com autorização dos responsáveis. A empresa deverá reforçar os mecanismos de supervisão parental e adotar filtros de conteúdo mais rigorosos.

DIVULGAÇÃO

Decisão para TikTok é "uma sinalização forte" às demais plataformas
Fabrício Lopes

Segundo Coutinho, a análise das medidas de aferição etária previstas no plano deverá considerar o guia que está sendo elaborado pela ANPD e que deverá ser publicado até o fim deste ano. Essa avaliação será feita posteriormente.

A fiscalização identificou violações à LGPD em duas modalidades de acesso ao TikTok: o "feed sem cadastro", disponível sem a criação de conta, e o "feed com cadastro", vinculado a um perfil na rede social. No feed sem cadastro, a ANPD identificou o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes sem hipótese legal válida ao permitir o acesso ao feed, além da falta de medidas para prevenir o tratamento de dados pessoais desse público. No feed com cadastro, foram identificadas irregularidades no tratamento de dados para a criação de contas de crianças e adolescentes e falhas na prevenção do cadastro desse público.

Nas duas modalidades, a agência afirmou que o TikTok também deixou de demonstrar a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados.

Segundo a ANPD, a empresa realizou tratamento "potencialmente irregular" de dados pessoais de, no mínimo, 8 milhões de crianças (ou 20% do total de crianças do país) devido ao "seu mecanismo pouco efetivo de verificação de idade no momento do cadastro".

"A empresa, no mínimo, tratou dados de aproximadamente 20% das crianças do país no período apresentado, demonstrando como seu mecanismo de verificação de idade para o cadastro é ineficaz. Ainda, tendo em vista que várias outras crianças não foram excluídas ou detectadas, esse dado é exponencialmente maior."

A ANPD concluiu que a ByteDance "não apresentou informações suficientes" para avaliar concretamente a eficácia de seus mecanismos de verificação de idade durante o cadastro.

A ByteDance poderá recorrer ao conselho diretor da ANPD em até dez dias úteis a partir da notificação, feita na segunda-feira (24).

Procurado, o TikTok afirmou que mantém há cinco anos um "diálogo transparente e colaborativo" com a ANPD sobre a segurança de crianças e adolescentes, que classificou como "prioridade absoluta" para a empresa. Segundo a plataforma, esse trabalho resultou em um plano de conformidade apresentado e aprovado pela agência em 2025.

A empresa afirmou que a multa se refere a práticas adotadas em 2021 e "não reflete" as medidas previstas no plano nem as ações voluntariamente implementadas desde então, que, segundo o próprio TikTok, garantem o cumprimento da LGPD nas experiências com e sem cadastro. Disse ainda que seguirá em diálogo com a ANPD enquanto avalia "as medidas cabíveis".

Em relação à rede social Discord, a ANPD informou que o processo de fiscalização está em curso. A agência suspendeu as transmissões ao vivo da plataforma no Brasil como medida preventiva, até que a empresa comprove a adoção de medidas para proteger crianças e adolescentes (ver mais nesta página). Procurados pelo **Valor**, Discord, Claro e Serasa não se pronunciaram.

Discord recorre da medida que suspendeu 'lives'

De São Paulo

A Discord apresentou nesta segunda-feira (24) à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) recurso contra a suspensão de "lives" da plataforma determinada pela própria agência, informa reportagem da TV Globo publicada no g1.

A empresa solicita efeito suspensivo imediato com o objetivo de reativar as transmissões e pede a anulação da medida cautelar, alegando falta de competência da agência para aplicar a restrição, vícios formais no processo e punição "desproporcional". Discord é uma plataforma usada por jogadores de jogos on-line. A empresa tem sido alvo de críticas e investigações relacionadas a falhas na moderação de conteúdo e na verificação da idade dos usuários.

A ordem de suspensão atingiu a ferramenta Go Live e recursos equivalentes de transmissão e compartilhamento de vídeo. A determinação da ANPD foi cumprida pelo Discord em 17 de agosto.

A ANPD determinou a suspensão de parte das ferramentas da Discord devido ao caso da criança de 13 anos, do Mato Grosso do Sul, que cometeu suicídio em 22 de julho enquanto participava de uma "live" na plataforma. Segundo a ANPD, a suspensão valerá até que a Discord comprove que adotou medidas efetivas para proteger crianças e adolescentes durante o uso da plataforma.

No recurso protocolado, a plataforma diz que a ANPD não tem competência legal para determinar a suspensão de serviços sob o marco do ECA Digital.

A defesa do Discord diz que a lei estabelece que sanções como advertência e multa cabem à autoridade administrativa, mas a suspensão temporária ou proibição de atividades é atribuição da justiça. A defesa também declara que, mesmo dentro da esfera administrativa, uma medida de tamanho impacto e alcance nacional não poderia ter sido emitida monocraticamente pelo Superintendente de Fiscalização.

Caso a suspensão das "lives" não seja integralmente anulada ou reconsiderada pela Superintendência, o Discord pede o envio do processo ao conselho diretor da ANPD.

Como alternativas, a empresa propõe: 1- A conversão da suspensão em um Plano de Conformidade, com cronograma técnico de entregas e metas claras; 2- A fixação imediata de prazo e critérios objetivos para a reativação faseada dos serviços; 3 - O prosseguimento das discussões institucionais e a formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) centralizado na autoridade.

O **Valor** procurou a Discord, mas a empresa não se pronunciou.

Paramount vai vender a rede UCI no Brasil

Cinema

Felipe Laurence
De São Paulo

A Paramount Skydance fechou um acordo para vender os cinemas UCI no Brasil para uma nova empresa conjunta formada pela Cine Araújo e Cineart, de acordo com documentos enviados para análise pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A operação, que não teve valor divulgado, abrange a totalidade das operações das marcas UCI e UCI Kinoplex no país, que incluem 25 complexos de exibição espalhados por 11 Estados brasileiros, com maior presença no Rio de Janeiro e São Paulo.

Para a HLE Entertainment, subsidiária da Paramount, e o Grupo Severiano Ribeiro, dona da Kinoplex, que detém uma participação minoritária na rede de cinemas UCI, a alienação faz parte de um movimento de desinvestimento e reorganização societária.

A paulista Cine Araújo opera atualmente 29 unidades focadas em cidades do interior paulista, Centro-Oeste e Norte, enquanto a mineira Cineart, ligada ao Grupo Vila Rica, detém 12 complexos em Minas Gerais.

Segundo a petição protocolada pelas empresas, que pede análise ao Cade por eventual concentração de mercado, o negócio gera uma complementaridade geográfica importante no circuito de salas.

As empresas argumentam ao órgão antitruste que a transação não apresenta riscos à livre concorrência, identificando sobreposição horizontal de mercado apenas nas cidades de São Paulo e Manaus.

Na capital paulista, a fatia conjunta de mercado permite o enquadramento pelo rito sumário de análise do Cade, argumentam, enquanto no mercado amazonense a petição seguiu pelo procedimento ordinário.

Já a Kinoplex, por sua vez, seguirá operando de forma independente os seus demais cinemas sob a bandeira própria que não integram o perímetro da UCI, segundo o documento.

Se a operação for aprovada nos termos propostos, a Cine Araújo vai ultrapassar as redes Cinesystem e Kinoplex, tornando-se a terceira maior do país em número de salas, atrás apenas da americana Cinemark e da Cinépolis.

As companhias também destacaram que uma eventual integração vertical entre a distribuidora Cineart Filmes e a exibição da UCI é meramente hipotética e irrelevante, solicitando a aprovação do ato de concentração sem restrições.

A Paramount Skydance herdou a rede UCI após a antiga controladora da Paramount, a National Amusements, dona da rede Showcase Cinemas nos Estados Unidos, ser incorporada pela Skydance, de David Ellison, após a compra pela Skydance em 2025.

Nos Estados Unidos, IA mais barata desafia a Anthropic

Concorrência

George Hammond
Financial Times

Clientes da Anthropic nos Estados Unidos têm usado opções mais baratas em vez de sua ferramenta mais poderosa de inteligência artificial, o que levanta dúvidas sobre o modelo de negócios de grandes gastos do grupo, logo antes do que se espera que seja a maior oferta pública inicial de todos os tempos.

Os gastos para comprar o Fable 5, o maior e mais caro modelo da Anthropic, estagnaram em apenas cerca de 11% do total investido nas ferramentas da empresa, mais de dois meses depois de seu lançamento, segundo dados sobre despesas de 70 mil empresas coletados pelo grupo de pagamentos Ramp.

Isso rompe um padrão de usuários empresariais que sempre optavam por modelos mais poderosos. Analistas e investidores da Anthropic dizem que os principais motivos da mudança foram o alto preço do Fable e o fato de modelos mais antigos serem capazes de atender à maior parte das demandas das empresas. Se essa tendência se mantiver, pode alterar de maneira radical o modelo de negócios dos laboratórios de IA de ponta, que até agora têm direcionado o grosso de seus gastos com desenvolvimento para o treinamento de modelos maiores e mais sofisticados.

"A maioria das pessoas não precisa operar na fronteira", disse Miles Clements, sócio da Accel, que investiu quase US$ 1 bilhão na Anthropic. Na sua avaliação, o período em que os clientes tendiam a escolher apenas os modelos de ponta "não era uma fase duradoura".

Grandes avanços na IA continuam a ser essenciais para cumprir promessas mais ambiciosas, como a cura de doenças, e para atrair os melhores pesquisadores. Mas Clements acredita que eles servirão cada vez mais como vitrines.

No início de junho, o lançamento do Fable 5 foi interrompido pelo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sob alegação de preocupações com a segurança nacional. Isso forçou a Anthropic a suspender o acesso ao modelo.

Os temores sobre novas restrições de acesso ao Fable diminuíram desde que a Casa Branca deu luz verde para seu relançamento, em 1º de julho. A incerteza política tornou-se um fator secundário, em comparação com preço e desempenho, na decisão dos clientes sobre que modelo escolher.

A demanda menor pelo Fable, com um ritmo de adoção mais lento do que o dos modelos de ponta anteriores quando foram lançados, aumenta a incerteza para a Anthropic às vésperas de sua abertura de capital. Os investidores esperam que a IPO aconteça já em setembro.

A receita da Anthropic em julho ficou abaixo das expectativas mais otimistas. Investidores projetavam vendas anualizadas acima de US$ 80 bilhões. Na semana passada, a Anthropic informou aos acionistas que sua receita no mês passado chegou a US$ 65 bilhões em uma base anualizada, em comparação com US$ 47 bilhões em maio.

A receita da Anthropic aumentou em quase sete vezes desde o início do ano. Registrou seu primeiro lucro operacional ajustado no segundo trimestre do ano e indicou que é provável que volte a dar lucro no terceiro trimestre, segundo fontes com conhecimento do assunto.

As empresas estão tentando conter os gastos com IA ao usar os modelos de maneira mais eficiente em vez de sempre escolher a opção mais sofisticada. A disponibilidade de modelos baratos e de código aberto da China e de outros países oferece a clientes mais opções. Ao mesmo tempo também há indicações de que a OpenAI de Sam Altman está ganhando terreno depois de ficar para trás durante boa parte de 2026. A receita anualizada da dona do ChatGPT deu um salto de 35% no trimestre até o momento e hoje passa dos US$ 40 bilhões. O preço do GPT 5.6, da OpenAI, é significativamente menor do que o do Fable 5.

O aumento da receita da Anthropic sofreu um baque em junho, em grande parte por causa da decisão do governo dos EUA de limitar o lançamento do Fable, mas desde então ela se recuperou. As regras de retenção de dados impostas pelo governo Trump também dificultaram a adoção do Fable, segundo o economista-chefe da Ramp, Ara Kharazian.

Kharazian afirmou que prever a trajetória da empresa até mesmo para os próximos meses é uma tarefa praticamente impossível. "Se você tomar como base tendências anteriores, sua expectativa é de que a Anthropic domine o mercado. Mas como [o modelo mais recente da OpenAI] foi tão bom e o Fable teve um desempenho inferior ao esperado, o que aconteceu foi o contrário", acrescentou. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

Mídia Estudo foi feito com 107 executivos em cargos de direção, vice-presidência e presidência

Jornal e podcast atraem mais interesse de C- level, diz pesquisa; Valor é o mais relevante em 3 categorias

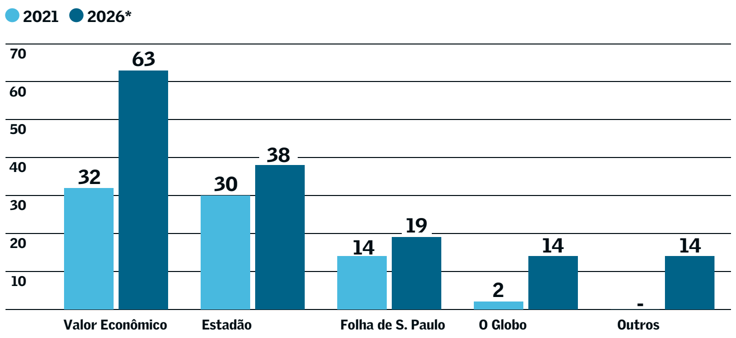
Daniela Braun
De São Paulo

Jornais e podcasts têm atraído mais interesse de executivos como fontes de informação, nos últimos cinco anos, mostra a segunda edição da pesquisa "Hábitos de consumo de informação do C-Level no Brasil", feita pela agência InPress Porter Novelli e pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD). Entre as publicações favoritas, o **Valor** recebeu o maior número de citações como jornal, como veículo mais relevante para os setores dos executivos entrevistados e como principal fonte de notícias de economia e negócios. Ficaram também no topo de suas categorias a CBN (em rádios de notícias), a Globonews (em telejornais) e colunistas de O Globo (jornalistas mais influentes).

A pesquisa, feita entre abril e julnho deste ano, é baseada em entrevistas com 107 executivos em cargos de direção, vice-presidência e presidência, em 13 setores da economia, sendo 90% de empresas de grande porte. A maioria dos entrevistados passa, em média, duas horas consumindo informações diariamente. A maior parte do tempo (73 minutos) é dedicada ao noticiário geral. Nas diversas categorias, os entrevistados foram instados a apontar dois ou três veículos, por isso as somas não dão 100%.

"Enquanto as redes sociais vão trazendo 'flashes' do noticiário na jornada de informação do 'C-level', funcionando como um monitoramento de notícias, a mídia tradicional chancela a credibilidade daquela informação", disse a vice-presidente de atendimento da InPress Porter Novelli, Lúcia Calasso, ao **Valor**. O mesmo raciocínio se aplica à inteligência artificial (IA). Entre 90% dos entrevistados que trabalham com IA, 28% usam a ferramenta para se informar, "mas vão atrás da fonte com reputação e credibilidade para ter certeza do que viram quando o tema é notícia."

Jornais favoritos dos executivos
Pesquisa revela consumo de informação de 107 gestores 'C-level', em %



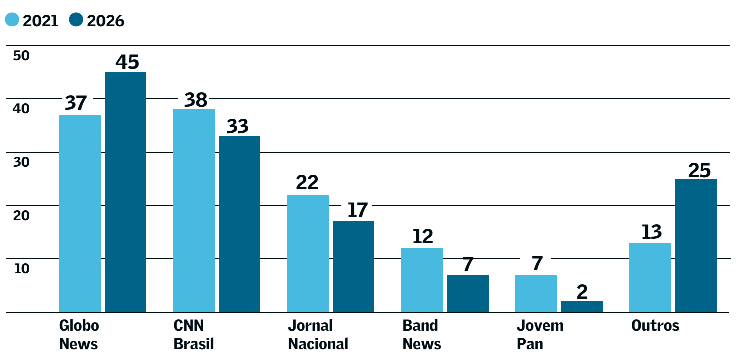
*Respostas espontâneas dos executivos, sendo 90% de grandes empresas, sobre o primeiro e o segundo jornais favoritos

84%
dos executivos têm um jornal impresso favorito, ante 47% em 2021

50%
dos pesquisados citam o Valor como o veículo mais relevante para informações de seus setores

75%
tem o Valor como o veículo favorito para informações de economia e negócios

Telejornais preferidos (em %)



Fonte: InPress Porter Novelli e Ibpad - Abril a Julho/26

O estudo mostra que sites e portais de notícias lideram o ranking de mídias mais buscadas como fontes de informação geral, para 64% dos executivos. Jornais impressos têm 22% da preferência — um avanço de 12 pontos percentuais em relação à pesquisa anterior, de 2021. Em seguida estão newsletters (21%), a rede social Instagram (21%) e os podcasts, cuja preferência de 17% dos entrevistados cresceu 14 pontos em cinco anos, o maior avanço entre as mídias avaliadas. Os aplicativos de mensagens WhatsApp e Telegram também marcam 17%, queda de 7 pontos em cinco anos.

Entre os entrevistados, 84% disseram ter um jornal impresso favorito, ante 47% em 2021. Entre os 16 veículos citados, o **Valor** lidera a lista com 63% da preferência dos respondentes, quase o dobro em relação à sondagem feita em 2021 (32%). Na sequência estão os jornais Estadão (38%), Folha de S. Paulo (19%) e O Globo, com 14% das preferências, apresentando um avanço de 12 pontos em cinco anos. Quando é feito o recorte setorial, em 12 dos 13 segmentos o **Valor** é o jornal impresso mais citado.

"Percebemos que há uma busca por blindar a sua tomada de decisão, em relação ao que o algoritmo [das plataformas digitais] apresenta", observa Calasso. "O **Valor** aparece em destaque, em relação aos outros veículos, porque o C-level usa a informação para tomar decisões de negócios. Neste momento, se pergunta: em qual veículo eu mais confio?."

Quando perguntados sobre os três veículos mais relevantes para seus setores, metade dos C-Levels citou o **Valor** pelo menos uma vez. Para se informar especificamente sobre economia e negócios, o **Valor** foi apontado por 75%, seguido de Brazil Journal (12%) e Exame (9%). Em todos os 13 segmentos, o **Valor** foi o primeiro citado em economia e negócios.

A executiva da InPress nota que a profundidade é um diferencial para os entrevistados. "Em setores regulados como agronegócios e energia, por exemplo, os executivos sabem que ali vão conseguir compreender todos os detalhes de um projeto de lei, que pode impactar os negócios."

Viés ideológico em veículos de comunicação também é um ponto abordado pelo levantamento. O **Valor** é destaque entre os veículos percebidos como politicamente neutros, com 17% das citações. CNN tem 21%. Na sequência estão Estadão, TV Globo, Band e O Globo.

Entre os executivos que buscam se informar em redes sociais, 82% buscam o LinkedIn e 70% usam o Instagram, que ganhou 27 pontos ante 2021. Os perfis de redes sociais mais citados para informações em geral são os da CNN (13%) e do **Valor** (11%).

No consumo de notícias pela TV, na categoria telejornais 45% dos pesquisados citam a Globonews, seguida pela CNN (38%) e pelo Jornal Nacional (22%).

As respostas espontâneas dos entrevistados trazem canais e programas jornalísticos em uma mesma categoria, o que também ocorre com veículos jornalísticos e redes sociais no estudo. "A forma como os próprios executivos colocaram suas respostas espontâneas já mostra a fluidez dos meios de informação atualmente em diferentes formatos", afirma o diretor-executivo do Ibpad, Max Stabile.

Dos sites e portais de notícias favoritos, o UOL tem 30% das citações, seguido pelo **Valor**, com 20% das menções. Na sequência, o g1 tem 19% e Globo, 17%.

Os executivos mencionaram 93 podcasts diferentes em suas preferências. No topo da lista dos favoritos estão "O Assunto", do g1, comandado pela jornalista Natuza Nery, apresentadora da Globonews; e "Café da Manhã", da Folha de S. Paulo, ambos com 10% de participação. Em seguida, também empatados, estão os podcasts da rádio CBN e da Market Makers, com 7% das menções cada um.

> "A mídia tradicional chancela a credibilidade da informação"
> *Lúcia Calasso*

A CBN manteve a liderança entre as rádios de notícias favoritas dos executivos, com mais da metade (54%) das citações dos entrevistados, ante 52% em 2021. Na sequência estão a Rádio Bandeirantes (25%) e a Jovem Pan (23%). No segmento de revistas, as mais cotadas foram Exame (27%), Piauí (15%) e Veja (13%), seguida pela The Economist (10%).

O estudo também mapeia a visão dos executivos sobre os jornalistas/colunistas mais influentes da imprensa nacional. A lista é liderada pelos colunistas do jornal O Globo Lauro Jardim (também da CBN) e Malu Gaspar (também de CBN e Globonews), com 15% e 14% das citações, respectivamente. Em seguida vêm William Waak, com 13%, Míriam Leitão (de O Globo, Globo, Globonews e CBN), com 12%, e Natuza Nery (7%).

Os influenciadores mais seguidos são Nizan Guanaes (colunista do **Valor**) e Luana Zucoloto, ambos com 3%.

Entre as newsletters citadas, o clipping de notícias que os executivos recebem de suas empresas tem 10%, The News, 9%, Brazil Journal, 8% e Canal O Meio, 6%. Em assinatura de newsletters para informação em geral, o **Valor** é citado por 7%, mesmo número de Brazil Journal.

Entre as ferramentas de IA mais citadas pelos pesquisados como fontes de notícias estão ChatGPT, da OpenAI (20%), Gemini, do Google (9%), e Claude, da Anthropic (5%).

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Sustentabilidade Empresa protocola na ANP pedido para testar injeção de carbono de usinas no solo

Etanol pode ter 'hub' de captura de carbono

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Uma empresa criada por ex-executivos da Petrobras e do setor de biocombustíveis apresentou um pedido para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para realizar testes no centro-oeste paulista de um projeto de captura e armazenagem no solo do gás carbônico que é emitido pelas indústrias de etanol da região. A EnduraCarbon, criada há um ano, pretende captar esse gás carbônico e injetá-lo no solo de forma permanente, e com isso vender créditos de remoção de carbono para agentes que queiram compensar suas emissões de gases de efeito estufa.

A apresentação do projeto foi destravada com a assinatura do decreto 13.095/2026 no último dia 13, que regulamentou diversos tipos de atividade de captura, transporte e armazenagem de carbono (CCS, na sigla em inglês), previstas na Lei do Combustível do Futuro.

O decreto atribuiu à ANP a responsabilidade de autorizar projetos e regular o setor. Pelas regras estabelecidas, o projeto da EnduraCarbon encaixa-se na modalidade de Bioenergia com Captura e Estocagem de Carbono (BECCS), ou seja, que utiliza o carbono do processamento de bioenergia ou da produção de biocombustíveis.

O plano da EnduraCarbon é ter um "hub" com poços de injeção de carbono no solo que recebam gás carbônico liquefeito emitido por diferentes usinas. Atualmente, as usinas emitem à atmosfera o CO2 resultante do processo de fermentação para a produção de etanol, e as que têm plantas de biometano ainda emitem CO2 resultante do processo de purificação do biogás, que separam o metano do gás carbônico.

Cálculos dos sócios da EnduraCarbon indicam que o investimento no hub, caso os testes confirmem sua viabilidade, deverá sair por R$ 1,5 bilhão, e pode ter capacidade de armazenar 1 milhão de toneladas de gás carbônico ao ano.

A empresa passou o último ano elaborando o projeto e o modelo de negócio, e acompanhando o processo de regulamentação da tecnologia de CCS, conta o CEO Daniel Pedroso. Um dos cinco sócios da empresa, Pedroso construiu sua carreira na ANP e na Petrobras. Na petroleira, passou por diversas gerências, sendo a última a de CCS, até sair da companhia junto com Tiago Homem, que agora é sócio e diretor de Projetos e Tecnologia da EnduraCarbon.

Desde que criaram a empresa, os sócios passaram a estudar dados históricos geológicos e sísmicos, incluindo os de poços perfurados no interior paulista pela Petrobras e pela Paulipetro desde os anos 1960. O objetivo foi avaliar a possibilidade de injeção de gás em reservatórios salinos no Estado.

"A gente vem estudando a Bacia do Paraná para possibilidades de CCS. Vimos possibilidade com o setor de bioenergia, onde podíamos trazer conhecimento", conta Pedroso. Nas pesquisas, a empresa concluiu que a região que reúne as melhores condições para um projeto dessa envergadura é a macrorregião de Bauru (SP), seja pelas condições geológicas, seja pela proximidade com várias usinas de etanol de São Paulo.

LEO PINHEIRO/VALOR

Renan Lopes, diretor financeiro (esq.), Tiago Homem, diretor de tecnologia e Daniel Pedroso, CEO da EnduraCarbon

A EnduraCarbon já firmou acordo com a Usina São Manoel , localizada no município de São Manuel (SP), para que a empresa forneça CO2 e energia elétrica cogerada da queima da biomassa da cana-de-açúcar ao empreendimento.

"As usinas de etanol são geradoras de carbono biogênico [de ciclo curto na atmosfera], da fermentação do etanol. E tem uma onda de investimentos [de usinas de etanol] em biometano, o que promove um volume adicional de gás carbônico", explica Renan Santos, que foi vice-presidente da GranBio e hoje é sócio e responsável pela diretoria financeira da EnduraCarbon. A empresa também conta como sócios o geólogo Renato Darros de Matos, ex-Petrobras, e Alexsander Costa, ex-GranBio.

> "A exportação de ITMOs pode facilitar atração de capital ao setor"
> *Renan Santos*

Hoje, só há um projeto de BECCS em construção no mundo, tocado pela FS, de etanol de milho, em Lucas do Rio Verde (MT). O projeto da FS, que deve começar a operar em setembro, armazenará o carbono emitido de sua própria indústria, e tem como propósito contabilizar o carbono removido entre na pegada de emissões do biocombustível. Isso permitirá que, em seu ciclo de vida, o etanol da FS capture mais carbono do que emita.

O projeto da EnduraCarbon não está atrelado a uma única empresa. Com o hub não estará "conectado" às usinas, o carbono terá que ser transportado ao hub. A ideia é que esse transporte se dê por caminhões movidos a biometano, biocombustível que tem uma pegada de carbono bem menor que o diesel, e que poderá ser fornecido pelas próprias usinas parceiras.

O plano da empresa também é ser responsável pela instalação e operação das unidades de liquefação do gás carbônico junto às usinas. E essas unidades poderão utilizar a própria energia cogerada do bagaço para realizar o processo de liquefação, explica Pedroso.

"O projeto foi concebido para ter volume e economicidade. Começamos a conversar com usinas e surgiu a oportunidade de um projeto comercial, que fica de pé e está em linha com grandes projetos de CCS no mundo", acrescenta o diretor financeiro.

Uma vez que a ANP autorize os estudos, a EnduraCarbon terá três anos para perfurar poços e fazer os testes. Caso as pesquisas comprovem a viabilidade e segurança da operação, a empresa entrará com o pedido de autorização de estocagem junto à ANP. Pela legislação, as empresas têm direito a explorar poços de injeção de carbono por 30 anos, prorrogáveis por mais 30.

Segundo Pedroso, a expectativa é que o mercado de créditos de carbono avance nos próximos anos com a demanda por empresas de tecnologia e datacenters e permita a venda dos créditos em contratos de longo prazo.

No mercado, há apreensão sobre qual será a regulamentação sobre os ITMOs, os certificados equivalentes a créditos de carbono que poderão ser exportados. Atualmente, o governo estuda limitar o volume de exportação para garantir oferta de crédito de carbono para o cumprimento das metas nacionais.

Segundo Santos, a exportação de ITMOs pode atrair capital estrangeiro. "Como [o BECCS] é um crédito de carbono engenheirado [que usa tecnologia], tem capital intensivo", diz. Segundo ele, a companhia está em conversas com "investidores institucionais e empresas de grande porte interessados em destravar a agenda climática".

Insumos Indústria argumenta que queda na produção de fertilizantes fosfatados decorrente da alta do produto pode afetar colheita e exportação de soja de 2026/27

Setor de adubos pede subsídio de até R$ 2 bilhões para compra de enxofre

Danton Boatini Júnior
De São Paulo

DIVULGAÇÃO/ANDA

Elias Alves Lima, presidente do Sinprifert: pedimos um apoio do governo de três meses, como foi feito com o diesel

A indústria brasileira de fertilizantes prepara uma ofensiva junto ao governo federal para tentar aprovar uma subvenção temporária à compra de enxofre, matéria-prima essencial para a produção de fertilizantes fosfatados. O setor estima que uma ajuda emergencial, que pode ficar entre R$ 900 milhões e R$ 2 bilhões, poderia evitar perdas entre R$ 20 bilhões e R$ 30 bilhões para a economia brasileira, que podem ocorrer caso a falta de adubos prejudique a produtividade agrícola na próxima safra (2026/27).

O setor pede uma ajuda de três meses para compensar parte da diferença entre o preço atual do enxofre e um patamar que considera economicamente viável para a indústria nacional. De acordo com representantes da indústria, o preço, que estava próximo de US$ 80 a tonelada em 2024, chegou a US$ 1,2 mil durante a crise agravada pelo conflito no Oriente Médio, e recuou recentemente para US$ 800 a tonelada. A matéria-prima é utilizada na produção de ácido sulfúrico, posteriormente empregado na fabricação de fertilizantes fosfatados.

"Hoje nós temos um consumo mensal ao redor de 250 mil toneladas de enxofre e 60 mil toneladas de ácido sulfúrico. O que nós pedimos ao governo é uma subvenção de 50% [do que é pago pelo importador na compra do enxofre] desse valor e um teto mais ou menos de US$ 700", explicou Elias Alves Lima, presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert), ao **Valor**, às margens do 13º Congresso Brasileiro de Fertilizantes, realizado ontem em São Paulo.

O segmento propõe ao governo uma medida provisória. A subvenção seria equivalente a 85% do valor excedente quando o preço do enxofre no Brasil, incluindo frete, passar de US$ 500 a tonelada e o do ácido sulfúrico passar de US$ 152 a tonelada. A medida seria limitada a compras de 600 mil toneladas de enxofre e 150 mil de ácido, divididas em cotas de 200 mil e 50 mil toneladas, respectivamente.

A ideia foi inspirada em mecanismos de intervenção adotados pelo governo em outros setores afetados pela crise internacional. "A gente pede uma solicitação de três meses, como foi feito com o diesel, com possibilidade de prorrogação, para que tenhamos medidas efetivas para passar por esse momento", afirmou.

A proposta foi discutida na semana passada com o ministro da Agricultura, André de Paula. Segundo Eduardo Monteiro, country manager da Mosaic no Brasil, o ministro pediu que a indústria detalhasse os impactos econômicos da crise provocada pela disparada do preço do enxofre para apresentar os números na próxima reunião da sala de situação criada pelo governo para acompanhar o abastecimento de fertilizantes. "Eles deram a sugestão de que a gente calculasse esses impactos e voltasse à sala de situação", afirmou Monteiro ao **Valor**, também no evento.

Considerando o preço máximo que o enxofre atingiu neste ano, de US$ 1,2 mil a tonelada, a proposta implica em um subsídio de R$ 2 bilhões para as compras. Mas, de acordo com o Sinprifert, avaliações de mercado da segunda quinzena de agosto indicavam que houve recuo do preço do enxofre, já incluindo custo com frete, para perto de US$ 800 por tonelada. Se esse patamar fosse confirmado no índice utilizado para um programa de apoio, o custo do subsídio cairia para cerca de R$ 900 milhões.

Segundo Monteiro, a medida poderia evitar perdas muito maiores para o país. "É um investimento para evitar que o Brasil perca de R$ 20 bilhões a R$ 30 bilhões", argumentou. De acordo com ele, essas perdas viriam da redução de produtividade agrícola, já que a taxa de adubação de fertilizantes fosfatados está em queda.

A principal preocupação da indústria está no comportamento dos produtores diante do aumento do custo dos fertilizantes. Com o crédito rural restrito, a tendência é de redução das doses de adubação. Ontem, a Agroconsult divulgou durante o 13º Congresso Brasileiro de Fertilizantes que prevê que a demanda do Brasil deve cair 7,6% neste ano, para 45,3 milhões de toneladas.

Para a Mosaic, as vendas de fertilizantes podem ficar entre 42 milhões e 45 milhões de toneladas, o que deve reduzir diretamente a produtividade em 5% a 7%. Lima, presidente do Sinprifert, ressaltou que o cenário mais otimista trabalhado pela indústria prevê que as vendas deverão ficar em 45 milhões de toneladas de fertilizantes neste ano, cerca de 4 milhões de toneladas abaixo do volume registrado no ano passado, de 49 milhões de toneladas.

Um documento elaborado pelo sindicato e entregue ao poder público calcula que, se uma redução de produtividade desta magnitude se refletir na mesma proporção de queda da produção e das exportações de soja do Brasil, o país poderia ter uma perda de US$ 2,5 bilhões a US$ 3,5 bilhões em divisas em um único ciclo agrícola.

Não há uma nova reunião agendada sobre o tema com o governo federal. A urgência, porém, aumenta à medida que se aproxima o período de formação de estoques de fertilizantes para a próxima safra. O Sinprifert argumenta que o ciclo entre a contratação do enxofre e a chegada do produto pode levar de 60 a 90 dias, reduzindo a janela para uma decisão. Os líderes do segmento esperam que haja uma definição ainda em 2026, apesar do calendário eleitoral.

Governo destinará R$ 4 bilhões do Brasil Soberano 3 para o segmento

Paulo Santos
De Campina Grande (PB)

O setor de fertilizantes terá um crédito de R$ 4 bilhões do total de recursos previstos no Plano Brasil Soberano 3, iniciativa do governo federal para socorrer setores afetados pelo tarifaço e pela guerra. O anúncio foi feito ontem pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin, no 13º Congresso Brasileiro de Fertilizantes, promovido pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), em São Paulo.

As empresas do setor terão acesso a linhas de financiamentos e capital de giro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caso tenham sido afetadas pelo tarifaço dos Estados Unidos ou pelos impactos das guerras e crises geopolíticas internacionais. O Plano Brasil Soberano 3 prevê no total R$ 18,5 bilhões em créditos.

Alckmin informou, ainda, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá sancionar nos próximos dias o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 114/2026, já aprovados no Congresso. O Profert prevê mecanismos de crédito fiscal para novas fábricas de fertilizantes ou expansão das atuais que podem ir a R$ 10 bilhões.

R$ 10 bi
é o apoio previsto ao setor no Profert

O PLP 114 prevê, entre vários mecanismos de fomento a setores agroindustriais afetados pela crise geopolítica, até R$ 5 bilhões em créditos fiscais para a produção de fertilizantes até 2031.

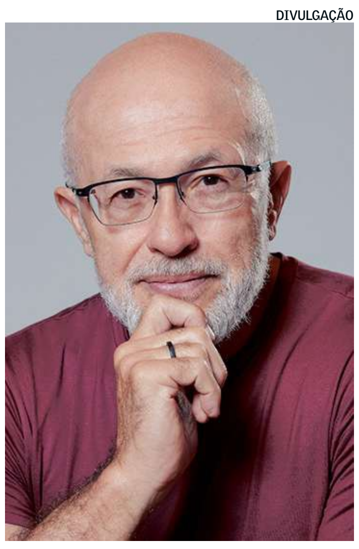
Elias Alves Lima, presidente do conselho de administração da Anda, afirmou durante o congresso que, apesar de o Brasil importar quase 90% dos fertilizantes que consome, o setor continua abastecendo o mercado nacional. "De janeiro a maio deste ano, foram entregues 15,46 milhões de toneladas, volume suficiente para atender às necessidades do período."

Em debate no evento, Roberto Rodrigues, professor emérito da FGV, defendeu uma estratégia coordenada entre produtores, instituições financeiras e governo no atual cenário internacional.

IA exige mudança radical e revisão das estratégias

Inovação

Daniel Azevedo Duarte
De São Paulo, para o Valor


DIVULGAÇÃO

Silvio Meira, cientista-chefe da TDS

A inteligência artificial (IA) começa a produzir efeitos que vão além dos ganhos de produtividade, mas ainda são poucos os negócios que realmente colhem o potencial máximo da tecnologia. "Muita gente pensa que inteligência artificial é mais uma tecnologia da classe digital, que é só aprender a usar e vai dar tudo certo. Essa é uma má notícia" diz Silvio Meira, cientista-chefe da TDS Company e um dos principais nomes da atualidade em transformação digital e estratégia de negócios. Ele será um dos palestrantes do Arena Impacto, evento que será realizado por **Valor** e Globo Rural no dia 3 de setembro, em São Paulo, para executivos C-level do agronegócio.

Segundo Meira, a IA não deve ser tratada como ferramenta para fazer mais rápido o que já se faz. "Ela muda o trabalho, as competências, a gestão e, potencialmente, o próprio negócio", diz. Para ele, tecnologias de propósito geral, como a IA, destroem mercados. "São tecnologias de destruição criativa, que tornam irrelevante uma parte significativa do que a gente sabe fazer", afirma. Desta forma, se a demanda do mercado muda "completamente", os negócios e as pessoas "têm de mudar completamente", acrescenta o cientista.

De acordo com o especialista, poucos entenderam a necessidade de mudança radical. Apenas 5% das empresas percebem mais valor nos resultados, embora 95% relatem aplicar IA nas operações. "Falta estratégia", conclui.

Outro palestrante confirmado para o evento, Paulo Vicente Alves, professor da Fundação Dom Cabral (FDC), abordará a relação de tecnologia e geopolítica, que "andam de mãos dadas". Ele descreverá o papel central da inovação no mercado e na disputa entre as nações mais poderosas do planeta. Segundo Alves, avanços tecnológicos sempre respondem a demandas militares ou econômicas, como ocorreu com a internet, o GPS e a corrida espacial. Ele cita Embrapa, ITA, Embraer e Petrobras como únicos investimentos de longo prazo com resultados estratégicos para o Brasil nos últimos 40 anos. "Precisamos achar novos duetos desses", afirma.

O Arena Impacto também terá representantes de AWS, Oracle, GWM e Ambev discutindo as competências dos líderes de negócios nessa nova revolução tecnológica. A programação completa e o acesso às inscrições estão no site globorural.com.br.

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site
www.valor.com.br/agro

Produtor vê mão de obra como principal desafio

Conjuntura

Clarice Couto
De São Paulo

Um levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) sobre o mercado de trabalho no setor agropecuário, apresentado ontem (25), identificou que a falta de mão de obra é o maior desafio para 44,5% dos produtores rurais, superando questões como custo de produção, clima e preços dos produtos.

Quase a totalidade (94,8%) dos entrevistados relatou dificuldades na contratação de trabalhadores, o que se reflete de diversas formas nas fazendas, como atrasos nas operações, problema relatado por 48,7% dos participantes do estudo.

Além disso, 48% relataram planos de expansão adiados ou suspensos por causa do gargalo com mão de obra; 43,9% relataram aumento do custo de produção; 42,6%, mecanização ou automação antecipadas pela falta de trabalhadores; 42% citaram redução da produção como consequência, e 27,9% disseram que mudaram para uma atividade menos intensiva em trabalho.

95%
têm dificuldade nas contratações

O estudo "Mercado de Trabalho na Agropecuária: Evidências sobre Escassez de Mão de Obra e Produtividade", apresentado pela economista sênior da CNA e ex-pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Isabel Mendes, em São Paulo (SP), também buscou identificar as causas da mão de obra insuficiente.

Entre eles, está o aumento da escolaridade no campo. Em 2025, o número de trabalhadores rurais com ensino médio era 114% superior ao de 2012. Entre aqueles com ensino superior, o aumento foi de 155%.

Outra razão foi a migração de parte dos trabalhadores rurais para empregos em outros setores, como o de serviços, segundo Mendes. A migração de parte da população do campo para as cidades é outro fator, ainda que o setor agropecuário tenha reagido, oferecendo salários mais altos.

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site
www.valor.com.br/agro

Sustentabilidade
EnduraCarbon pede para ANP autorizar testes de estocagem de carbono emitido por usinas
B9